



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Luciana Oliveira de Jesus

**Experiências de viver em moradia universitária:**  
condições psicossociais de residentes

Florianópolis

2019

Luciana Oliveira de Jesus

**Experiências de viver em moradia universitária:**  
condições psicossociais de residentes

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Schneider

Florianópolis  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Jesus, Luciana Oliveira de  
Experiências de viver em moradia universitária :  
condições psicossociais de residentes / Luciana Oliveira  
de Jesus ; orientador, Daniela Ribeiro Schneider, 2019.  
124 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Moradia estudantil. 3.  
Vulnerabilidade. 4. Promoção da saúde. 5. Sociabilidade. I.  
Schneider, Daniela Ribeiro . II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.  
III. Título.

Luciana Oliveira de Jesus  
**Experiências de viver em moradia universitária:**  
condições psicossociais de residentes

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Ariane Kuhnen  
(PPGP UFSC – Examinadora Interna)

Profa. Dra. Ivonete Teresinha Schulter Buss Heideman  
(PPGENF UFSC – Examinadora Externa ao Programa)

Profa. Dra. Larissa Polejack Brambatti  
(PPG PSICC UNB – Examinadora Externa)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Psicologia.

---

Profa. Dr.(a) Andrea Barbara da Silva Bousfield  
Coordenadora do PPGP/UFSC

---

Profa. Dra. Daniela Ribeiro Schneider  
(PPGP UFSC – Orientadora)

Florianópolis, 15 de outubro de 2019.

Dedico esse trabalho a todos residentes da moradia estudantil, em especial, aqueles que se juntaram a nós em cada encontro, por acreditar na moradia como espaço coletivo e repleto de potencialidades.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, por todo apoio, carinho e respeito compartilhados em todos os momentos da minha vida. Em especial, meu marido, Guilherme, e meu filho, Benjamin, pelo amor e companheirismo construídos a cada dia. Aos meus pais, irmãos/irmãs, cunhado/cunhadas e sobrinhas/sobrinho, apesar da distância física, seguimos sempre juntos, torcendo uns pelos outros.

Às cuidadoras do meu filho, Benjamin, por todo cuidado e carinho quando estive ausente me dedicando à tese.

Aos meus amigos e amigas espalhados por tantos lugares, sempre me possibilitando encontros transformadores e compreendendo as ausências necessárias durante esse processo.

À minha grande amiga Graziela, por compartilharmos nesse momento de nossas vidas experiências tão parecidas (maternidade, família e doutorado) e encontrarmos força e apoio uma a outra diante de cada dificuldade e de cada conquista. Amiga, conseguimos!

À minha orientadora, prof.<sup>a</sup> Daniela, por contribuir na construção da minha pesquisa, obrigada pela parceria e confiança.

Aos universitários da moradia estudantil, protagonistas da pesquisa e colaboradores na construção desse projeto. Em especial, gostaria de agradecer à ex-moradora Juliana, por estar presente do início ao fim do projeto. Muito obrigada a todos!

Aos professores e colegas envolvidos no projeto de extensão, especialmente, às ex-graduandas de Psicologia (agora colegas de profissão) Daniele, Luiza e Francine, pela parceria e dedicação durante o projeto.

Aos professores e colegas do PPGP/UFSC, pelas trocas de conhecimento e experiências compartilhadas, que muito contribuíram para minha formação.

Aos professores que aceitaram participar da banca de defesa da tese, agradeço desde já as valiosas contribuições para finalização dessa etapa.

À PRAE, por possibilitar a construção da minha pesquisa no espaço da moradia e apoiar as ações realizadas.

À CAPES, pelo auxílio financeiro que me possibilitou ter dedicação exclusiva a esse estudo.

*E essa tal liberdade, aonde é que anda, aonde é que vai?  
E a democracia aonde é que anda, aonde é que vai?  
E os meus direitos, aonde é que anda, aonde é que vai?  
E teu respeito, aonde é que anda, aonde é que vai?  
Cadê o amor, aonde é que anda, aonde é que vai?  
E a justiça, aonde é que anda, aonde é que vai?*

(“Dona Georgina”, Dandara Manoela)

## RESUMO

O acesso à universidade pública de jovens de classes populares e trabalhadores consolida um projeto de sociedade que favorece a inclusão educacional e torna fundamental a ampliação de políticas públicas e assistenciais que priorizem condições de permanência e êxito acadêmico. Dentre essas estratégias, destaca-se a disponibilidade de moradias para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A experiência de ser residente nessas moradias é acompanhada de desafios pela condição de ser espaço de convivência coletiva, gerido pela instituição universitária, que implica em conciliar diferenças culturais e lidar com visões distorcidas sobre a moradia no espaço universitário. Assim, intervenções pautadas na promoção da saúde podem auxiliar na construção de estratégias que potencializem o local e que auxiliem no enfrentamento de vulnerabilidades. Esta tese objetivou compreender as condições psicossociais que se revelam na experiência de ser morador e impactos produzidos na dinâmica institucional no espaço da moradia e contexto universitário. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, propôs uma pesquisa intervenção participativa, integrada a um projeto de extensão pautado na promoção da saúde. Para coleta dos dados, foram utilizadas as seguintes técnicas: a) observação participante, com roteiro para escrita de relato após encontros; b) entrevista semiestruturada. A coleta foi realizada de 2015 a 2017, a partir da participação em assembleias, realização de diagnóstico situacional, reuniões, oficinas e eventos na moradia. Também, foram realizadas nove entrevistas com moradores. Posteriormente, a análise dos dados seguiu etapas previstas pelo modelo da teoria fundamentada. Os resultados revelaram que, na experiência de ser morador, os desafios mais frequentes estão relacionados aos dilemas cotidianos da convivência: em demarcar privacidade, regras de limpeza e organização do espaço e conviver com desconhecidos e diferenças culturais. Foram reveladas dificuldades na chegada à moradia, na falta de acolhimento e no esclarecimento das regras, como também falta de incentivo para realização de ações coletivas. Mesmo diante de limitações e adaptações, os moradores referem a moradia como sua casa, ao construir uma relação de pertencimento ao lugar, valorizando o benefício como direito, tornando-se espaço de formação política e construção de amizades. No que se refere à relação entre moradores e universidade, destacaram-se aspectos relacionados ao acesso dos benefícios de assistência estudantil, a relação dos moradores com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e a busca por recursos institucionais para garantia de apoio social. A universidade mostra-se, também, como espaço que promove exclusões e preconceitos, sendo comum generalizações perante problemas ocorridos na moradia, como situações de violência. Por último, os moradores apresentaram como se construiu a trajetória para acesso à universidade, marcada por situações de vulnerabilidade e pela formação de redes de apoio social que contribuíssem para concretização desse objetivo. Concluiu-se que, apesar das dificuldades enfrentadas na convivência local e para ampliação da participação social, moradores buscaram dar visibilidade às potencialidades do local e das suas experiências. Destaca-se o impacto produzido diante de conflitos e situações de violência, indicando a necessidade de mediações e ações preventivas, bem como projetos que contribuam visando ampliar a participação social e melhorias para permanência na universidade e na moradia.

**Palavras-chave:** Moradia estudantil. Vulnerabilidade. Promoção da saúde. Sociabilidade. Pesquisa participativa.



## ABSTRACT

Access to public Universities of young people from popular classes and workers consolidates a project of society that favors educational inclusion, making it essential to broaden public social policies prioritizing conditions for students permanence in the University and their academic success. Among these strategies are the availability of vacancies in student housing for students in situations of socio-economic vulnerability. Being a resident in these dwellings comes with challenges because student housings are collective living spaces, managed by the university institution, which implies reconciling cultural differences and dealing with distorted visions about housing in the university space. Therefore, interventions based on the principles of health promotion can assist in proposing strategies that value local potential and that could help in coping with vulnerabilities. This thesis proposes to understand the psychosocial conditions revealed in the experience of being resident and the impacts produced by institutional dynamics in the housing space and university context. The research followed qualitative approaches, proposing a participatory intervention research, integrated to an extension project based on the assumptions of health promotion. After field immersion, the following techniques were used for data collection: a) participant observation, with script for writing reports after encounters; b) Semi-structured interview. The collection was conducted from 2015 to 2017, from the participation in assemblies, conducting situational diagnosis, meetings, workshops and events in the house. Also, nine interviews were conducted with residents. The analysis of data obtained followed steps foreseen by the model of the fundamental theory. Results revealed that, in the experience of being a resident, the most frequent challenges relate to the daily dilemmas of coexistence: to define privacy, rules of cleanliness and organization of space, and living with unknown people, of different cultural backgrounds. Difficulties were revealed at arrival in the housing, lack of good reception, and clarification of rules, as well as lack of incentive to perform collective actions. Even in the face of limitations and adaptations, residents refer to housing as their home, when constructing a relationship of belonging to the place, valuing the benefit as a right, becoming a space of political formation and construction of friendships. Regarding the relationship between residents and university, aspects related to the access of the benefits of student assistance, the relationship of residents with the Pro-Rectorry of Student Affairs (PRAE), and the search for institutional resources guaranteeing the social support were highlighted. The university shows itself as a space that promotes exclusions and prejudices, being common generalizations in the face of problems occurring in housing, such as situations of violence. Finally, the residents showed how the trajectory was built for access to the university, marked by situations of vulnerability and the formation of social support networks that contributed to achieving this goal. It was concluded that, despite the difficulties faced in the local coexistence and for the expansion of social participation, residents sought to give visibility to the potential of the housing and its experiences. We highlight the impact produced in the face of conflicts and situations of violence, indicating the need for mediations and preventive actions, as well as projects that can contribute to increase social participation and improvements in the conditions of permanence in the University and in the housing.

**Keywords:** Student housing. Vulnerability. Health promotion. Sociability. Participatory research.

## RESÚMEN

El acceso a la universidad pública de jóvenes de clases populares y trabajadores consolida un proyecto de sociedad que favorece la inclusión educativa y hace fundamental la expansión de políticas públicas y asistencia que priorizan las condiciones de permanencia y el éxito académico. Se destaca la disponibilidad de residencias para estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. La experiencia de ser residente viene con los desafíos del espacio colectivo, para convivir, gestionado por la institución universitaria, lo que implica reconciliar las diferencias culturales y tratar con visiones distorsionadas sobre la vivienda en este espacio. Así, las intervenciones basadas en la promoción de la salud pueden ayudar en la construcción de estrategias que potencien el lugar y a enfrentar vulnerabilidades. Esta tesis tuvo como objetivo comprender las condiciones psicosociales que se revelan en la experiencia del residente y los impactos producidos en la dinámica institucional en el espacio y el contexto universitario. La investigación siguió un enfoque cualitativo, con una investigación-intervención participativa que integra un proyecto de extensión basado en la promoción de la salud. Se utilizaron las siguientes técnicas para recopilar los datos: a) observación participante, con guion para escritura después de las reuniones; b) Entrevista semiestructurada. La colección se realizó de 2015 a 2017, desde la participación en asambleas, realización de diagnósticos situacionales, reuniones, talleres y eventos en la residencia. Además, se realizaron nueve entrevistas con residentes. Posteriormente, el análisis de los datos siguió los pasos predichos por el modelo de la teoría fundamentada. Los resultados han presentado que, como residente, los desafíos más frecuentes tienen que ver con dilemas cotidianos de la convivencia: demarcación de la privacidad, reglas de limpieza y organización del espacio convivencia con extraños y diferencias culturales. Las dificultades se revelaron al llegar a la residencia, la falta de acogida y aclaración de las normas, así como la falta de incentivos para llevar a cabo acciones colectivas. Incluso frente a las limitaciones y adaptaciones, los residentes presentan a la vivienda como su hogar, al construir una relación de pertenencia con el lugar, que valora el beneficio como un derecho, convirtiéndose en un espacio de formación política y de construcción de amistades. Sobre la relación de residentes y universidad, se destacan los aspectos del acceso a los beneficios de la asistencia estudiantil, la relación de los residentes con la Prorectoría de Asuntos Estudiantiles (PRAE) y la búsqueda de recursos institucionales para garantizar el apoyo social. La universidad también se presenta como un espacio que promueve exclusiones y prejuicios, ya que suele generalizar los problemas ocurridos en la residencia, como situaciones de violencia. Finalmente, los residentes presentaron cómo se construyó el camino de acceso a la universidad, marcado por situaciones de vulnerabilidad y formación de redes de apoyo social que contribuyeron al logro del objetivo. Se concluyó que, además de las dificultades de la convivencia local y para aumentar la participación social, los residentes buscaron dar visibilidad a las potencialidades locales y a sus experiencias. Se subraya el impacto de los conflictos y las situaciones de violencia, indicando la necesidad de mediaciones y acciones preventivas, así como proyectos que contribuyan a aumentar la participación social y mejoras para permanecer en la universidad y la residencia.

**Palabras clave:** Residencia de estudiantes. Vulnerabilidad. Promoción de la salud. Sociabilidad. Investigación participativa.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo dos determinantes sociais de saúde .....	25
Figura 2: Etapas realizadas pelo estudo, por ano de realização.....	35
Figura 3: Área de convivência externa.....	119
Figura 4: Sala de convivência.....	119
Figura 5: Hall de entrada .....	120
Figura 6: Área do descarte de material reciclável .....	120
Figura 7: Sala de estudos .....	121
Figura 8: Lavanderia do térreo .....	121
Figura 9: Espaço destinado aos estudantes do PAEP.....	122
Figura 10: Área externa e entrada .....	122
Figura 11: Espaço destinado ao descarte de resíduos.....	123
Figura 12: Horta comunitária .....	123
Figura 13: Cartaz elaborado pelos moradores em 2016 .....	124

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>27</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	27
<b>2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> .....	<b>27</b>
<b>3 MÉTODO</b> .....	<b>29</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	29
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA .....	30
3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO .....	31
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS, INSTRUMENTOS E TÉCNICAS .....	33
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	36
3.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	37
<b>4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS</b> .....	<b>39</b>
<b>5 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>43</b>
ARTIGO 1 .....	45
<b>Introdução</b> .....	<b>45</b>
<i>Pressupostos teóricos</i> .....	47
<b>Método</b> .....	<b>49</b>
<b>Resultados e discussão</b> .....	<b>51</b>
<i>Conhecendo a realidade e as demandas locais: aproximações com a perspectiva da promoção da saúde</i> .....	51
<i>Intervenções em conjunto com os moradores: o fortalecimento da coletividade</i> .....	55
<b>Considerações finais</b> .....	<b>57</b>
<b>Referências</b> .....	<b>58</b>
ARTIGO 2 .....	61
<b>Introdução</b> .....	<b>61</b>
<b>Método</b> .....	<b>65</b>
<b>Resultados e discussão</b> .....	<b>67</b>
<i>Entre morar e habitar, entre o individual e o coletivo: considerações sobre a moradia estudantil como lar</i> .....	67
<i>Desafios de ser morador: do estudante solitário ao estudante solidário?</i> .....	72
<b>Considerações finais</b> .....	<b>77</b>
<b>Referências</b> .....	<b>78</b>

ARTIGO 3 .....	83
<b>Introdução .....</b>	<b>83</b>
<b>Método .....</b>	<b>87</b>
<b>Resultados e discussão.....</b>	<b>89</b>
<i>Universidade como caminho possível: vulnerabilidades, barreiras e apoio social no percurso para acesso à universidade pública .....</i>	<i>89</i>
<i>O acesso aos benefícios da assistência estudantil: permanência estudantil e desempenho acadêmico em questão.....</i>	<i>92</i>
<i>Sobre o cotidiano universitário: caminhos para fortalecimento de redes de apoio e superação de preconceito.....</i>	<i>95</i>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>99</b>
<b>Referências .....</b>	<b>100</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DE RESIDENTES DA MORADIA UNIVERSITÁRIA .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO NAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE C – FOTOGRAFIAS DE ESPAÇOS DA MORADIA ESTUDANTIL UTILIZADAS NA ETAPA DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>119</b>



## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa de tese integrou um projeto de extensão, iniciado em 2015, que esteve vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), grupo de pesquisa no qual comecei a participar neste mesmo ano. O projeto surgiu diante de uma solicitação de parceria entre Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e PSICLIN, ambos da mesma instituição universitária, para elaboração de projeto na área de prevenção a problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, pois essa situação vinha sendo identificada como recorrente na moradia, e o tema tem sido foco de projetos e pesquisas no Núcleo.

Como estratégia inicial do projeto, surgiu a proposta de conhecer quais demandas retratavam a experiência de ser morador e qual interesse dos moradores em ter algum projeto da psicologia no espaço em que habitavam e onde construía seu dia a dia. Dado o conhecimento da condição de vulnerabilidade psicossocial dos moradores, foi definida para o projeto a perspectiva da promoção da saúde. Assim, surgiu a proposta de desenvolver um projeto de extensão de acordo com demandas psicossociais a serem levantadas na moradia, contando com a participação contínua dos moradores na construção e no desenvolvimento do projeto e com apoio da PRAE.

A intervenção ainda contou com a participação de professores da psicologia numa perspectiva de integração de ênfases: ambiental, institucional, educacional e da saúde, sendo, portanto, promovida uma interlocução de diferentes saberes, conceitos e visões do campo “psi”, que convergiram para pensar, em conjunto, estratégias de inserção em campo e melhorias para moradia, partindo do olhar e da construção conjunta com moradores. Também participaram do projeto alunos de graduação e pós-graduação. As atividades tiveram início em 2015 e se estenderam até o ano de 2017. Em 2018, foram realizadas devolutivas dos resultados preliminares da pesquisa e do relato das atividades do projeto de extensão para moradores e para a equipe técnica da PRAE.

Comecei a participar do projeto desde sua fase inicial e fui desafiada a construir minha pesquisa vinculada a essa iniciativa, desenvolvendo, assim, uma proposta de pesquisa-intervenção com viés participativo, na qual as ações da pesquisa e do projeto de extensão passaram a se compor conjuntamente. A construção da proposta de investigação e os pressupostos que acompanhavam o projeto se aproximavam da minha trajetória como psicóloga e pesquisadora, situada no campo das políticas públicas de saúde, em especial, da atenção primária em saúde. Foi nessa direção que surgiu a motivação para construção do meu projeto

de doutorado, tendo em vista possíveis contribuições para a área das políticas de assistência estudantil, na sua interface com o campo da saúde e atenção psicossocial, partindo do objetivo de compreender as condições psicossociais que decorrem da experiência de ser morador, e suas repercussões no cotidiano universitário e na convivência que na própria moradia.

A tese terá seus resultados apresentada em forma de três artigos científicos. Além disso, a fim de facilitar a compreensão do seu conjunto, será composta por seções de introdução, método e considerações finais gerais.



## 1 INTRODUÇÃO

O cenário das universidades públicas brasileiras, nos últimos anos, tem passado por transformações significativas a partir da ampliação do acesso de grupos sociais e seus saberes que, historicamente, tinham pouca representatividade nesses espaços. Indicadores sobre o perfil dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) mostram que o Ensino Superior federal se tornou mais acessível, popular e inclusivo, apontando para a responsabilidade de fazer avançar nesse processo políticas que possibilitem aos universitários em situação de vulnerabilidade social e econômica, perfil que corresponde à maioria dos discentes, as mesmas oportunidades educacionais (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE), 2019). Segundo dados do mesmo relatório, foi revelado que, em 2018, 70,2% de graduandos das IFES possuem renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, marco histórico identificado após sequência de aumentos progressivos de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, apontando para o crescimento do número de estudantes que correspondem ao público-alvo das políticas de assistência estudantil.

Os avanços apresentados estão, atualmente, colocados em risco, visto que vivemos um momento político no qual são enfrentados cortes nos orçamentos destinados ao Ensino Superior público e estão em pauta discursos oficiais de gestores do governo federal, incluído o presidente eleito em 2018, que cumprem o propósito de desvalorizar as universidades públicas, as políticas de ações afirmativas, as pesquisas científicas e os atores que compõem o espaço universitário. O momento atual é de resistência ao que está sendo proposto, e, nessa direção, é lançado o desafio de compreender e ressaltar a educação superior como bem público e compreendê-lo como espaço fundamental para inclusão social (SANTOS, 2011). Assim, a democratização do acesso e a garantia de permanência dos estudantes de classes populares em cursos superiores são considerados projetos fundamentais para ampliação do direito social à educação de qualidade, bem como aspectos prioritários da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional, e instrumentos de inclusão socioeconômica (SOBRINHO, 2010).

São identificados como marcos legais que contribuíram para esse processo de inclusão educacional a implantação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2010, e a aprovação da “Lei das Cotas”, em 2012. O SISU é o sistema por meio do qual instituições públicas de Ensino Superior oferecem vagas, em uma única fase, e o resultado se baseia no desempenho obtido pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em razão da proposta instituída pelo SISU, tem sido possível maior mobilidade geográfica dos estudantes, tornando

os programas de assistência ao estudante de fundamental importância para permanência, em especial, daqueles que não possuem condições de se sustentar longe de suas famílias (DELABRIDA, 2014).

Aprovada em 2012, a Lei nº 12.711, conhecida como “Lei das Cotas”, é a normativa que passa a integrar o processo de seleção do SISU e vem proporcionar a inclusão de grupos sociais que até então tinham acesso reduzido às universidades. A proposta consolida a reserva de 50% das vagas disponíveis para políticas de ações afirmativas, cujo objetivo é reduzir diferenças socioeconômicas e raciais no âmbito universitário (BRASIL, 2012). O debate sobre o tema das cotas é acompanhado de uma série de tensões sobre o racismo no Brasil, como também na própria universidade, ao mesmo tempo que a presença desses novos sujeitos modifica, ainda que lentamente, a própria universidade e promove caminhos para a inclusão social pela educação (PASSOS, 2015).

A expansão de matrículas por meio de políticas de ações afirmativas é regida pelo princípio da equidade e corresponde a ações e estratégias que oferecem condições especiais àqueles que, por razões de ordem social, econômica, cultural ou política, estão originalmente em situação desfavorável de competição com outros membros da sociedade (NEVES; LIMA, 2007), ou seja, busca-se promover igualdade de oportunidades. Nessa direção, a presença de alunos de condições sociais, culturais e étnicas distintas conduz a um novo panorama universitário, que, também, precisa atentar-se para produzir debates sobre a diversidade e ampliar espaços de acolhimento para universitários que vivenciam situações de tensão e conflitos relacionados às questões de classe e raça (SCHERER-WARREN; DELESPOSTE, 2016; LEMOS, 2017).

Assim, a presença dos jovens das camadas populares, oriundos da escola pública, desafia a universidade pública sob diferentes aspectos, especialmente, para a necessidade de políticas de permanência estudantil (NIEROTKA; TREVISOL, 2016). Crescem as demandas por recursos e ações que visem garantir condições de continuidade desses jovens na universidade e minimizem os efeitos das desigualdades sociais, que podem ser limitadores na conclusão do Ensino Superior e do êxito no seu percurso universitário (PASSOS, 2015). Seguindo nessa direção, as IFES consolidam estratégias para assistência estudantil condizentes com as realidades locais e regionais, a partir das diretrizes e do financiamento advindos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234, de 2010, cuja prioridade de atendimento se destina a graduandos advindos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010).

A vulnerabilidade social entra em cena no espaço universitário como critério que compõe a avaliação para acesso às políticas de assistência estudantil. O termo se propõe a ser abrangente e multidimensional, indo além de aspectos relacionados a questões de renda familiar e estudantil, buscar o conhecimento de suas realidades e ressaltar a suscetibilidade dos universitários para lidar com os riscos, seja econômicos, seja sociais, necessitando, na maioria das situações, de intervenções assistenciais para permanecer no meio acadêmico (GIÚDICE; LORETO; AZEVEDO, 2014). As concepções de vulnerabilidade adentraram no campo das políticas públicas ao conceber as múltiplas determinações que incidem sobre os contextos de vida dos cidadãos diante do frágil acesso aos direitos sociais e implica o reconhecimento da interseccionalidade de fatores éticos, políticos, socioeconômicos e técnicos que contornam o dia a dia das pessoas e comunidades, como também a capacidade humana e os recursos disponíveis para o seu enfrentamento (CARMO; GUIZARDI, 2018).

Entre as situações de vulnerabilidade que comumente interferem no rendimento acadêmico e ameaçam a continuidade na universidade, estão aquelas relacionadas à instabilidade de ter um lugar para morar, tornando-se fundamental para os universitários nessa situação os benefícios de auxílio-moradia, seja por meio do auxílio financeiro mensal ou de vagas disponibilizadas em moradias estudantis ou casas dos estudantes. Em relação às moradias estudantis, as vagas são ocupadas por universitários provenientes de outras cidades, sem condições financeiras de se manter e sem rede de apoio social, constituem fatores decisivos para evitar a evasão no Ensino Superior e contribuem com a diminuição dos efeitos das disparidades sociais e econômicas (SOBRINHO, 2014).

Ao alcançar o acesso à moradia universitária, a experiência de ser morador é marcada por múltiplos desafios, seja na relação dos moradores com a universidade, seja na convivência entre os próprios residentes, seja na relação dos moradores com o espaço da moradia. Sobre a relação entre moradores e universidade, estudos mostraram que a moradia vem cumprindo o seu objetivo de contribuir para a melhoria no desempenho acadêmico e permitir a continuidade dos jovens na vida universitária (LACERDA; VALENTINI, 2018; ARAUJO; MURRAY, 2010; GARRIDO, 2015). A proximidade física entre moradias estudantis e campi universitários é vista como oportunidade para amplo aproveitamento dos recursos universitários, sendo comum moradores buscarem serviços institucionais relacionados ao campo acadêmico, a apoio pedagógico, assistencial e psicossocial, tendo em vista que ações “como estágios remunerados, as atividades de cultura, lazer e assistência à saúde física e mental viabilizariam uma maior abrangência de cuidados com a saúde física, mental e de moradia” (OSSE; COSTA, 2011).

Supõe-se, também, que as relações estabelecidas no meio universitário (atividades culturais, desportivas, grupos de pesquisa e extensão, sala de aula) atuam como estratégias que colaboram para o fortalecimento de redes de apoio social, formação de laços sociais e atuam no enfrentamento das situações de vulnerabilidade. O conceito de apoio social enfatiza a assistência material e de proteção oferecida por outras pessoas e/ou grupos com os quais se têm contatos sistemáticos e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos (GONÇALVES *et al.*, 2011). No campo da saúde, estratégias de apoio social ampliam a participação social, ressignificam as interconexões humanas e proporcionam relações de reciprocidade e aprendizagem, principalmente quando enfrentadas em condições similares de vida (CANESQUI; BARSAGLINI, 2012).

Por outro lado, estudos realizados em moradias universitárias mostram que, apesar do suporte social encontrado na universidade, esta ainda se apresenta como cenário no qual moradores vivenciam formas de exclusão pela condição de morador (SOUSA; SOUSA, 2009; GARRIDO, 2015) e situações de preconceitos, desqualificação e criminalização, pela constante associação distorcida entre juventude, pobreza e drogas (GEMELGO; BARROS, 2015). Sawaia (2014) apresenta o conceito de sofrimento ético-político para retratar a vivência cotidiana de dor e manifestação de sofrimento relacionada ao enfrentamento de situações nas quais a pessoa é tratada como inferior. O sofrimento produzido em condições de exclusão “não tem a gênese nele (o sujeito), e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (SAWAIA, 2014, p. 101). Para ressignificar as marcas de exclusão advindas do lugar social ocupado pelos moradores e universitários cujo acesso ocorreu na maioria das situações por meio das políticas inclusivas, torna-se relevante reconhecer os benefícios sociais e acadêmicos alcançados a partir da construção de ambientes de trabalho plurais, com a participação dos mais diferentes grupos sociais e étnicos na produção de pesquisa e conhecimento, constituindo-se, assim, ferramentas efetivas para o desenvolvimento social (MARRARA; GASIOLA, 2011).

A experiência de viver em moradia está amplamente sujeita à produção de significados e sentidos diversos e contraditórios, além do enfrentamento de dificuldades de ordem material e adaptações ao contexto universitário, outras demandas pertinentes às dinâmicas relacionais, regras de convivência, gerenciamento dos espaços e condições psicossociais emergem no cotidiano das moradias universitárias (LARANJO; SOARES, 2006; SOUSA; SOUSA, 2009; GARRIDO, 2015; GEMELGO; BARROS, 2015). Nessa direção, a experiência de ser morador promove repercussões no campo das relações interpessoais e ressalta a importância de investigações sobre estratégias de sociabilidade encontradas em moradias universitárias (GEMELGO; BARROS, 2015, GARRIDO, 2015). As relações na moradia podem proporcionar

oportunidades de troca de conhecimento e experiências de vida, aproximações de moradores(as) entre si e com funcionários(as) locais, como também o envolvimento de moradores em projetos que tornem a moradia um espaço coletivo e com condições de vida mais saudáveis. Estudos revelam que as experiências proporcionadas pela estada na moradia vão além dos benefícios da exclusão das despesas de manutenção como aluguel, alimentação e recursos básicos; nesse sentido, é uma vivência que vem sendo considerada formativa pelos moradores, pela condição desafiadora de se conviver com pessoas diferentes, levando à construção de novas relações interpessoais, ao fortalecimento e à criação de laços de amizade, além de um maior engajamento na luta por direitos (ROSENTAL, 2016; GARRIDO, 2015).

No entanto, estudos voltados ao campo das condições psicossociais apontam que as relações na moradia e nos modos como se organizam a vida no local podem favorecer, também, situações de sofrimento e, até mesmo, o adoecimento de estudantes (GEMELGO; BARROS, 2015; OSSE; COSTA, 2011). Sendo assim, alerta-se para o reconhecimento de que, após a inserção do aluno no Ensino Superior, é preciso oferecer suporte para sua permanência com medidas de apoio pedagógico, psicológico e financeiro (MOREIRA *et al.*, 2017), ampliando as demandas que predominantemente direcionam as políticas de assistência estudantil no tripé alimentação, bolsa trabalho/manutenção e moradia (MAYORGA; SOUZA, 2012), para ações mobilizadoras de projetos vinculados às condições de saúde e de atenção psicossocial.

A mudança para uma vida melhor revela-se como elemento fundamental que está contido nos diversos sentidos produzidos nas casas de estudante e motivando a permanência na moradia mesmo diante de adversidades vivenciadas (SOUSA; SOUSA, 2009). São pessoas com histórias de vida singulares e oriundas de contextos sociais diversos que passam a ocupar o mesmo espaço, partilhar cômodos e ter a moradia como seu lar por um dado período da sua trajetória de vida, com o objetivo comum de finalizar os estudos acadêmicos. Pela particularidade de ser um espaço gerido pela instituição universitária, pelos estigmas associados à moradia e pelos dilemas que envolvem fazer parte de uma moradia coletiva, agregam-se diversos significados ao espaço que passam a habitar. O processo de se reconhecer em um lugar refere-se à soma de lembranças, sentimentos, vivências e significados dos sujeitos que habitam um mesmo espaço (PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009). Nesse processo são construídos diversos significados e várias formas de engendrar a apropriação do lugar, concepção esta que envolve ação-transformação do sujeito e do espaço por meio de processos de identificação simbólica relacionados aos aspectos afetivos, interativos e cognitivos da relação da pessoa com o espaço, movimento em que a pessoa se reconhece no espaço, e passa a atribuir qualidades do entorno às suas identidades e suas atividades (PINHEIRO; SILVA, 2018).

A compreensão de vivências produzidas nas casas estudantis, seja nas relações produzidas na moradia e com esta, seja no contexto universitário, vem na direção de alargar o conhecimento sobre as condições psicossociais em pauta na instituição e contribuir para que projetos e ações no campo da atenção psicossocial possam ganhar destaque na universidade, asseguradas por demandas advindas da participação dos moradores. Tendo em vista tais contribuições, o presente projeto se alinhou com a perspectiva psicossocial e com os pressupostos da promoção da saúde (WESTPHAL, 2006; BRASIL, 2014; GREACEN *et al.*, 2012) para desenvolver uma pesquisa-intervenção participativa em moradia estudantil, tendo em vista uma concepção ampliada e integrada de saúde, com um olhar para as potencialidades e limitações que envolvem a construção da experiência de ser morador, em toda sua complexidade e com as condições de vulnerabilidade em pauta nesse contexto.

Costa-Rosa (2000) apresenta o modo psicossocial como novo paradigma para pensar as práticas no campo da saúde mental, ao propor um modo específico de pensar a dinâmica entre saúde e adoecimento, de organizar as instituições, de estabelecer relações com a pessoa que adocece, oposto ao modelo tradicionalmente hegemônico, ao modo asilar e focado na doença. Para o autor, o ambiente sociocultural é considerado determinante, pois diz respeito ao posicionamento do sujeito em relação aos conflitos e às contradições que o atravessam (COSTA-ROSA, 2000). Na mesma direção, Paiva (2013) entende que a dimensão psicossocial vem integrar domínios que por muito tempo atuaram de forma separada nos diversos campos do conhecimento – o social do individual, a sociedade da pessoa.

A vulnerabilidade tornou-se conceito central para pensar o campo da saúde quando se passou a reconhecer que a dimensão social deve ser considerada como condição necessária para compreender a questão dos riscos à saúde, ao considerar que a população com maior exposição ao risco sofre determinações de uma estrutura desigual advindas de concentração de renda e de poder na sociedade e de acessibilidade a serviços e políticas públicas. Sendo assim, algumas pessoas ou comunidades se encontram em situações mais suscetíveis ao enfrentamento de dificuldades psicossociais, e para apreender tais condições a abordagem conceitual da vulnerabilidade pode contribuir nessa compreensão. A vulnerabilidade é atribuída quando se quer expressar os potenciais de adoecimento ou não adoecimento relacionados a todo ou cada um dos indivíduos que devem ser situados em um conjunto de condições contextuais (AYRES *et al.*, 2009). As pessoas não são vulneráveis, elas estão vulneráveis com relação à determinada situação, num certo ponto do tempo e espaço e em diferentes graus que podem sofrer mudanças a cada momento (PAIVA, 2013; AYRES *et al.*, 2009), apontando para o caráter relacional e multidimensional de qualquer situação de vulnerabilidade.

A partir da noção de vulnerabilidade torna-se relevante identificar elementos relacionados ao processo de sofrimento em situações mais concretas e particulares, para que se conheça como as relações e mediações estabelecidas possibilitam estas situações, num movimento de síntese, no lugar de um viés probabilístico presente na noção de risco (GAMA; CAMPOS; FERRER, 2014). É neste sentido que a interface entre vulnerabilidade e atenção psicossocial permite uma aproximação com o fenômeno do sofrimento psíquico sem realizar uma redução a categorias psicopatológicas descritivas, focadas numa descrição de sintomas e de atributos de ordem orgânica, mas direcionando para uma compreensão do fenômeno a partir das condições vivenciadas pelo sujeito, em um determinado contexto de social, como, também, em toda a sua complexidade como sujeito em relação com mundo.

Assim, essa interface se alinha na direção da integralidade no cuidado diante das diversas formas de vivenciar o sofrimento, ou seja, “como sujeito em relação toda pessoa pode experimentar um dado processo de adoecimento ou se proteger dele, o que envolve sua constituição física e o modo singular de produzir seu cotidiano, como parte de uma comunidade” (PAIVA, 2013, p. 545). Tal proposta contribui para que nosso olhar se movimente na direção de compreender modos singulares de ser morador, sem perder de vista os aspectos sociais, políticos, culturais que atravessam a sua história e a da própria instituição universitária. Assim, essa perspectiva ampliada promoveu aproximações com os pressupostos da promoção da saúde, uma vez que essa proposta visa ao planejamento de ações pautadas na participação social, equidade e intersetorialidade (WESTPHAL, 2006), estratégias condizentes com o propósito da presente pesquisa-intervenção.

O movimento da promoção da saúde pode, assim, ser considerado uma lente que aproxima práticas de saúde da integralidade, da determinação social da saúde e visa contribuir para novas estratégias sanitárias, nos seus diversos níveis de atenção, assim como contribui para o fortalecimento das políticas públicas de saúde (VASCONCELOS; SCHMALLER, 2014). É importante situá-la, historicamente, como estratégia que surge por se contrapor à perspectiva hegemônica de atenção à saúde pautada no paradigma biomédico, centrado na doença, no saber médico, na hospitalização e sem qualquer envolvimento dos sujeitos no processo de cuidado. Assim, ações pautadas na promoção da saúde pressupõem estratégias que compreendem a valorização das dimensões sociais e culturais determinantes do processo saúde/enfermidade (BUSS, 2009; TRAVERSO-YÉPEZ, 2007), como também o protagonismo dos sujeitos e das comunidades envolvidas (CARVALHO; COHEN; AKERMAN, 2017), reconhecendo as potencialidades e limitações vivenciadas pelas pessoas no processo de produção de saúde e adoecimento.

O conceito moderno de promoção da saúde tem como marco legal para sua consolidação a Carta de Ottawa, o documento produzido na I Conferência de Promoção da Saúde, realizada no Canadá, em 1986, no qual se encontra a sistematização das bases conceituais e políticas da promoção da saúde. De acordo com o documento, são sistematizados cinco campos de ação: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; criação de ambientes favoráveis à saúde; reforço da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais; e reorientação do sistema de saúde (BRASIL, 2002; BUSS, 2009).

No Brasil, o documento apresentado influenciou a reorientação da saúde proposta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e sua consolidação como política pública aconteceu em 2006, a partir do lançamento da Política Nacional de Promoção de Saúde, por meio da Portaria nº 687, com o objetivo de *promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais* (BRASIL, 2006, p. 17). Mais recentemente, esta mesma Política foi redefinida com a inclusão de temas como ambientes e territórios saudáveis, produção de saúde e cuidado em conexão com as Redes de Atenção à Saúde (RAS) e com Determinantes Sociais da Saúde (DSS), pela Portaria nº 2.446, de 2014 (BRASIL, 2014).

Sobre o entendimento da concepção ampliada de saúde, um dos modelos esquemáticos no qual se podem compreender os determinantes do processo saúde e adoecimento é o modelo de Dahlgren e Whitehead, lançado em 1991. Este modelo permite identificar determinantes em saúde em suas diversas dimensões, desde condicionantes mais próximos das características individuais, como idade, sexo e fatores hereditários, como aspectos macrossociais, como condições culturais, socioeconômicas e ambientais (CARVALHO; BUSS, 2009). As dimensões intermediárias perpassam pelos estilos de vida dos indivíduos, pelas redes sociais e comunitárias, e pelos fatores relacionados às condições de vida e de trabalho (Figura 1).



Figura 1: Modelo dos determinantes sociais de saúde



Fonte: Dahlgren e Whitehead (1991)

É neste contexto de análise dos processos de saúde e adoecimento que as intervenções e ações de saúde podem ser desenvolvidas nas diferentes dimensões apresentadas pelo modelo. Segundo Jackson *et al.* (2013), a sinergia entre os determinantes sociais em saúde e a promoção da saúde contribui para uma melhor compreensão das inequidades em saúde, lançando a possibilidade de incidir sobre a política e mudança socioambiental, como, também, na justiça social, colocando em pauta abordagens para o desenvolvimento da sociedade, com a participação dos atores envolvidos.

Para operacionalizar projetos que partem dos determinantes sociais em saúde e busquem interferir nas condições de inequidades, tornam-se relevantes parcerias entre diversos setores da saúde e de outras áreas. A intersetorialidade ganha espaços nas propostas de promoção da saúde, em especial, nas estratégias que se referem à prevenção de violência, à área de desenvolvimento sustentável, às ações de prevenção de mortes no trânsito e na execução de programas como Saúde na Escola e Academia da Saúde (MALTA *et al.*, 2014). A concepção de equidade em saúde, também, é norteadora da promoção da saúde e vem colocar em questão as desigualdades de diversas ordens que assolam o cotidiano de grupos ou pessoas. Promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver amplia a potencialidade da saúde individual e coletiva, tendo como base o conceito de justiça social, e *pode ser interpretada como o resultado de políticas que tratam indivíduos que não são iguais de forma diferente* (VIEIRA-DA-SILVA; ALMEIDA FILHO, 2009, p. 221).

Outra diretriz fundamental para planejamento de ações nessa abordagem é a participação social. Essa se constrói como estratégia que orienta a promoção da saúde, pois torna possível aproximação com as situações concretas de vida dos sujeitos e o envolvimento dos atores diretamente interessados, sejam o governo, comunidades e membros de organizações

sociais, formuladores de políticas, profissionais de saúde e de outras áreas (WESTPHAL, 2006). Assim, práticas e os processos que se direcionam para a participação ativa e deliberativa dos sujeitos envolvidos são essenciais em todos os mecanismos de promoção da saúde, em um nível coletivo ou comunitário, mas também na própria clínica individual (FLEURY-TEIXEIRA *et al.*, 2008).

Dentro da perspectiva dos DSS e dos pressupostos da promoção da saúde, são encontrados suportes para compreender as condições de vida e dinâmicas relacionais vivenciadas pelos residentes na moradia universitária, considerando a influência das condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e psicológicas. Nesse sentido, o presente trabalho se constrói na interface entre saúde e o contexto das políticas de educação no Ensino Superior, cuja proposta foi possibilitar uma visão ampliada e multidimensional para compreender os desafios e as dificuldades vivenciadas pela condição de ser residente em moradia estudantil e contribuir no planejamento de possíveis intervenções no âmbito coletivo, no intuito de melhorar as condições de vida de seus estudantes.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender as condições psicossociais vivenciadas por estudantes de moradia estudantil e os impactos produzidos na dinâmica institucional da moradia e da universidade.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- i. Compreender as vivências de ser residente e seus desdobramentos para o sentido de lugar na moradia universitária.
- ii. Conhecer as trajetórias vivenciadas pelos residentes no processo de inserção na universidade e na moradia estudantil.
- iii. Caracterizar as redes de apoio dos moradores para o enfrentamento de dificuldades vivenciadas na moradia estudantil e na vivência universitária.
- iv. Discutir os determinantes sociais atuantes no contexto dos residentes da moradia universitária.
- v. Apresentar resultados de um projeto intervenção em promoção de saúde desenvolvido em uma moradia estudantil de uma universidade federal do Sul do Brasil.



### 3 MÉTODO

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo corresponde a uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujo enfoque possibilita descrições e interpretações advindas da realidade social (RESENDE, 2009). Com base no objetivo do estudo de compreender as condições psicossociais na experiência de ser residente em moradia estudantil, a escolha de seguir o curso de uma pesquisa qualitativa se deu uma vez que seu “objetivo é dar conta das preocupações dos atores sociais, tais quais elas são vividas no cotidiano” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012, p. 130). A abordagem qualitativa também viabiliza ao pesquisador obter informações sobre os fenômenos, tais como sentimentos, emoções, situações de sofrimento, de forma mais detalhada e que podem ter difícil acesso por métodos convencionais (STRAUSS; CORBIN, 2008).

O delineamento proposto realizou um estudo descritivo e exploratório. O estudo descritivo tem como objetivo a busca por informações contextuais de forma detalhada, possibilitando a ampliação do conhecimento de uma determinada população ou fenômeno (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012; GIL, 1994). Já a perspectiva exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 1994).

Quanto ao procedimento, o estudo construiu uma pesquisa de campo realizada na moradia estudantil de uma universidade pública do Sul do país, a partir de uma proposta de pesquisa-intervenção participativa, na qual algumas etapas foram desenhadas ao longo do próprio estudo, ou seja, nem todos os procedimentos foram definidos a priori pela pesquisadora no momento da construção do projeto de pesquisa. Construir a delimitação de um campo de pesquisa e o acesso aos dados é algo que nem sempre pode ser desenhado em etapas rigidamente definidas, pois uma pesquisa de campo pressupõe uma rede de causalidade intersubjetiva em que se interconectam vozes e lugares, em momentos diferentes da pesquisa (SPINK, 2003).

As experiências de pesquisa-intervenção caminham no sentido da articulação entre teoria e prática, entre pesquisadores e participantes, na medida em que o conhecimento e a ação sobre a realidade se fazem a partir da investigação das necessidades e dos interesses locais (ROCHA, 2003). Essa proposta de pesquisa compõe o cenário de metodologias informadas por princípios da inclusão e da diversidade que “buscam romper com as abordagens verticais e estanques da vida e evidenciam elementos concretos de que o desejo de se articular, a potência de agir em favor do diálogo e a interação entre sujeitos se faz presente” (MENDES; PEZZATO;

SACARDO, 2016, p. 1743). No presente estudo, a participação e as contribuições dos moradores foram primordiais para a construção da pesquisa, nos seus diversos momentos, interferindo diretamente no momento no qual os dados foram coletados, nos instrumentos utilizados e na sequência de etapas realizadas.

Dentro dessa perspectiva, experiências de pesquisa-intervenção caminham no sentido de construir propostas que valorizam a participação dos grupos sociais, no intuito de buscar soluções para as problemáticas vividas, tendo em vista a compreensão e mudança da realidade (ROCHA, 2003). Busca-se potencializar processos de mudança, fortalecer a autonomia dos sujeitos, a participação, a valorização de movimentos instituintes e atribuir significados e sentidos para as experiências (MENDES; PEZZATO; SACARDO, 2016). Dentro dessa perspectiva, a escolha pela pesquisa-intervenção se alia aos pressupostos da promoção da saúde, por valorizar a integração e a cooperação entre sujeitos e proporcionar novas formas de construir práticas promotoras de saúde.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em moradia estudantil localizada em uma universidade federal da Região Sul do Brasil, na qual consta um total de 167 vagas. Mesmo sendo um estado com outras universidades federais e estaduais, com polos regionalizados, trata-se da única moradia estudantil de todo o estado. Sua construção se edificou nas proximidades do campus da instituição com maior número de cursos de graduação e tem como objetivo atender as necessidades de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica de ambos os sexos, regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais da instituição, oriundos de outros municípios, estados e países.

O programa de moradia estudantil se insere dentro da PRAE, sendo este o órgão responsável pela execução de programas e de outros projetos voltados à política de assistência estudantil, como moradia estudantil, alimentação e transporte. Integra essa Pró-Reitoria, a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs), formada por equipe composta de assistentes sociais e psicólogas, cuja função é realizar a coordenação e execução dos programas voltados ao atendimento das demandas sociais dos estudantes, com o objetivo de contribuir para a sua permanência e desempenho acadêmico. A equipe é responsável por executar programas como auxílio moradia, moradia estudantil e auxílio creche, como também ações voltadas ao campo psicossocial como: desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de

promoção da saúde, coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental e realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial.

Outra atribuição dessa mesma equipe é realizar a avaliação de cadastros socioeconômicos com objetivo de obtenção do Índice Socioeconômico dos estudantes de graduação da instituição, instrumento institucional legal que permite o acesso a auxílios e benefícios aos estudantes dos cursos de graduação presencial, por meio da inscrição em editais. São requisitos estabelecidos pela instituição para realização do cadastro: ser estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da universidade e ter renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo per capita.

Sobre as regras institucionais da moradia, no ano da entrega do prédio, em 2003, foi também publicado o regimento que delimita os objetivos institucionais da moradia estudantil, como: proporcionar aos estudantes de outros municípios, que apresentem dificuldades socioeconômicas, um espaço de convivência que possibilite, além da permanência durante o curso universitário, um ambiente sadio e adequado de estudo; contribuir para o desenvolvimento social destes estudantes; estimular o espírito de solidariedade e de coletividade, propiciando o exercício de cidadania; e proporcionar gratuidade plena.

A maioria dos encontros da pesquisa ocorreram no espaço da moradia, por entender a importância de estarmos próximos do ambiente em que se constrói a rotina dos estudantes e por compreender que proporcionaria maior participação social. No entanto, algumas etapas da pesquisa, como a realização das entrevistas semiestruturadas, ocorreram também no espaço universitário, por escolha dos próprios participantes.

### 3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participaram do presente estudo residentes da moradia estudantil, dos sexos masculino e feminino, universitários de graduação dos diferentes cursos e com tempos de permanência diversos na moradia. Ao todo, a moradia conta com cerca de 160 estudantes; no entanto, trata-se de uma população na qual o número poderá variar de acordo com a entrada e saída de estudantes, seja pela conclusão do curso, seja pela obtenção da vaga, seja pela inserção no módulo provisório. Os estudantes caracterizam-se por estarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, em sua maioria, residem em prédios que comportam quartos divididos entre duas pessoas, com áreas compartilhadas por até quatro pessoas, como banheiro e cozinha. O lugar dispõe de espaços coletivos, como área verde externa, estacionamento, horta, lavanderia, hall de entrada, sala de convivência e de estudos. Integra a moradia também espaço destinado

aos estudantes do Programa de Apoio Emergencial de Permanência (PAEP), responsável por disponibilizar vagas para estudantes que aguardam a finalização do cadastro ou o resultado dos editais de auxílio, em extremas condições de vulnerabilidade social (sem laços sociais, sem renda, sem local para morar).

De acordo com dados da PRAE fornecidos no início do projeto, em 2015, foi identificado que a maioria dos residentes da moradia eram homens (55%), oriundos em sua maioria de cidades de Santa Catarina, mas conta também com estudantes de outros estados brasileiros, como São Paulo e Rio Grande do Sul. A grande maioria dos estudantes cursou o Ensino Médio em escolas públicas (87%) e uma parte deles, cerca de 32%, entrou na universidade vinculada às políticas de ações afirmativas da instituição.

A participação dos moradores nas reuniões e nos eventos vinculados ao projeto era voluntária e aberta a todos os residentes. Nas ações como intervenções para diagnóstico situacional, assembleias e eventos de integração entre moradores, em média, era possível contar com a participação de 15 a 20 moradores. Já nas reuniões da comissão, formada pela equipe do projeto de extensão e por moradores, havia um número reduzido de estudantes envolvidos, em torno de 3 a 5 moradores, participantes que variaram ao longo do projeto. O projeto procurava realizar a divulgação dos eventos com antecedência, por meio de e-mails disparados com auxílio do administrador da casa, divulgação por meio de redes sociais exclusivas dos moradores e cartazes espalhados pelo local – entrada, elevador e corredores. A maioria dos encontros aconteceram no hall de entrada da moradia, no intuito de facilitar a participação dos moradores e instigar a curiosidade daqueles que circulavam pelo local.

Na etapa das entrevistas, foram convidados a participar tanto residentes que estavam iniciando a entrada na moradia – e vivenciaram mais recentemente as etapas necessárias ao acesso ao auxílio e o processo de adaptação ao espaço da moradia –, como também residentes que estavam há mais tempo na moradia, no intuito de investigar, também, aspectos relacionados às vivências daqueles que apresentam maior tempo de permanência, sua trajetória de vida na moradia e na universidade.

Para realização das entrevistas, a amostra do estudo foi intencional e não probabilística, sendo utilizada, inicialmente, a técnica *snowball* (bola de neve) para selecionar os participantes: nela uma pessoa que primeiramente participou indicava outro participante que cumpria os requisitos da pesquisa, que por sua vez indicava outro colega, e assim sucessivamente, até o cumprimento dos objetivos do estudo e a saturação dos dados. Posteriormente, foram colocados cartazes e divulgado por e-mail o convite para participação voluntária, mas não houve adesão de moradores por essas outras vias de acesso a participante, a não ser pela indicação de colegas.



Foram realizadas nove entrevistas, ocorridas entre 2016 e 2017. Todas as entrevistas foram gravadas, com autorização dos participantes, e posteriormente, transcritas pela pesquisadora para realização da etapa de análise.

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS, INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

A pesquisa estava inserida em um projeto de extensão cujo objetivo era desenvolver ações de promoção da saúde em moradia estudantil, e a participação da pesquisadora no projeto se tornou uma porta de entrada para conhecer o contexto de pesquisa, estabelecer contato com os participantes e as intervenções planejadas em conjunto. A entrada em campo iniciou em 2015, com a participação na assembleia dos moradores e apresentação da proposta do projeto. Participaram professores e alunos da Psicologia, com a presença de aproximadamente 15 moradores. Os moradores demonstraram interesse em ter um projeto de extensão no local, e a parceria iniciou com moradores que participavam naquele momento do conselho da moradia.

Diante dos primeiros relatos sobre as condições psicossociais e situações de vulnerabilidade vivenciadas no cotidiano da moradia (preconceitos, falta de acolhimento, conflitos, sofrimento psíquico), surgiu como primeira ação planejada a realização de uma intervenção diagnóstica situacional. Ao total de quatro encontros, ocorridos na moradia, primeiro com os moradores e, em seguida, com técnicos da PRAE, foram elencadas dificuldades vivenciadas na convivência da moradia e no contexto universitário. O levantamento seguiu as seguintes etapas: 1) levantamento de problemas; 2) aproximação dos problemas por proximidade; 3) categorização dos problemas em funcionais, estruturais e relacionais; e 4) explicitação das relações de determinação entre os problemas levantados e os possíveis caminhos para soluções. Posteriormente, tais informações foram categorizadas e analisadas para realização de devolutiva com os atores envolvidos.

Em 2016, foram realizados encontros que marcaram a devolutiva dos resultados, e como estratégia para continuidade de ações na moradia, em assembleia estudantil, foi deliberada a formação de uma comissão, com reuniões quinzenais na moradia, para discutir estratégias que implicariam melhorias nas condições psicossociais levantadas em etapas anteriores. As reuniões começaram a acontecer, com a participação da equipe do projeto de extensão e de estudantes da moradia. Entre as ações organizadas e mediadas pelo projeto e desenvolvidas nesse ano estão: início de aulas de ioga, dirigidas por moradora; colocação de caixinha no hall de entrada, com a indagação “o que tem de bom na moradia?”; confecção de cartazes para expressão de desejos e potencialidades da moradia por moradores e funcionários; o uso da

técnica do diário pessoal, visando à expressão de situações e emoções vivenciadas no cotidiano dos moradores; organização de espaços coletivos (lavanderia e sala de convivência) e de reuniões sistemáticas da comissão. Ainda como ações que marcaram a integração dos moradores, foram realizados: café da tarde, para integração de moradores; rodas de conversa sobre a experiência de ser morador; evento cultural chamado de “café literário” (organizados pelas moradoras da comissão); brechós (organizado por moradoras); início do planejamento de ações relacionado ao descarte dos resíduos; e parceria entre moradores para manutenção da horta comunitária local.

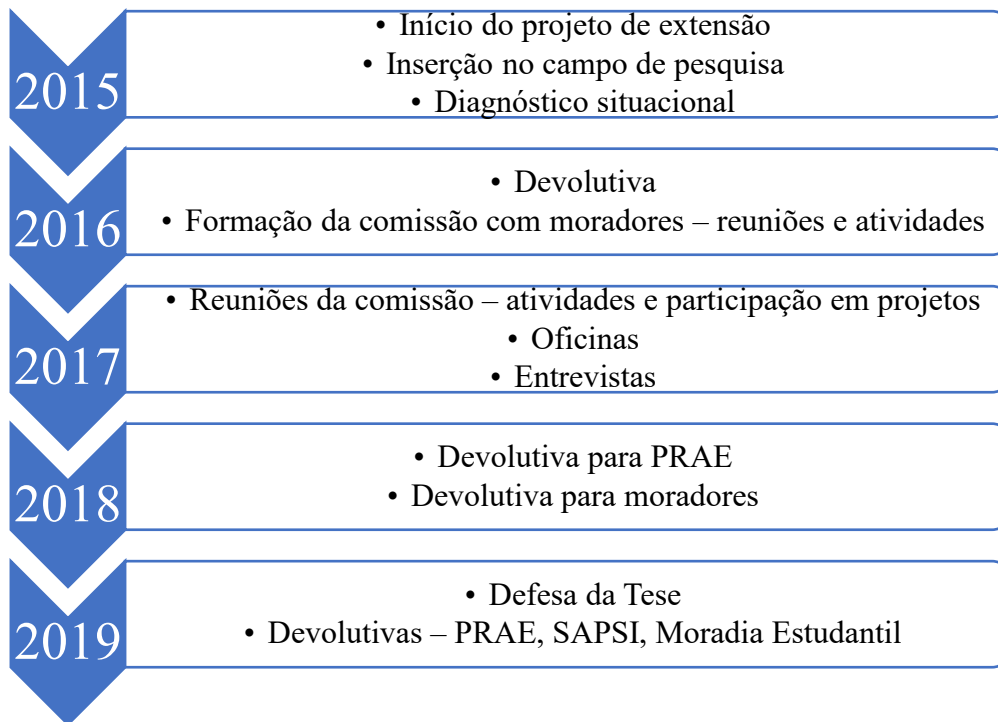
Algumas propostas foram discutidas, pensando principalmente na melhoria do acolhimento de novos moradores, mas não foram executadas, tais como: vídeo de apresentação da moradia, mutirão “dia da mulher”, apadrinhamento dos novos moradores pelos antigos e outras.

Os encontros da comissão se tornaram, para além da organização das atividades, espaço para relatos de conflitos ocorridos na moradia, assim como para ressaltar potencialidades que ocorriam no cotidiano da moradia, discussões que colaboraram para a construção de ações coletivas e saídas para melhoria da convivência no local.

Em 2017, seguiu ocorrendo reuniões da comissão, de forma mais esporádica, destacando-se a realização de ações para melhoria do acolhimento aos novos moradores; com a realização de dois encontros de confraternização para boas-vindas e troca de experiência entre moradores. Diante das demandas psicossociais relatadas ao longo das reuniões da comissão e em etapas anteriores, houve a tentativa de realizar encontros temáticos, cujo objetivo era criar espaço para compartilhamento de experiências cotidianas entre moradores. No entanto, diante da baixa adesão aos encontros, somente um dos três encontros previstos foi realizado. Ainda nesse mesmo ano, foram encerradas as reuniões da comissão, tendo em vista o início da licença-maternidade da pesquisadora e a finalização do projeto de extensão. Foram também realizadas as últimas entrevistas semiestruturadas com moradores, etapa iniciada em 2016.

Por último, em 2018, diante dos resultados preliminares da intervenção realizada ao longo dos três anos de inserção em campo e análise das entrevistas, foi realizado retorno ao campo para devolutiva dos resultados aos moradores e à equipe da PRAE. Em 2019, ainda estão previstas devolutivas dos resultados e análises mais ampliados e finalizados para a PRAE e outros setores da universitários. A Figura 2 mostra um resumo das etapas da pesquisa, por ano de realização, tendo em vista facilitar a compreensão das etapas e ações realizadas pelo presente estudo.

Figura 2: Etapas realizadas pelo estudo, por ano de realização



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Em relação aos instrumentos utilizados pela pesquisadora, tendo em vista responder os objetivos propostos para a realização deste estudo, destacam-se as seguintes técnicas: observação participante e entrevista semiestruturada.

#### *a) Observação participante*

A observação participante consiste na participação real do pesquisador no campo de pesquisa, que pode acontecer em determinados momentos do estudo com a função de contribuir no acesso a dados de situações habituais dos membros que se encontram envolvidos na pesquisa (GIL, 1994). Por se tratar de uma pesquisa-intervenção, “esse método aproxima-se, ainda, de uma concepção da pesquisa qualitativa como processo, pois pressupõe um período mais longo no campo, com maior contato com pessoas e contexto a seres estudados” (FLICK, 2009, p. 212).

Para sistematização das observações, foi criado diário de campo, com roteiro contendo descrição das seguintes dimensões, sugeridas por Flick (2009): do espaço, das pessoas envolvidas, das atividades desenvolvidas, das ações realizadas pelas pessoas, da sequência dos acontecimentos ao longo do tempo, dos objetivos previstos pelas pessoas no encontro, das emoções sentidas e manifestadas.

Foram feitos relatos de encontros da comissão, eventos de integração entre moradores, reuniões com a PRAE, participações em assembleias e intervenções do diagnóstico situacional.

### *b) Entrevista semiestruturada*

A entrevista tem sido uma técnica utilizada comumente nas pesquisas qualitativas, tendo como objetivo proporcionar ao participante condições que favoreçam a descrição e reflexão sobre uma dada experiência de vida, com auxílio de perguntas, preferencialmente, amplas e abertas (CHARMAZ, 2009). O mesmo autor destaca que é fundamental que o pesquisador ative nesse processo a capacidade de escuta, seja capaz de ouvir com sensibilidade e estimular o participante a responder. Assim, a escolha pela entrevista semiestruturada permitiu o aprofundamento de visões e sentidos produzidos na experiência de vida dos participantes, sendo relevante a preparação de um roteiro prévio com os temas centrais e objetivos previstos pelo projeto de pesquisa (GASKELL, 2015), etapa realizada no presente estudo (Apêndice A).

Para auxiliar no processo de coleta dos dados, durante a etapa final das entrevistas, os participantes foram convidados a olhar atentamente algumas fotos que lhes eram expostas, referentes a espaços da moradia, e, posteriormente, a escolher algumas fotos para comentar. Os estudantes apresentavam o motivo da escolha das fotos e como se dava a sua relação com esses lugares. As fotografias foram tiradas pela pesquisadora e correspondiam a representações dos espaços coletivos que se destacaram ao longo do projeto, por atender diferentes características (locais marcados por momentos de lazer, conflitos, ações coletivas, chegada à moradia, pouco uso). Foram utilizadas um total de onze fotografias (Apêndice C), correspondendo aos seguintes lugares: horta comunitária, sala de convivência, lavanderia, hall de entrada, área externa da moradia (bancos e área de convivência externa), sala de estudos, prédio do PAEP, local do descarte dos resíduos, local dos reciclados, foto externa do prédio principal (janelas dos quartos e objetos pessoais visíveis) e cartaz elaborado por moradores durante projeto.

No momento da entrevista, as fotografias puderam ser utilizadas como um instrumento de pesquisa, como um meio que o pesquisador emprega para induzir o pesquisado a buscar ele mesmo a informação que fará avançar a reflexão científica (BERLATTO; SALLAS, 2008) e no cumprimento dos objetivos traçados, nesse caso, compreender como se dava a relação dos moradores com o lugar que habitavam e os sentidos que se produziam na relação deles com os espaços escolhidos.

## 3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa levou em consideração as regras dispostas na Resolução nº 466/2012, no que se refere às condições das pesquisas que envolvem seres humanos e aos cuidados necessários.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética a partir da inscrição do projeto e dos pesquisadores na Plataforma Brasil, aprovado por este Comitê em 2016, em parecer de nº 1.767.905.

Nas participações em encontros e eventos da moradia, sempre apresentava a pesquisa como integrada ao projeto de extensão, explicando seus objetivos e sua relevância, além de sua respectiva aprovação no Comitê de Ética.

Em relação às entrevistas semiestruturadas, a participação na pesquisa aconteceu diante do livre aceite dos participantes e do cumprimento da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), que continha os objetivos da pesquisa e informações sobre o anonimato e sigilo de cada participante. Foi entregue a cada participante um TCLE, e, após o seu consentimento, era iniciada a entrevista.

Como parte do compromisso da pesquisadora com os envolvidos na pesquisa, foram realizados encontros de devolutivas dos resultados prévios aos moradores e à instituição universitária. Pretende-se, após defesa da tese, ser realizada nova etapa devolutiva para os participantes que assim o desejarem, como também poderá acontecer eventos em espaços coletivos, como assembleias dos estudantes ou organização específica para esse fim. A pesquisadora também se comprometeu a tornar público resultados alcançados por meio da publicação dos artigos.

### 3.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo as etapas elucidadas pelo modelo da teoria fundamentada, utilizou-se como referenciais as etapas apresentadas por Charmaz (2009) e Strauss e Corbin (2008). Esse modelo lança uma proposta de análise sistemática aplicada em estudos de abordagem qualitativa, no intuito de acrescentar novas perspectivas ao entendimento do fenômeno (CASSIANI; CALIRI; PELÁ, 1996). Assim, é a partir do processo de codificação que se estrutura a análise, sendo esta etapa o elo fundamental entre a coleta de dados e o desenvolvimento de uma teoria emergente para compreender o fenômeno estudado. Para análise dos dados do presente estudo, foram utilizados os conteúdos das entrevistas semiestruturadas e dos diários de campo das observações participantes.

Após leituras exaustivas das entrevistas e dos diários de campo, com o propósito de produzir um minucioso exame e uma interpretação cuidadosa dos dados, foi realizada uma microanálise por meio das etapas de codificação aberta, axial e seletiva. Na codificação aberta, foi feito o exame detalhado frase a frase, sendo atribuídos códigos mais descritivos e amplos, que fizeram emergir as primeiras categorias e subcategorias. Segundo Charmaz (2009), a

codificação inicial linha a linha é uma estratégia que induz o pesquisador a aprofundar seus estudos rigorosamente e começa a conceituar suas ideias nesse processo. Nessa fase, cabe ao pesquisador ouvir cuidadosamente o que os participantes estavam dizendo no momento do encontro, mas também como eles estavam dizendo tais palavras (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Em seguida, foi realizada a etapa da codificação focalizada, na qual ocorreu o processo de interação entre as categorias elaboradas na etapa anterior, porém de forma mais analítica, no intuito de gerar compreensões mais completas sobre os fenômenos investigados, classificando e sintetizando o agrupamento de dados. Por último, seguiu-se a construção da codificação seletiva, correspondendo à etapa em que as categorias ficam incorporadas em um esquema teórico mais abrangente e integrado (STRAUSS; CORBIN, 2008).

#### 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram encontrados a partir do cumprimento das etapas de análise e procedimentos de codificação, a partir da leitura exhaustiva do material advindo dos diários de campo e das entrevistas, que geraram um conjunto de subcategorias e categorias a serem apresentadas a seguir. A organização dos resultados vem de modo a evidenciar regularidades e singularidades presentes na compreensão das experiências de ser residente em moradia estudantil e as condições psicossociais que atuam na condição de morador e de estudante universitário.

Quatro categorias mais centrais se destacaram no processo de análise: 1) condições psicossociais que antecedem a entrada na universidade; 2) relação entre moradores e universidade; 3) sociabilidades na moradia; e, por último, 4) relação dos moradores com o espaço da moradia. O Quadro 1 esclarece a relação entre as categorias e subcategorias, e a composição dos elementos de análise que integram os resultados e as discussões a serem apresentados nos artigos apresentados na sequência.

Quadro 1: Apresentação de categorias, subcategorias e elementos de análise

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos de análise</b>
<b>1 Condições psicossociais que antecedem a entrada na universidade</b>	1.1 Trajetórias de vulnerabilidade	1.1.1 Dificuldades financeiras 1.1.2 Falta de apoio familiar 1.1.3 Falta de conhecimento sobre políticas de acesso 1.1.4 Distância física da rede de apoio
	1.2 Instabilidade de local para morar	1.2.1 Experiência em abrigos 1.2.2 Experiência de morar “de favor” 1.2.3 Trabalhar para custeio de moradia
	1.3 Apoio social para acessar universidade	1.3.1 Cursos gratuitos 1.3.2 Namorado 1.3.3 Amigos/colegas de trabalho 1.3.4 Instituições religiosas 1.3.5 Conhecidos que estavam na universidade
	1.4 Experiências no mercado de trabalho	1.4.1 Antecessora da entrada na universidade 1.4.2 Conciliação entre trabalho e estudo 1.4.3 Manutenção na cidade
	1.5 Escolha do curso	1.5.1 Baixa concorrência 1.5.2 Objetivo de acesso à universidade 1.5.3 Dificuldades em se manter no curso 1.5.4 Trocas de curso
	1.6 Universidade como sonho	1.6.1 Falta de informação 1.6.2 Incentivo para mercado de trabalho 1.6.3 Pouca familiaridade com contexto universitário

<b>2 Relação entre moradores e universidade</b>	2.1 Importância do acesso à assistência estudantil	2.1.1 Estabilidade na permanência 2.1.2 Melhoria do desempenho acadêmico 2.1.3 Reconhecimento do benefício 2.1.4 Qualidade de vida estudantil 2.1.5 Alta concorrência pelos universitários
	2.2 Relação com a PRAE	2.2.1 Dificuldades em completar documentação 2.2.2 Prazo de validade do cadastro 2.2.3 Relação burocrática 2.2.4 Rede de apoio 2.2.5 Conciliar conflitos 2.2.6 Problemas de comunicação 2.2.7 Invisibilidade
	2.3 Recursos universitários	2.3.1 Participação em grupos de pesquisa, projetos de extensão 2.3.2 Participação em atividades culturais e desportivas 2.3.3 Procura por projetos de apoio pedagógico 2.3.4 Procura por atendimento psicossocial 2.3.5 Formação de laços sociais e redes de apoio 2.3.6 Valorização das vivências acadêmicas
	2.4 Estigma associado a ser morador	2.4.1 Preconceitos sobre moradia 2.4.2 Estreitamento de relação entre moradia e universidade 2.4.3 Visibilidade das potencialidades da moradia 2.4.4 Generalizações sobre situações e problemas
	2.5 Rede de apoio	2.5.1 Psicólogas PRAE 2.5.2 Colegas e professores de grupos de pesquisa 2.5.3 Colegas de curso de graduação
<b>3 Sociabilidades na moradia</b>	3.1 Desafios na convivência cotidiana	3.1.1 Limpeza e organização 3.1.2 Privacidade 3.1.3 Pactuação de regras 3.1.4 Imposição de regras 3.1.5 Troca de quartos 3.1.6 Convivência com diferenças culturais 3.1.7 Convivência com desconhecidos 3.1.8 Episódios de violência
	3.2 Chegada na moradia	3.2.1 Adaptações na chegada 3.2.2 Recepção pelo colega de quarto 3.2.3 Recepção pela equipe administrativa 3.2.4 Sentimento de abandono 3.2.5 Interação entre novos e antigos moradores 3.2.6 Falta de acolhimento
	3.3 Relação com os funcionários da moradia	3.3.1 Relações de cuidado 3.3.2 Problemas de segurança 3.3.3 Regras pouco claras 3.3.4 Mediação de conflitos
	3.4 Situações de conflitos	3.4.1 Sofrimento psíquico 3.4.2 Atuação do conselho e administradores 3.4.3 Repercussões no desempenho acadêmico 3.4.4 Permanência na moradia em risco



		3.4.5 Troca de quartos 3.4.6 Apoio psicossocial
	3.5 Rede de apoio	3.5.1 Relações de amizade e cuidado 3.5.2 Relações fora da moradia 3.5.3 Parcerias e projetos na moradia
<b>4 Relação dos moradores com o espaço da moradia</b>	4.1 Moradia como espaço de formação	4.1.1 Experiências acadêmicas na moradia 4.1.2 Trocas de conhecimento 4.1.3 Experiência no conselho
	4.2 Pertencimento à moradia	4.2.1 Espaço de autonomia 4.2.2 Moradia como lar/casa 4.2.3 Moradia como espaço de liberdade 4.2.4 Valorização da moradia
	4.3 Moradia como espaço coletivo	4.3.1 Falta de cuidado 4.3.2 Pouca participação social 4.3.3 Amizades em espaços coletivos 4.3.4 Prevalência de interesses individuais
	4.4 Moradia como direito	4.4.1 Espaço de luta 4.4.2 Privilégio de ser morador 4.4.3 Participação no conselho 4.4.4 Caminho para permanecer na universidade
	4.5 Potencialidades da moradia	4.5.1 Aproveitamento do tempo 4.5.2 Estrutura física 4.5.3 Bom lugar para morar 4.5.4 Relações de amizade 4.5.5 Proximidades com campus universitário 4.5.6 Espaço de formação
	4.6 Limitações da moradia	4.6.1 Pouca mobilidade física dos móveis 4.6.2 Individualismo favorecido 4.6.3 Conflitos entre colegas de quarto 4.6.4 Falta de mediação em situações de conflito 4.6.5 Pouca participação social 4.6.6 Ausência da PRAE

Fonte: Elaborado pela autora (2019)



## 5 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta os principais resultados do estudo por meio de artigos científicos, por entender que tal formato otimiza o processo de compartilhamento dos resultados obtidos, ao mesmo tempo em que torna possível responder aos objetivos traçados no início da presente pesquisa e suscita outros temas que apareceram a partir das análises realizadas. Foram escritos um total de três artigos, cada um deles será apresentado a seguir, por meio de um breve resumo.

O primeiro artigo teve como proposta apresentar as etapas iniciais de entrada no campo de pesquisa e os resultados obtidos nos dois primeiros anos da pesquisa-intervenção, tendo como base para as ações diretrizes conceituais e metodológicas da promoção da saúde. As etapas de inserção na moradia, realização do diagnóstico situacional e das primeiras intervenções se constituíram como construção coletiva entre pesquisadora, participantes do projeto de extensão e moradores, possibilitando o reconhecimento das condições psicossociais que marcam a experiência de ser morador e de possíveis ações e caminhos para melhoria nas condições de vida local.

Na construção do segundo e do terceiro artigos, são acrescentadas as análises das entrevistas semiestruturadas, junto com o material das observações participantes de todo período em campo, incluídas as devolutivas feitas em campo, realizadas em 2018. A respeito do segundo artigo, tornou-se possível compreender os desafios de ser morador, enfatizando aspectos relacionados à convivência na moradia e à relação que os moradores passam a construir com o lugar que se torna seu lar. Os resultados mostraram frequentes dilemas enfrentados pelo morador ao lidar com diferenças culturais dentro da moradia, ao pactuar regras de convivência (relacionadas a privacidade, limpeza, organização dos espaços), como também o processo de apropriação do lugar como lar, dificuldades para reconhecimento do espaço como coletivo e repercussões psicossociais diante de conflitos vivenciados no local.

O último artigo, por fim, direcionou a discussão sobre a relação dos moradores com a instituição universitária. Inicia abordando a trajetória para o acesso, as situações de vulnerabilidade enfrentadas e a formação de redes de apoio social que contribuíram para a conquista desse objetivo. Ao ter o acesso à universidade garantido, são apresentados os caminhos buscados para permanecer, a busca pelos benefícios de assistência estudantil e dos demais recursos institucionais que auxiliam os moradores na melhoria do desempenho acadêmico e no enfrentamento de dificuldades psicossociais, como também as estratégias construídas pelos moradores para lidar com situações de preconceitos ocorridas no contexto universitário e que estão associadas à condição de morador.



## ARTIGO 1

**Promoção da saúde em moradia estudantil:  
desafios para o fortalecimento da coletividade<sup>1</sup>**

**Resumo:** Moradias universitárias atuam como via de inclusão social por possibilitarem a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, moradores relatam o enfrentamento de preconceitos, dificuldades de convivência, e diversas formas de sofrimento. O objetivo é partilhar a experiência de um projeto de pesquisa participativa e extensão focado no desenvolvimento de ações em promoção da saúde numa moradia estudantil. A entrada no campo e os instrumentos de diagnóstico situacional foram realizadas entre 2015 e 2016, com a participação de residentes, técnicos e gestores da moradia, e contribuíram para o levantamento e planejamento de intervenções com as demandas psicossociais apresentadas pelos moradores, visando fortalecer ações coletivas que sirvam como fator de proteção para vulnerabilidades psicossociais.

**Palavras-chave:** Promoção da saúde. Moradia estudantil. Vulnerabilidade. Instituições de Ensino Superior. Pesquisa participativa.

**Health Promotion in a student housing:  
challenges to strengthen collectiveness among the tenants**

**Abstract:** Student housing fosters social inclusion by providing housing for students who have social and economic vulnerabilities. Nevertheless, the tenants report situations involving prejudice, struggles in living with other people as well as other types of suffering. The aim of is to share a participative research and extension project which goal is to develop actions to promote health in a student housing. The diagnosis of the situation with the help of research instruments occurred in the timespan of 2015 and 2016, having the tenants, technicians and housing administrators as a part of this process. The strives were to plan actions based on the students' needs in order to strengthen collectiveness as a way of protection from vulnerabilities.

**Keywords:** Health promotion. Dormitories. Vulnerability. Higher education institutions. Participant research.

### **Introdução**

O processo de inclusão social no Brasil tem passado, como uma de suas estratégias, pelo processo de democratização do acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no caminho de diminuir desigualdades que têm sido marca expressiva ao longo da história da instituição universitária (Vasconcelos, 2010; Costa & Rauber, 2009). A partir da ampliação do acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica ao Ensino Superior, vem se produzindo transformações no cotidiano das universidades, o que sinaliza a importância

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na revista *Psicologia em Pesquisa*, v. 11, n. 2, pp. 70-78, jul./dez. 2017.

de políticas de assistência estudantil que possibilitem a permanência desses universitários para conclusão de seus cursos (Leite, 2012; Vasconcelos, 2010).

As IFES consolidam programas e ações de assistência estudantil condizentes com as realidades locais e regionais, a partir das diretrizes e do financiamento advindos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2010. Entre as ações de assistência estudantil consideradas fundamentais para a permanência na universidade, encontram-se as modalidades de auxílio-moradia, por meio do auxílio financeiro mensal ou de vagas disponibilizadas em moradias estudantis ou casas dos estudantes. Em relação às moradias estudantis, as vagas são destinadas aos alunos que se deslocam de outras cidades e não teriam condições de se manter financeiramente ao longo do andamento do curso. O jovem universitário que passa a residir em moradias estudantis tem como uma das etapas iniciais comprovar suas dificuldades financeiras e cumprir os requisitos institucionais para garantia do benefício. Além disso, somam-se mudanças ambientais, culturais, sociais e na rede de apoio diante da sua entrada na universidade e na própria moradia (Osse & Costa, 2011; Shaikh & Deschamps, 2006).

Nas experiências em moradias universitárias, a dinâmica vivenciada implica dividir quarto com pessoas desconhecidas, partilhar espaços coletivos com vários moradores (laboratórios, salas de estudo, cozinha e lavanderia, por exemplo), desenvolver habilidades para construir novas amizades, conviver com a distância da família e dos amigos e enfrentar dificuldades financeiras para se manter na universidade (Berlato & Sallas, 2008; Garrido, 2015; Sousa & Sousa, 2009). Ao mesmo tempo em que a moradia estudantil propicia uma via de acesso à inserção social, por ampliar a possibilidade de o estudante permanecer na universidade pública e concluir seus estudos, apresenta-se também como um espaço que produz possíveis riscos e dificuldades de diversas ordens, dando indícios das contradições da moradia como ambiente saudável (Osse & Costa, 2011).

As adversidades enfrentadas na moradia muitas vezes são acompanhadas de vivências de sofrimento, exclusão e humilhação (Sousa & Sousa, 2009). Tais adversidades ultrapassam o espaço da moradia e são encontradas, também, nas relações estabelecidas por residentes em diferentes espaços da universidade. Em estudos realizados com a participação de residentes universitários, foram relatadas situações de preconceito dentro da universidade, por conta da sua condição de residentes, sendo produzidos significados distorcidos sobre a pessoa dos moradores (Laranjo & Soares, 2006), outrora reconhecidos e rotulados como bagunceiros, maconheiros e pobres (Sousa & Sousa, 2009), situação relatada pelos participantes do projeto.

No cenário atual, no qual se amplia a necessidade de demandas por políticas de assistência estudantil, incluindo a necessidade de vagas em moradias estudantis, para além da garantia do benefício, outras demandas relacionadas a dinâmicas relacionais, regras de convivência, gerenciamento dos espaços e das condições psicossociais emergem no cotidiano das moradias universitárias. Diante disso, torna-se relevante a realização de ações e projetos de intervenção que considerem os determinantes em saúde que atuam nas situações vivenciadas pelos residentes, tendo em vista a complexidade do fenômeno da saúde e a perspectiva do cuidado integral dos sujeitos (Schneider, 2015).

O presente artigo visa descrever a experiência de uma pesquisa-intervenção em moradia estudantil no Sul do país, desenvolvida dentro de um projeto de extensão universitária, na perspectiva da promoção da saúde. Os projetos de extensão ocupam um lugar importante na universidade por direcionarem ações que ampliam seu caráter intervencionista em ações políticas, pedagógicas e científicas, visando à formação acadêmica e à melhoria da qualidade de vida da população envolvida (Fernandes, 2009).

O projeto parte de uma perspectiva ampliada de saúde, na tentativa de superar perspectivas fragmentadas de saúde, ou seja, uma concepção de saúde inseparável das condições concretas de existências dos sujeitos envolvidos (Czeresnia, Maciel & Oviedo, 2013). A seguir serão apresentadas as bases teóricas e conceituais que fundamentam o projeto proposto.

### *Pressupostos teóricos*

A perspectiva da promoção da saúde é norteadora da construção teórica e metodológica do projeto, tendo em vista a proposta de estreitar relações de solidariedade e confiança dos participantes e o envolvimento das pessoas na construção de ações coletivas para melhoria de suas condições de saúde e bem-estar, especialmente daqueles que vivenciam condições de vulnerabilidade (Buss, 2009). As iniciativas baseadas na promoção da saúde levam em consideração o atendimento das necessidades de um sujeito, grupo ou comunidade considerando as condições de equidade em saúde, em cada contexto histórico e social, no intuito de tornar evitáveis essas condições e de possibilitar que as pessoas busquem seu potencial em saúde a partir da integralidade (Westphal, 2006).

Ao propor uma visão ampliada de saúde, o projeto se aproxima da concepção dos Determinantes Sociais em Saúde (DSS) para compreender as condições de vida e dinâmicas relacionais vivenciadas pelos residentes na moradia universitária. Esse modelo permite

identificar determinantes em saúde em suas diversas dimensões, desde condicionantes mais próximos das características individuais, como idade, sexo e fatores hereditários, até aspectos macrossociais, como condições culturais, socioeconômicas e ambientais. As dimensões intermediárias perpassam pelos estilos de vida dos indivíduos, pelas redes sociais e comunitárias, e pelos fatores relacionados às condições de vida e de trabalho (Carvalho & Buss, 2009).

Consolida-se, portanto, como uma abordagem ampliada para compreender o processo de saúde e adoecimento e seus princípios norteadores, que direcionam ações de saúde pautadas na participação social e na intersetorialidade. Entende-se que é possível a articulação entre saúde e condições de vida, levando-se em consideração desafios sociais, culturais e econômicos dentro da perspectiva da atenção integral, a partir de intervenções de cunho psicossocial. Nesse sentido, a perspectiva psicossocial passa a compor o cenário das estratégias de produção de cuidado em saúde, tendo em vista uma compreensão ampliada e integrada dos componentes sociais, psíquicos, culturais e comportamentais envolvidos no processo de saúde e adoecimento, como também das manifestações de sofrimento psíquico. Entende, assim, que a problematização da integralidade deve ser a orientação para a compreensão do psicossocial (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2011).

Seguindo na mesma linha, levando em consideração a complexidade entre o processo saúde e adoecimento, Paiva (2013) entende que o modo psicossocial busca aprofundar a prática na direção da integralidade no cuidado daqueles que vivenciam formas de sofrimento, de acordo com as suas várias necessidades. É uma proposta de olhar o sujeito que sofre ou enfrenta dificuldades em seu cotidiano pela própria experiência vivida desse sujeito, considerando o contexto histórico e social no qual se localiza essa experiência (Amarante, 2013).

Algumas pessoas ou comunidades se encontram em situações mais suscetíveis ao enfrentamento de dificuldades psicossociais, e para apreender tais condições a abordagem conceitual da vulnerabilidade pode contribuir nessa compreensão. A vulnerabilidade é atribuída quando se quer expressar os potenciais de adoecimento ou não adoecimento relacionados a todo ou cada um dos indivíduos que se situa em um conjunto de condições (Ayres, França Júnior, Calazans & Saletti Filho, 2009). As pessoas não são vulneráveis, elas estão vulneráveis com relação à determinada situação, num certo ponto do tempo e espaço e em diferentes graus, que podem sofrer mudanças a cada momento (Paiva, 2013; Ayres et al., 2009). Destaca-se, assim, o caráter relacional e multidimensional de qualquer situação de vulnerabilidade.

É nesse sentido que a interface entre vulnerabilidade e atenção psicossocial permite uma aproximação com o fenômeno do sofrimento psíquico direcionando para uma compreensão do



fenômeno a partir das condições vivenciadas pelo sujeito, em um determinado contexto de social, como também em toda a sua complexidade como sujeito em relação com mundo. Aproximações com o modo psicossocial possibilitam a construção de um olhar ampliado e multidimensional para compreender os desafios vivenciados pela condição de residente em moradia estudantil e planejar possíveis intervenções coletivas, no intuito de melhorar as condições de vida de seus estudantes.

Há alguns indicadores importantes para a formulação de projetos de promoção da saúde, elaborados pelo projeto PROMISE (do inglês Promoting Mental Health, Minimising Mental Illness and Integrating Social Inclusion through Education), relativo ao desenvolvimento de orientações europeias para a formação de profissionais sociais e de saúde na promoção da saúde mental. Entre esses critérios, deve-se incluir representantes das populações diretamente afetadas pelo objetivo de promoção da saúde mental em questão, sendo encorajados a participar na fixação dos objetivos de saúde e na concepção do projeto e entrega do programa, no sentido do empoderamento dos participantes (Greacen et al., 2012). Nesse sentido, o projeto em pauta considerou o modo como se constitui a relação entre os atores envolvidos (moradores, administradores, gestores, professores envolvidos no projeto) e o conhecimento de aspectos históricos, políticos e conjunturais acerca do campo de intervenção no qual buscamos desenvolver um processo de investigação. Para a construção de estratégias de intervenção, torna-se fundamental durante todo o processo a participação ativa da comunidade implicada na análise produzida, sendo explicitados seus movimentos, suas problemáticas, suas formas de ação e seus processos sociais (Rocha, 2006).

## **Método**

O presente trabalho é desenvolvido a partir de pesquisa-intervenção que integra um projeto de extensão universitária, com objetivo desenvolver ações de promoção da saúde, a partir de uma metodologia participativa. Metodologias participativas procuram conhecer e intervir em uma realidade, levando em conta o trabalho conjunto entre aquele que propõe e quem se beneficia das propostas, considerando as dimensões históricas, éticas, políticas e socioculturais do conhecimento (Thiollent, 1988; Vasconcellos, 1998). O cotidiano é fruto da experiência coletiva, e consideram-se as situações e os resultados organizados a partir das pesquisas participativas sempre provisórios, sendo fundamental a contextualização dos fatores, a análise das forças que os produziram e dos efeitos das práticas (Rocha, 2006).

A proposta da pesquisa-intervenção propõe que as etapas sejam desenhadas no decorrer do projeto, ou seja, nem todos os procedimentos estão definidos a priori pelos participantes. Experiências de pesquisa-intervenção caminham no sentido da articulação entre teoria e prática e entre sujeito e objeto, na medida em que o conhecimento e a ação sobre a realidade se farão na investigação das necessidades e dos interesses locais, na produção de formas organizativas e de uma atuação efetiva sobre essa realidade (Rocha, 2003). Dentro da perspectiva da promoção da saúde, Mendes, Pezzato e Sacardo (2016, p. 1738) apresentam alguns dos desafios de metodologias que partem da promoção da saúde, sendo um campo que anseia “desde uma perspectiva crítica, potencializar processos de mudança, fortalecer a autonomia dos sujeitos, a participação, a valorização de movimentos instituintes, os processos de subjetivação e atribuir significados e sentidos para as experiências.”

O projeto envolve a participação de professores de diversas ênfases da Psicologia: saúde, educacional, ambiental e institucional, juntamente com alunos da graduação e pós-graduação. Além da conexão entre ênfases diferentes do campo da Psicologia, o projeto se constrói a partir da interface entre conhecimentos dos campos da saúde e educação, cabendo a compreensão intersetorial sobre o fenômeno estudado.

Em relação à moradia, a instituição é formada por cerca de 157 residentes, todos estudantes de cursos de graduação, dos sexos masculino e feminino. Sua construção foi edificada nas proximidades do campus da universidade e tem como objetivo atender as necessidades de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de outros municípios ou estados. Há um espaço dirigido para vagas temporárias para universitários que estão aguardando vagas na moradia principal ou àqueles que estão à espera de outros tipos de auxílio moradia. Quando selecionados para a moradia, os estudantes dividem quarto e banheiro com outro colega, assim como compartilham a cozinha com duas outras pessoas do quarto vizinho.

De acordo com dados da instituição, foi identificado que a maioria dos residentes da moradia são homens (55%), oriundos em sua maioria de cidades de Santa Catarina, mas também há estudantes de outros estados brasileiros, como São Paulo e Rio Grande do Sul. A grande maioria dos estudantes cursou o Ensino Médio em escolas públicas (87%), e uma parte deles, cerca de 32%, entrou na universidade vinculada às políticas de ações afirmativas da instituição. Além dos estudantes, a moradia estudantil em questão conta com outros atores importantes, como equipe de manutenção, porteiros, vigilantes e pessoal da administração, assim como a equipe de técnicos administrativos da universidade, que auxiliam nas demandas psicossociais que emergem do grupo.

O projeto iniciou em 2015 e seguiu em continuidade até 2017. Os resultados abaixo correspondem às etapas dos dois primeiros anos de realização do projeto, como entrada no campo e diagnóstico situacional realizado, assim como os passos seguintes para a construção de estratégias coletivas com o grupo envolvido, tendo em vista compreender as condições psicossociais dos residentes e construir intervenções que possam atuar na melhoria das condições de vida de seus moradores.

## **Resultados e discussão**

### *Conhecendo a realidade e as demandas locais: aproximações com a perspectiva da promoção da saúde*

O projeto iniciou em 2015 a partir do contato das gestoras da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), setor da instituição universitária responsável pela gestão da moradia, com o Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN). A demanda institucional apresentada buscava parceria para planejamento de ações relacionadas ao abuso de substâncias psicoativas em moradia estudantil, pois este vinha gerando problemas frequentes no espaço. Os gestores também manifestaram preocupação com as condições psicossociais presentes no cotidiano dos residentes, tendo em vista que alguns estudantes buscavam ajuda por apresentarem sinais de sofrimento psíquico grave, realizarem uso e abuso de álcool e drogas e pelas condições de vulnerabilidade vivenciadas no processo de permanência na universidade.

No campo das pesquisas sobre a saúde em moradias estudantis, a experiência de viver em moradias universitárias pode provocar impacto sobre a saúde dos estudantes e condições que propiciam sofrimento psíquico (Osse & Costa, 2011; Shaikh & Deschamps, 2006). Em pesquisa que buscou conhecer alguns aspectos psicológicos e sociais de universitários moradores da casa do estudante da Universidade de Brasília (UnB), foi identificada a necessidade de atenção a esse público por conta da carência de recursos materiais e de saúde, como também recursos precários de enfrentamento, poucos fatores de proteção e assistência insuficiente para atender toda essa complexidade de demandas (Osse & Costa, 2011).

No intuito de ampliar o olhar sobre o fenômeno das experiências de ser residente em moradia estudantil e a produção de saúde dentro do espaço da moradia, a proposta do planejamento da intervenção foi pensada a partir da articulação com as áreas da psicologia institucional, educacional, ambiental e de saúde. Assim, aspectos pessoais, inter-relacionais, socioambientais e institucionais estariam em pauta nas discussões do grupo envolvido, a partir de uma multiplicidade de enfoques teóricos e metodológicos. Participaram desse processo

quatro professores do Departamento de Psicologia, além de estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia.

Em primeiro plano, foi realizada participação na assembleia de moradores, atividade mensal sob coordenação dos próprios residentes. Nesse momento, o grupo envolvido no projeto conheceu seus moradores e iniciou uma aproximação com o campo de intervenção. Foi apresentada a proposta de trabalho, voltada para a promoção da saúde, na qual a intervenção deveria ser construída com o grupo, caso fosse aceita a parceria, ou seja, não havia uma estratégia pronta a ser realizada no local.

Inicialmente, foi questionado se os(as) moradores(as) observavam a necessidade de uma intervenção na moradia e quais eram essas demandas que eles percebiam como necessárias. As iniciativas baseadas na promoção da saúde levam em consideração o atendimento das necessidades de um sujeito, grupo ou comunidade, considerando as condições de equidade em saúde, em cada contexto histórico e social, no intuito de tornar evitáveis essas condições e de possibilitar que as pessoas busquem seu potencial em saúde a partir da integralidade (Westphal, 2006).

Dentro dessa perspectiva, a partir da escuta dos moradores pudemos identificar uma série de condições que produzem cotidianamente vivências de sofrimento. Grande parte dos conflitos vividos neste ambiente diziam respeito a problemas relacionais e institucionais, em seus diversos níveis: conflitos de convivência entre os próprios moradores, conflitos institucionais entre os moradores e a PRAE, ou até mesmo situações de preconceito advindos da comunidade acadêmica. Dentre os diversos relatos expostos para nossa equipe, alguns despertaram maior sensibilização. Algumas reclamações foram mais genéricas, da vivência de preconceitos e exclusões sociais, tais como: *“A sensação que tenho é de que somos jogados aqui e esquecidos”*; *“o que se escuta nos corredores é que somos alunos-problema, drogados.”* Outras falas disseram respeito às relações interpessoais na moradia: *“temos a necessidade de nos conhecer entre si. Criar laços entre nós é importante para conhecer os colegas”*; *“aqui na moradia existem três tipos de relações entre os colegas: as amigáveis, as hostis e as bélicas, de um querer agredir o outro mesmo”*; segundo outro participante, a *“saúde também é trabalhar essas relações.”* Da mesma forma, houve queixas relacionadas ao acolhimento institucional e relatos das dificuldades de inserção na moradia: *“não sabemos a organização dos espaços. Chegamos aqui e ninguém explica direito como funciona”*; *“há um estresse muito grande para entrar na moradia, reforçando estigmas. Há um descaso por parte da administração.”*

Sousa e Sousa (2009), em uma pesquisa com universitários da moradia estudantil, encontraram relatos que se aproximam das condições descritas. Problemas de convivência envolvendo os espaços públicos e a exclusão sentida pelos colegas da universidade são algumas das motivações para o sofrimento vivenciado pelos estudantes. Ao mesmo tempo em que estes estão em um processo de inclusão, seja no Ensino Superior, seja na moradia estudantil, seja numa condição social e financeira melhor que a de origem, eles vivenciam processos de exclusão, no momento em que se descobrem fora de algum espaço que deveria ser seu por direito, e por isso precisam solicitar a assistência universitária para continuar os estudos.

Dessa forma, diante das dificuldades e dos atravessamentos que perpassam a vida dentro da moradia estudantil, os residentes reconheceram que um projeto que visasse a promoção da saúde dentro deste espaço poderia auxiliar na permanência estudantil. Entendeu-se que este momento foi muito importante para que os estudantes pudessem explicitar todas suas angústias e insatisfações em relação ao ambiente em que vivem. Ao mesmo tempo, ao longo dos nossos primeiros contatos com os moradores, o grupo se atentou para a disparidade entre a demanda que estes nos solicitaram àquela trazida em um primeiro momento pela PRAE.

Portanto, em um segundo momento, foi proposto construir uma intervenção-diagnóstica, com o objetivo de qualificar a escuta dos residentes e demais envolvidos nas atividades da moradia, no intuito de trazer uma melhor compreensão dos estudantes acerca de suas próprias queixas e necessidades. Para realizar o levantamento de demanda, foram utilizadas estratégias condizentes com a perspectiva da Análise Institucional. Baremlitt (2002) considera que as demandas são produzidas – ou seja, não existem demandas naturais –, sendo relevantes as tentativas de investigar como as demandas são criadas pelas organizações e pelos agentes envolvidos. Para a realização do diagnóstico institucional, foi proposta a metodologia de visualização móvel (Cordioli, 2001), pela qual os moradores enunciaram os problemas pelos quais a moradia passa, para depois estes serem categorizados e analisados, seguindo as etapas de: 1) levantamento de problemas; 2) aproximação dos problemas por proximidade; 3) categorização dos problemas em funcionais, estruturais e relacionais; 4) identificação dos atores envolvidos nos problemas; e 5) explicitação das relações de determinação entre os problemas levantadas.

Foi decidido que os residentes, em conjunto com os técnicos e gestores, participariam dessa etapa do projeto, que teve como objetivo o diagnóstico participativo para elucidar os problemas e desafios enfrentados pelos que residem naquele espaço e refletir sobre as questões de relações institucionais e seus impactos na vivência da moradia. Foram realizados três encontros com os estudantes, que contaram com a presença de, em média, 15 moradores por

encontro. No primeiro, orientou-se que os estudantes escrevessem em algumas tarjetas palavras-chave que remetessem aos principais problemas que percebiam como moradores. Posteriormente, tais elementos foram agrupados em nuvens de proximidade, para depois serem divididos em quatro grandes categorias: relacional, funcional, institucional ou estrutural. Os problemas relacionais remetiam a dificuldades para cumprimento de regras feitas por indivíduos do mesmo grupo, de origem interpessoal, e a categoria funcional abrangia problemas associados ao desempenho de papéis e obrigações, ou seja, regras estabelecidas como normas e regimentos escritos. Os problemas institucionais envolviam diretamente a instituição regente (no caso a gestão universitária). Por último, as questões estruturais diziam respeito aos conflitos gerados por diferenças culturais e sociais. Tais categorias também auxiliaram a problematizar o grau de gerência dos participantes em relação à solução dos problemas, tendo em vista, por exemplo, que problemas estruturais tenderiam a demandar maior tempo e atores envolvidos para efetivar mudanças, diante da complexidade de fatores envolvidos.

Em relação aos encontros, cada morador deveria eleger a categoria dos problemas, com o auxílio dos demais membros do grupo. Finalizado todo o processo de categorização, solicitamos aos moradores que apontassem os atores responsáveis por aqueles problemas, ou seja, quem está envolvido na formação de cada impasse. O mesmo processo foi realizado com técnicos e gestores da moradia, contando com a presença da coordenadora, do administrador da moradia, de psicólogas e assistentes sociais da PRAE. Entretanto, todas as etapas foram realizadas em uma mesma ocasião.

Após a realização de todos os procedimentos acima mencionados, os participantes mostraram maior preocupação com temas relacionados à convivência entre os moradores; à falta de cuidado com o patrimônio; e, principalmente, à dificuldade que eles sentiam em lidar com as demandas exigidas pelos estudantes, pela falta de vínculo com eles. Assim como sugerimos aos estudantes, a próxima etapa se deu na divisão das problemáticas em nuvens de proximidade, e a categorização dos problemas em institucionais, relacionais, funcionais e estruturais. Por último, foram estabelecidas relações entre os elementos que surgiram nas etapas anteriores. Uma das relações feitas, por técnica da PRAE, é que a falta de clareza das regras, do regimento da moradia contribui para que as relações entre moradores e PRAE seja “frágil”, cria uma permissividade e faz com que não se tenha uma mediação de conflitos, por exemplo, em relação ao uso abusivo de drogas.

O diagnóstico realizado proporcionou um levantamento das problemáticas vivenciadas pelos estudantes, bem como uma análise de como se dá a relação da PRAE e moradores da casa e de quais são as situações conflitivas emergentes. A partir da técnica de visualização por

tarjetas e a visualização dos principais problemas, realizada tanto com os moradores, como com os técnicos, foram lançadas possibilidades de continuidade do projeto a partir do interesse de seus participantes.

*Intervenções em conjunto com os moradores: o fortalecimento da coletividade*

Em 2016, após os encontros realizados e os dados analisados, foi elaborada uma devolutiva dos resultados a partir da participação conjunta de moradores e técnicos. Nesse encontro, o grupo teve a oportunidade de apresentar as principais percepções de moradores e técnicos a respeito da situação dentro da moradia. De acordo com diagnóstico situacional realizado, as maiores demandas apresentadas foram relacionadas à presença de conflitos interpessoais, à falta de um sentimento de coletividade e de pertencimento ao local, o que consequentemente gerava situações de desrespeito em relação aos limites seus e dos outros. Reconhecer-se em um determinado lugar se constitui a soma das lembranças, dos sentimentos, das vivências e dos significados dos sujeitos que habitam um mesmo espaço (Ponte, Bomfim & Pascual, 2009). Assim, aproximações entre lugar e seu valor identitário, com a produção de um sentimento de pertencimento, podem atuar na direção de perspectivas saudáveis, a partir da organização dos espaços e de mudanças locais, para melhor convivência coletiva.

Na participação em assembleia dos estudantes para dialogar sobre os resultados da devolutiva, foi proposto ao grupo a criação de uma comissão entre participantes do projeto e moradores, que ficaria responsável por planejar estratégias e ações para lidar com as dificuldades identificadas na moradia. O objetivo da comissão consiste em planejar intervenções na moradia, tendo em vista as demandas advindas dos moradores. Decidiu-se realizar encontros abertos no período vespertino, na própria moradia, com periodicidade quinzenal. A comissão se aproxima daquilo que Lourau (1993) chama de “caixa-preta”, processo no qual a equipe de interventores se reúne para definir as ações que irá tomar no processo de intervenção. As reuniões organizadas pela comissão têm como objetivo "conduzir" os acontecimentos que sejam "disparados" nos próprios encontros.

Nos primeiros encontros da comissão da moradia, evidenciou-se como frente de atuação o planejamento de ações que pudessem expor as potencialidades desse espaço e dos seus moradores, tendo em vista que outros coletivos, como grupos em redes sociais virtuais, têm sido usados para relatos de problemas e conflitos. A ênfase nos aspectos positivos para estratégias de trabalho são marcadores que se fazem presentes em estratégias de promoção da

saúde, cujo enfoque reconhece que os indivíduos e as comunidades têm o direito e são potencialmente capazes de interferir e melhorar as suas condições de vida (Westphal, 2006).

Alguns projetos direcionados para a qualidade de vida foram incorporados na rotina da moradia: uma das participantes da comissão, moradora do local, iniciou aulas abertas de ioga duas vezes por semana, na tentativa de compartilhar prática que já costumava realizar e criar novas atividades coletivas no espaço, tendo iniciado aulas abertas para os moradores na Sala de Convivência, que teve boa adesão de residentes. Surgiu da comissão, também, a elaboração de cartazes com perguntas disparadoras como: “O que tem de bom na Moradia?”, “O que te faz feliz na Moradia?”, que visavam proporcionar novas significações para a vida na moradia. Os cartazes foram espalhados pela Moradia Estudantil, e, com o tempo, os moradores escreveram as suas percepções, ao mesmo tempo em que surgiam reflexões acerca da sua relação com o local e as pessoas que fazem parte dele. Seguindo a lógica de potencializar espaços, todas as intervenções foram pensadas com os moradores e para eles, sempre priorizando atividades que pudessem ser realizadas pelos próprios estudantes, de forma que aproveitassem os aprendizados que os moradores tiveram em seus cursos ou hobbies que gostariam de compartilhar.

Outras iniciativas de cunho cultural e de lazer começaram a ser organizadas, a exemplo do café literário, organizado por moradores em um fim de semana, de um bazar para venda e troca de objetos e roupas, de um mutirão para organização de espaços de uso coletivo que costumam gerar conflitos, como a lavanderia coletiva. Como propósito do grupo intervenção envolvido no projeto, interessava-nos chamar a atenção para o imperativo do encontro, para que, em conjunto, em inter-relação, em cooperação, as pessoas pudessem construir processos de trabalho, ações de promoção da saúde, projetos de felicidade (seus/suas e dos outros) (Mendes, Pezzato & Sacardo, 2016, p. 1739).

Alguns temas eram recorrentes nos encontros da comissão, como a necessidade de desenvolver ações focadas na chegada do novo morador e no acolhimento a ele. Muitos relatos traziam a necessidade de atividades que possibilitassem a integração entre os novos e antigos moradores, a discussão das regras de funcionamento da casa e dos espaços, como aspectos que poderiam contribuir para melhoria das condições iniciais de entrada na moradia. Mais recentemente, o grupo veio articulando estratégias para melhoria das condições de descarte dos resíduos orgânicos e recicláveis produzidos pela moradia, assim como o fortalecimento da produção de alimentos e ervas medicinais na horta comunitária. Foi elaborado projeto de extensão, junto com professor do Departamento de Educação no Campo, da própria instituição educacional, assim como foram feitos contatos e reuniões com a PRAE e setores responsáveis pela educação ambiental da Universidade.



A aposta na promoção da saúde permite dar espaço para a construção de novos modelos de saúde, que passam a considerar os complexos processos de vida moderna, a multifatorialidade nas condições de vida e na produção de saúde e adoecimento (Czeresnia, Maciel & Oviedo, 2013). A partir de concepções de saúde voltadas para a promoção das condições de vida dos sujeitos, lança-se um olhar integral para a relação do sujeito e seu processo de saúde e adoecimento. Na moradia, as ações desenvolvidas até o momento buscam integrar ao cotidiano do espaço ações que fortaleçam a relação do morador com o espaço e com aqueles que o integram, diante das condições de vulnerabilidade social vivenciadas.

### **Considerações finais**

A moradia estudantil é o verdadeiro lar de muitos dos moradores. Dessa forma, apropriar-se desse espaço com a experiência de pertença é fundamental para o bem-estar no lugar. Ao mesmo tempo, por ser espaço coletivo, a condição de compartilhar de forma saudável os espaços coletivos é outro desafio. Sendo assim, o fortalecimento de ações comuns, o cuidado com os espaços compartilhados auxiliam na condição de qualidade de vida nesses espaços.

O propósito do projeto esteve vinculado à participação daqueles que enfrentam cotidianamente os desafios de serem residentes em moradia estudantil universitária. Os encontros realizados provocaram reflexões sobre a experiência de viver em moradia, dividir espaços coletivos e integrar moradores para ações que instiguem o bem comum, apesar das dificuldades encontradas em diversas tentativas relatadas pelos moradores nos encontros. Iniciativas como a organização de encontros temáticos, como café literário, grupo de oração e brechó, são tentativas de organizar atividades no espaço, de forma a integrar moradores e proporcionar a melhoria das condições de vida locais. Diante dessa perspectiva, alguns passos, como a escrita de um projeto sobre a horta comunitária e a educação ambiental acerca da produção e do descarte de resíduos orgânicos e recicláveis, são atividades em andamento por iniciativa dos próprios moradores, visando à melhoria local e maior sustentabilidade. Outras ações culturais e de lazer são tentativas de organizar atividades no espaço, de modo a integrar moradores por afinidades, dentro das diferenças socioculturais encontradas.

É dentro da perspectiva ampliada e integral de saúde, inseparável das condições concretas e cotidianas de existência, que a promoção da saúde deve atuar e produzir estratégias e mudanças nas condições de vida, principalmente daqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade socioeconômica. A adaptação e permanência na moradia estudantil deve contribuir para o fortalecimento das condições psicossociais, indo além da vulnerabilidade

financeira, com a realização de projetos e ações no campo da saúde mental, apoio pedagógico e enfrentamento das mudanças enfrentadas na vivência universitária e de residente de moradia estudantil. Assim, os levantamentos e as ações realizados no espaço podem assumir um papel relevante na construção de políticas de assistência estudantil voltadas ao estudante morador, tendo em vista a construção de um espaço de escuta dos anseios e desafios vivenciados no processo de permanência na moradia estudantil e a realização de ações tendo em vista o bem-estar coletivo.

## Referências

- Amarante, P. (2013). Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Ayres, J. R. C. M., França Júnior, I., Calazans, G. J. & Saletti Filho, H. C. (2009). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde pública: perspectivas e desafios. In D. Czeresnia & C. M. Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (2a ed., pp. 117-139). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Baremblytt, G. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Belo Horizonte: Ed. Instituto Félix Guattari.
- Berlato, F., & Sallas, A. L. F. (2008, diciembre). Um lar em terra estranha: espaço e sociabilidade em uma casa de estudantes feminina. *Revista Chilena de Antropologia Visual, Santiago*, (12), 48-69. Recuperado em 29 de abril de 2015, de [http://www.rchav.cl/imagenes12/imprimir/berlato\\_&\\_fayet.pdf](http://www.rchav.cl/imagenes12/imprimir/berlato_&_fayet.pdf).
- Buss, P. M. (2009). Uma introdução ao conceito de promoção de saúde. In D. Czeresnia & C. M. Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (2a ed., pp. 19-42). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Carvalho, A. I., & Buss, P. M. (2009). Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção. In L. Giovanella et al. (Orgs.), *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil* (pp. 141-166). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Conselho Federal de Psicologia. (2011). *Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011*. Brasília.
- Cordioli, S. (2001). *Enfoque participativo, um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática*. Porto Alegre: Genesis.
- Costa, E. B. O., & Rauber, P. (2009). História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. *Revista Jurídica Unigran*, 11(21), 241-253. Recuperado em 2 de fevereiro de 2016, de [http://www.unigran.br/revista\\_juridica/ed\\_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf](http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf).
- Czeresnia, D., Maciel, E. M. G. S., & Oviedo, R. A. M. (2013). *Os sentidos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

- Fernandes, L. L. (2009). *Gestão do conhecimento em projetos de extensão universitária direcionados às pessoas com deficiência*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Garrido, E. N. (2015). A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus moradores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 726-739. Recuperado em 29 de abril de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Greacen, T., Jouet, E., Ryan, P., Cserhati, Z., Grebenc, V., Griffiths, C. et al. (2012). Developing European guidelines for training care professionals in mental health promotion. *BMC Public Health*, 27(12), 1-10.
- Laranjo, T. H. M., & Soares, C.B. (2006). Socialização e drogas em moradias universitárias. *Rev Saúde Pública*, 40(6), 1027-34. Recuperado em 29 de abril de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n6/10.pdf>.
- Leite, J. L. (2012). Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? *Ser Social*, 14(31), 453-472. Recuperado em 20 de junho de 2015 [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/4052/6485](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/4052/6485).
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Mendes, R., Pezzato, L. M., & Sacardo, D. P. (2016). Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com.” *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(6), 1737-1745. Recuperado em 20 de março de 2017, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000601737&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000601737&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Osse, C. M. C., & Costa, I. I. (2011). Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia*, 28(1), 115-122. Recuperado em 30 de abril de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a12v28n1.pdf>.
- Paiva, V. S. F. (2013). Psicologia na Saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à aids. *Temas em Psicologia*, 21(3), 531-49.
- Ponte, A. Q., Bomfim, Z. Á. C., & Pascual, J. G. (2009). Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. *Revista Psicologia Argumento*, 27(59), 345-354. Recuperado em 30 de março de 2017, de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=3375&dd99=view&dd98=pb>.
- Rocha, M. L. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. Recuperado em 17 de maio de 2016, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci_abstract).
- Rocha, M. L. (2006). Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. *Psico*, 37(2), 169-74. Recuperado em 17 de maio de 2016, de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1431>.
- Schneider, D. R. (2015). Da saúde mental à atenção psicossocial: trajetórias da prevenção e da promoção de saúde. In S. G. Murta, C. Leandro-França, K. B. Santos & L. Polejack (Orgs.),

*Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 34-53). Novo Hamburgo: Sinopsys.

Shaikh, B. T., & Deschamps, J. (2006). Life in a University Residence: Issues, Concerns and Responses. *Education for Health, 19*(1), 43-51.

Sousa, L. M., & Sousa, S. M. G. (2009). Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. *Psicologia Ciência e Profissão, 29*(1), 4-17. Recuperado em 2 de maio de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100002).

Thiollent, M. J. M. (1988). *Metodologia da pesquisa-ação* (4a ed.). São Paulo: Cortez. 108 p. (Coleção Temas básicos).

Vasconcellos, H. S. R. de. (1998). A pesquisa-ação em projetos de educação ambiental, In: Pedrini, A.G. (Org). *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes.

Vasconcelos, N. B. (2010). Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino Em-Revista, 17*(2), 599-616. Recuperado em 20 de junho de 2015, de <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>.

Westphal, M. F. (2006). Promoção de saúde e prevenção de doenças. In G. W. S. Campos et al. (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva* (pp. 635-668). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

## ARTIGO 2

**Fronteiras entre morar e habitar, entre coletivo e individual:  
desafios de (con)viver em moradia universitária**

**Resumo:** O convívio em moradia estudantil revela desafios nas relações entre seus moradores e destes com o espaço que, então, habitam. O objetivo deste artigo foi o de apresentar os principais desafios de ser morador nesse contexto, compreendendo as sociabilidades e as relações com o lugar. Este estudo constitui-se, a partir de uma abordagem qualitativa, em uma pesquisa de intervenção participativa, com observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa apontaram a moradia como espaço que amplia a qualidade de vida e viabiliza laços de amizade, permitindo-lhes apropriar-se do lugar como lar. É na dimensão das sociabilidades que, comumente, encontram-se desafios como negociar rotinas, privacidade e organização do espaço e convivência com diferenças culturais, o que resulta situações de conflito. É relevante conhecer caminhos que contribuam para ações coletivas, formação de redes de apoio e mediações frente situações de vulnerabilidade e conflitos.

**Palavras-chave:** Moradia estudantil. Sociabilidades. Ações coletivas. Pesquisa participativa.

**Frontiers between living and inhabiting, between collective and individual:  
challenges of (co) living in a university dwelling**

**Abstract:** Living in a student house reveals a number of challenges in the relations between residents, as well as their interactions with the space that they inhabit. The aim of the article is to present main challenges of being a resident, understanding the sociability and relationships established with the place. The study, based on a qualitative approach, constructed a proposal for participatory intervention research, using instruments such as participant observation and semi-structured interviews. Results showed that residents consider housing as a space that expands the quality of life, enables bonds of friendship, allowing them to consider the place as their home. It is in the dimension of sociability that challenges appear most often, especially having to negotiate routines, privacy and organization of space, and coexistence with cultural differences, causing possible conflicts. Finally, it becomes relevant to know ways that contribute to collective actions, the formation of support networks, and interventions facing possible vulnerabilities and conflicts.

**Keywords:** Student housing. Sociability. Collective actions. Participatory research.

### **Introdução**

Entrar na universidade é considerado um momento de mudanças e adaptações marcantes na vida de jovens que estão iniciando a fase adulta e se deparam com conflitos, decisões e escolhas que terão repercussões na sua trajetória de vida (Assis & Oliveira, 2010). Segundo levantamento nacional, a grande maioria dos graduandos, cerca de 86% dos estudantes, encontram alguma dificuldade que interfere significativamente na sua vida ou no contexto acadêmico. Entre essas dificuldades que mais afetam os universitários estão: a falta de

disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a carga excessiva de trabalhos estudantis (23,7%), empatada com os problemas emocionais (23,7%), e o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%) (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [Fonaprace], 2019).

Como parte do cenário universitário, o cotidiano de moradias estudantis brasileiras também retrata desafios e adaptações para universitários que lidam cotidianamente com a convivência coletiva, a condição de partilhar sua privacidade com pessoas que inicialmente são desconhecidas, o que os levam a ter que lidar com dificuldades estruturais, emocionais, socioeconômicas e estigmas associados ao local (Garrido, 2015, Berlatto & Sallas, 2008; Paiva & Mendes, 2001; Sousa & Sousa, 2009). Ao mesmo tempo, a moradia é reconhecida como espaço que favorece o enriquecimento da trajetória acadêmica e contribui para melhoria do desempenho acadêmico (Lacerda & Valentini, 2018; Maranhão, 2016; Garrido, 2015), como também promove ganhos no domínio social, pela necessidade posta aos moradores de adquirir habilidades sociais para convivência no espaço, considerado, então, ambiente rico de interações sociais (Garrido, 2015).

A experiência de viver em moradia universitária vem acompanhada de compartilhamento de histórias de vida, valores, gostos, disposições pessoais que se chocam ou se reconhecem desde o momento da chegada e primeiros contatos com demais colegas que vivenciam mesma condição (Berlatto & Sallas, 2008). A partir disso, no campo das relações cotidianas, “os/as atores/atrizes do lugar se socializam de várias formas, criam e exercem estratégias, adotam estilos e rituais de vida.” (Gemelgo & Barros, 2015, p. 813). Diante desse panorama, a moradia universitária pode ser reconhecida como campo para estudo das sociabilidades de jovens universitários, uma vez que se caracteriza como local em que convivem diversos grupos sociais, com cargas culturais distintas e que têm nesse local uma das bases da sua vida social durante o período universitário. Sociabilidade se compreende como o fenômeno mais amplamente relacionado aos processos interativos, representativos e simbólicos, relacionados às experiências vividas que se constroem a partir das interações sociais (Fantinel, 2016).

Há uma pluralidade de experiências vividas pelos sujeitos e uma diversidade no modo de estabelecer rotinas, mediações e vínculos sociais. Essa dimensão se relaciona com a dimensão histórica dos sentidos que se produzem nas sociabilidades, entendidas como práticas culturais que sustentam hierarquias sociais, desigualdades e diferenças sociais (Maia, 2001), podendo criar aproximações ou limitações de vínculos e de redes sociais. É diante dessa perspectiva que situamos a moradia estudantil como espaço integrado à instituição universitária

e que, portanto, vai refletir a complexidade das relações existente entre as dimensões subjetivas e objetivas. Tal complexidade atinge desde as mediações sociais, as condições macroestruturais, até os modos de organização e de interações condizentes com o contexto universitário.

Compreender como se constitui esse cotidiano na moradia pode ser um marco importante para que este se torne um espaço de redes de solidariedade e de apoio social e, assim, possam contribuir para melhorias das condições psicossociais e para auxílio no enfrentamento de dificuldades vivenciadas na moradia e no contexto universitário. Entende-se que o apoio social pode ressaltar aspectos positivos das relações interpessoais, por meio do compartilhamento de informações, do auxílio em momentos de crise e da presença em eventos sociais, além de ser significativo fator psicossocial no aumento da confiança pessoal, da satisfação com a vida e da capacidade de enfrentar problemas (Andrade & Vaitsman, 2002).

Portanto, entre os desafios postos para moradores e comunidade universitária está o incentivo de iniciativas que promovam condições de vida mais saudáveis e o fortalecimento de redes de apoio. Em outro estudo sobre saúde mental e qualidade de vida na moradia, foram identificadas carências de recursos materiais e de saúde, sendo comum o enfrentamento de dificuldades de diferentes ordens e a exposição a situações inesperadas, com recursos precários de enfrentamento, poucos fatores de proteção e assistência insuficiente para atender toda essa complexidade de demandas (Osse & Costa, 2011).

Apesar disso, os estudantes também encaram a experiência na moradia como oportunidade de aprendizagem para além do conhecimento acadêmico, pois exercitam formação política, habilidades sociais e treino à tolerância diante dos enfrentamentos e sofrimentos vivenciados (Sousa & Sousa, 2009; Garrido, 2015). Trata-se de um espaço de formação, que pode vir a proporcionar experiências no campo político e social, tendo em vista o convívio com posicionamentos políticos os mais diversos, pessoas com histórias de vidas completamente distintas e oriundas de contextos sociais igualmente diversos (Costa & Oliveira, 2012). Assim, aprendizados provenientes da vivência em uma moradia universitária são bastante amplos, cumprindo o papel de aprendizado diante da diversidade e da adversidade, em seus sentidos diversos.

Assim, ser residente em moradia universitária situa estudantes em dilemas que estão na fronteira entre individual e coletivo, público e privado, habitar e morar. Como foi apresentado, as fronteiras entre individual e coletivo estão relacionadas às negociações cotidianas para se preservar privacidade e convivência pacífica diante do compartilhamento de espaços, o qual inclui, na maioria das situações, quarto, cozinha, lavanderia, locais de estudo e lazer. Berlatto

e Sallas (2008) identificaram que a moradia se torna lugar social de exercício de novas sociabilidades, sendo local em que a individualidade de cada morador vai sendo construída diante da grande proximidade espacial uns em relação aos outros e aos ajustes para que sejam mantidas as distâncias necessárias. Essas vivências ocorrem reguladas pelas regras de conveniência criadas no cotidiano, como também estabelecidas pela instituição.

Em relação à fronteira entre público e privado, é preciso lembrar que se trata de um espaço gerido pela instituição universitária, em geral, próximo ou dentro do campus. Diante dessa realidade, há regras e critérios específicos que vão do acesso à permanência, além de se tratar de um cenário de acirrada disputa de vagas, defronte elevada demanda por assistência estudantil – cuja concorrência foi elevada por grande parte dos universitários que passaram a acessar a universidade, incluindo aqueles que o fizeram por meio das políticas de ações afirmativas. Ao entrar nesse lugar, de caráter público, o universitário passa a construir suas experiências cotidianas e a organização da sua vida, criando familiaridade com o espaço e considerando-o como seu lar, aspectos que remetem ao âmbito privado.

Sobre a fronteira entre morar e habitar, fatores como temporalidade para permanecer no espaço, familiaridade e segurança atribuídas ao local e às suas relações podem contribuir para que moradores se sintam ou não pertencentes ao espaço. Habitar implica ativamente um processo de apropriação e de significação dos lugares, pressupõe uma interação com lugares, pessoas, coisas do mundo significativo do sujeito, de certa forma, diz de como o sujeito se reconhece ao fazer parte desse lugar (Gonçalves, 2002). No entanto, pela condição de ser um lugar de passagem, com dinâmicas socioespaciais complexas e repletas de diferenças culturais, a moradia “pode favorecer uma maior dificuldade em uma real apropriação do espaço com a construção de ‘laços de morada’ – de uma relação com os outros e com o mundo por afinidades afetivas e novas trajetórias comuns.” (Gemelgo & Barros, 2015, p. 810).

Assim, destaca-se como “o contexto espacial ou ambiental contribui ou dificulta o processo de interação social” (Kuhnen, 2009, p. 32) e produz repercussões sobre a vida e os modos de ser dos sujeitos. Compreender os desafios enfrentados na convivência e no compartilhamento de espaços na moradia pode contribuir para compreensão das tramas relacionais e socioespaciais viabilizadoras ou limitadoras do habitar, trazendo o incitamento de tornar o local promotor de saúde e do reconhecimento como ambiente que exige a dialética do singular e do coletivo.

O presente artigo tem como objetivo compreender os desafios de ser residente em moradia universitária e seus desdobramentos sobre os sentidos que esse lugar passa a ter para seus moradores diante da condição de partilhar espaços, seguir as regras institucionais e criar



estratégias de sociabilidade. O espaço se transforma em lugar quando os sujeitos nele organizam o seu modo de viver e atribuem significados a esta organização, ou seja, reconhecem a sua legitimidade para localizar ações, expectativas, esperanças, afetos e possibilidades (Cunha, 2008). Dentro dessa perspectiva, surgem algumas questões: é possível considerar a moradia como lugar que viabiliza a construção de sociabilidades que sustentam laços sociais e redes de apoio/solidariedade? Como os estudantes constroem a sua relação de pertencimento com o espaço e com as pessoas que nele habitam?

## **Método**

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa-intervenção participativa, tendo etapas da pesquisa que foram planejadas ao longo do estudo com participação direta dos participantes. Essa proposta de pesquisa permite que todos aqueles que estão implicados em um campo conduzam e sejam levados por ela, em sua processualidade, sem ao certo saber onde se vai chegar (Chassot & Silva, 2018). A perspectiva da promoção da saúde é norteadora da construção teórica e metodológica do projeto, tendo em vista a proposta de estreitar relações de solidariedade e confiança dos participantes e o envolvimento das pessoas na construção de ações coletivas para melhoria de suas condições de saúde e bem-estar, especialmente daqueles que vivenciam condições de vulnerabilidade (Buss, 2009).

A pesquisa de campo foi realizada na moradia estudantil de uma universidade pública do Sul do país, mas algumas etapas e alguns encontros também ocorreram no espaço universitário, a partir da disponibilidade e intencionalidade dos participantes. Sobre a moradia, trata-se de uma instituição formada por cerca de 157 residentes, todos estudantes de cursos de graduação, dos sexos masculino e feminino. A moradia está situada nas proximidades do campus principal da universidade, e seus estudantes se abrigam em quartos divididos entre duas pessoas, com áreas compartilhadas por até quatro pessoas, como banheiro e cozinha, e também dispõe de espaços coletivos, como área verde externa, horta, lavanderia, hall de entrada, salas de convivência e de estudos. Integra a moradia também espaço destinado aos estudantes do Programa de Apoio Emergencial de Permanência (PAEP), responsável por disponibilizar vagas para estudantes que aguardam a finalização do cadastro ou os resultados dos editais de auxílio, em extremas condições de vulnerabilidade social (sem laços sociais, sem renda, sem local para morar).

A pesquisa integra um projeto de extensão que teve suas atividades realizadas entre 2015 e 2018, cujo objetivo era desenvolver ações de promoção da saúde em moradia universitária,

com a participação dos estudantes e da equipe técnica, a partir de demandas indicadas por seus participantes. Inicialmente, foi mapeado o interesse dos universitários em construir conjuntamente as ações do projeto; em etapa seguinte, algumas atividades foram desenvolvidas. Dentre elas, estão: participação em assembleias; reuniões com a equipe técnica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), responsável pela gestão da moradia; diagnóstico situacional (mapeamento de problemas enfrentados na moradia estudantil); planejamento de ações e atividades na moradia, a partir de demandas advindas dos moradores; encontros sistemáticos na moradia universitária com estudantes; planejamento de atividades a serem desenvolvidas na moradia.

Para construção dos dados e resultados do estudo, foram utilizados os seguintes elementos: diários de campo dos encontros (reuniões, eventos, oficinas e assembleias) e entrevistas semiestruturadas com moradores. As entrevistas foram realizadas com moradores, no período de 2016 e 2017, e abarcaram estudantes que estavam há pouco tempo na moradia (cerca de seis meses), mas também estudantes com maior tempo de permanência, três anos ou mais. Também foi realizada entrevista com moradora do PAEP que aguardava resultado do edital de vagas da moradia. A proposta do estudo era compor os dados com a diversidade (tempo de permanência, curso de graduação, sexo, idade, cidade de origem) que acompanha a realidade da moradia.

A entrevista teve roteiro semiestruturado (que consta no Apêndice A), e na etapa final de sua realização foram apresentadas fotos de espaços coletivos da moradia, no total de dez. As fotografias foram tiradas pela pesquisadora e correspondiam a espaços coletivos que se destacaram nos encontros do projeto para a maioria dos moradores, por diferentes critérios (conflitos, locais de lazer, de ações coletivas, de chegada à moradia). Os moradores escolhiam duas a três fotos e contavam sobre o motivo da escolha e a relação que tinham com esses locais. As fotografias podem ser utilizadas como um instrumento de pesquisa como um meio que o pesquisador emprega para induzir o pesquisado a buscar ele mesmo a informação que fará avançar a reflexão científica (Berlato & Sallas, 2008) e no cumprimento dos objetivos traçados.

Para a etapa de análise dos dados, foi utilizado o modelo da teoria fundamentada, uma proposta de análise sistemática aplicada em estudos de abordagem qualitativa. Nesse modelo, a teoria está assentada na construção dos dados, no intuito de acrescentar novas perspectivas ao entendimento do fenômeno. (Charmaz, 2009). O processo de codificação que definiu a estrutura analítica envolveu uma etapa de denominação de cada palavra, linha ou segmento de dado e, posteriormente, uma fase focalizada e seletiva, na qual se formaram os códigos mais significativos e as categorias analíticas.

## Resultados e discussão

*Entre morar e habitar, entre o individual e o coletivo: considerações sobre a moradia estudantil como lar*

A partir da chegada na moradia, inicia-se uma nova etapa na vida desses universitários: novas relações, novo lar e uma série de desafios frente à convivência com seus colegas e às regras institucionais que validam a permanência na moradia. Nessa inserção, torna-se fundamental a construção de uma relação com o espaço que possibilite aos sujeitos a organização de rotinas para obterem bom desempenho acadêmico e condições de vida saudáveis, assim como novas formas de lidar com as adversidades que podem surgir.

Como aspectos positivos associados ao lugar, ao longo da pesquisa, estudantes mostraram que a proximidade com o campus universitário e a boa estrutura física da moradia são quesitos que favorecem o melhor aproveitamento de tempo e a melhoria da qualidade de vida frente a situações de instabilidade vivenciadas em experiências anteriores, que colocavam em risco a continuidade na universidade, e outras situações de vulnerabilidade. Sinalizaram também que, a partir do acesso à moradia, passaram a ter mais conforto e liberdade, por exemplo, por conta de regras mais flexíveis para receber visitas e por entender que a moradia cumpria a função de lar, mesmo que de forma temporária e sendo um espaço institucional, ou seja, de caráter público:

*Acontece isso, eu cheguei na moradia, foi o lugar que eu entendi que era o meu espaço, todos os lugares que eu pagava o aluguel eu tinha sempre uma pessoa incomodando: tu tem que fazer isso, não pode receber visita [...], aqui na moradia foi aonde eu entendi, nossa, esse espaço é meu, eu tenho direito, eu vou usufruir, e aí eu comecei a entender melhor. (Participante 1).*

No trecho apresentado, e ao longo dos encontros do projeto, foi possível perceber o reconhecimento da moradia como espaço que resulta da conquista e da luta de estudantes universitários por mais direitos, sendo benefício que abarca a perspectiva da inclusão social e educacional. Sawaia (1995) afirma que a sensação de “meu lugar” produz o que chama de “calor do lugar”, o que corresponde à segurança que se produz em determinado local e um sentir-se gente entre pares, por ser ponto de referência de direitos e conquista da cidadania, onde se torna possível partilhar experiências de sobrevivência. No caso da moradia, torna-se marcante a valorização da conquista da vaga, por ser de fundamental importância para que alunos em situação de vulnerabilidade permaneçam na universidade e, posteriormente, ampliem as oportunidades de trabalho e ascensão social (Sobrinho, 2010). Assim, estudantes relatavam que a partir do acesso à moradia foi possível ter estabilidade para seguir se dedicando aos estudos,

em alguns casos, sem ter que conciliar trabalho e vida universitária, acarretando maior aproveitamento da vida acadêmica e mais chances de finalizar a graduação.

Destaca-se, também, o relato de participante sobre o sentimento de se sentir orgulhoso de pertencer ao espaço, acompanhado, mais uma vez, do sentimento de estar em casa: “*eu falo, assim, e com orgulho, porque tem que ser criado uma identidade, assim, a primeira coisa que, é a minha casa ali [...]. Uma coisa que é legal é que você acaba conhecendo muitas pessoas, eu tenho vários amigos ali.*” (Participante 3). O trecho mostra, ainda, que a moradia se torna local que possibilita a formação de laços sociais e o sentimento de pertencimento ao espaço, conforme foi narrado pelo entrevistado. O orgulho de fazer parte desse lugar é um processo que permite entender a sensação de segurança, uma certa familiaridade que as pessoas passam a ter ao viverem em um dado local, além de evidenciar os valores, as referências, os vínculos e os afetos que se constroem no processo de identidade de lugar das pessoas e das comunidades (Jerônimo & Gonçalves, 2013).

Por outro lado, foram recorrentes relatos de moradores sobre situações em que a moradia tem sido associada a lugar de problemas e conflitos, e por isso alguns moradores evitam falar que residem na moradia, criar laços sociais ou mesmo não se reconhecem como parte do lugar. No caso da moradia, marcas sociais e estigma associado ao espaço são características associadas ao lugar social que se ocupa, já que a moradia de estudantes é reconhecida como abrigo para universitários em condição socioeconômica “menos privilegiada” (Berlato & Sallas, 2008). Tal forma de se apropriar do espaço contribui, também, para que haja pouco envolvimento em ações e projetos para melhorias coletivas, assim como nos espaços políticos e de gestão, como assembleias, prevalecendo interesses individuais.

Como estratégia utilizada para promover mudanças sobre esses discursos, moradores que buscam valorizar a moradia como espaço coletivo e de formação convidam colegas de curso e amigos universitários para conhecer o espaço da moradia, usufruir dos espaços de estudo, participar de eventos culturais, na tentativa de desmitificar preconceitos e mitos recorrentes. Esse movimento busca, além disso, reconhecer as potencialidades do local e das pessoas que nele habitam, contribuindo para ampliar os sentidos produzidos sobre a moradia no cenário universitário. Tais atitudes corroboram com ações de apropriação do espaço, ao entendê-las como parte de um movimento que envolve a ação-transformação do sujeito e do espaço e a identificação simbólica relacionada a aspectos afetivos, interativos e cognitivos, atribuindo qualidades do entorno às suas atividades e identidades (Pinheiro & Silva, 2018).

Ainda sobre a relação dos moradores com o espaço, foi possível perceber que parte dos entrevistados, ao relatarem a superação das dificuldades comumente enfrentadas no processo

de entrada na moradia, mencionavam seu envolvimento em projeto que contribuía para melhorias do local, relações afetivas e de amizades construídas, e apresentavam os locais que mais gostavam na moradia. Nesse processo, passavam a mencionar a moradia como “casa” e demonstravam construir um sentimento de pertencimento ao espaço. A casa é o lugar de onde o sujeito pode partir numa caminhada em busca de sua sobrevivência e que pode possibilitar encontros com outros sujeitos, formando novos vínculos e redes sociais. No caso dos moradores aqui estudados, essa apropriação ocorre na vivência universitária, para a qual se voltam para avaliar o seu percurso e fazer novas escolhas. Sendo assim, os moradores acabam por fazer *do* “espaço de habitação o ‘lugar a que pertencem’” (Franco & Stralen, 2012, p. 406), ou seja, espaço que produz segurança para seguir rumo a novas conquistas e objetivos de vida. Apesar dos desafios que envolvem a convivência intensa e o compartilhamento de espaços, os relatos mostram tentativas por parte dos moradores de desenvolver uma certa familiaridade com o lugar ao passar do tempo, incorporando rotinas e atividades que são atribuídas, de maneira geral, ao lar. Assim, em certas situações descritas, percebe-se que moradores passam a habitar o espaço e sentir-se parte dele. “Habitar seria ‘estar em’, permanecer no mundo em um lugar familiar.” (Franco & Stralen, 2012, p. 405).

Um outro elemento fundamental da discussão sobre pertencer ao espaço diz respeito ao desejo de residentes de que seus colegas reconhecessem a importância do compartilhamento de objetivos e do desenvolvimento de ações no espaço que tivessem alcance para o coletivo. Ou seja, além de reconhecer a moradia como lar, traziam a necessidade de construir ações que a valorizassem como espaço coletivo e promovessem benefícios a todos os moradores. As fronteiras entre individual e coletivo e os dilemas para a participação social em prol da própria moradia e da melhoria do espaço são destaque nos relatos a seguir:

*Eu sinto que as pessoas, de certa forma, elas não valorizam aquilo ali como um espaço coletivo. As pessoas chegam ali: “beleza, ganhei minha vaga, que se dane, se rale”! Não sei, é uma impressão, talvez seja uma impressão que eu tenha, não dá pra generalizar também, mas acredito que muitos casos é isso (Participante 3).*

*Importante observar que muitas pessoas, além de não contribuir com nada e ficam aqui anos e anos, e anos, [...] vêm pra cá e, infelizmente, têm uma cultura de pensar somente em si, “vou ficar aqui mesmo o tempo que puder, depois saio falando mal” (Participante 9).*

A dificuldade em construir ações que contribuam para a coletividade e a conservação do espaço em que convivem foi apontada como um dos principais desafios vivenciados no cotidiano da moradia. Em parte, alguns participantes atribuíram uma ausência generalizada de um olhar coletivo no local, que estava relacionada à forma como os novos moradores são recebidos: já na chegada, no acolhimento, pelo modo como se desenvolve a relação com a

PRAE, faltam esclarecimentos sobre regras e condições de vida no local, sobre critérios para escolha do quarto, como também estão ausentes incentivos para boa convivência coletiva. Outra moradora destaca que a própria configuração física da moradia é apontada como favorecedora de posturas mais individualistas, a partir do conhecimento de experiências e condições socioespaciais de outras moradias no Brasil. Em geral, moradores destacam o pouco envolvimento em prol da coletividade na moradia e avaliam que tal postura repercute na forma como os moradores cuidam do espaço, fazem uso dos ambientes coletivos e se envolvem para reivindicar melhorias das condições locais.

Em tentativas de ações coletivas para melhoria de ambientes como lavanderia, horta, sala de estudos, assim como em reuniões e assembleias para deliberar ações em benefício local, os estudantes mais participativos costumam contar com pouco envolvimento dos demais colegas. Em algumas situações, este fica restrito aos integrantes do conselho de moradores. Assim, a necessidade de ações coletivas, em especial, está relacionada à mediação de problemas locais (de convivência, de gestão e por questões psicossociais) e na melhoria da organização dos espaços. Sobre este último aspecto, uma moradora lembra a importância de associar a moradia a um espaço educativo, como local que possibilita oportunidades de aprendizado e ações relacionadas ao conhecimento aprendido na universidade, de forma que esse tipo de ação poderia contribuir para melhorias da casa, produzindo mudanças e valorização do local:

*Eu acredito muito que a moradia é um espaço educativo, formativo, não sei, que os estudantes deveriam ser mais conscientes do seu próprio aprendizado na universidade, eu vejo que aqui eles acabam achando, assim: “ah eu não sou responsável, aqui eu estou aqui só pra dormir, tomar banho e comer”. (Participante 1).*

A partir das demandas identificadas ao longo da pesquisa, o projeto buscou desenvolver iniciativas de valorização dos espaços e da convivência coletiva, ao promover encontros para refletir, junto com moradores, sobre estratégias para fortalecer a convivência no ambiente da moradia. Desses encontros, surgiram ações de sensibilização aos aspectos positivos da moradia (cartazes, caixinha de sugestão na recepção); acolhimento para novos moradores; divulgação e incentivo de atividades desempenhadas pelos próprios moradores (bazar, grupos de oração, aulas de ioga, atividades na horta comunitária); e divulgação de eventos e rede de serviços disponíveis na universidade e na cidade, com o objetivo de situar novos moradores nesses ambientes.

Ainda em relação aos espaços coletivos, na etapa das entrevistas foram utilizadas fotos representativas desses espaços, no intuito de compreender sentidos que esses lugares ocupam no cotidiano dos moradores. Foram resgatadas e partilhadas lembranças e vivências desses

lugares, como sendo locais de encontros, de construção de amizades; em geral, foram apresentadas potencialidades presentes nos espaços. Uma participante, em entrevista, destacou o espaço da lavanderia – local de recorrentes conflitos, por ser considerado espaço desorganizado e com problemas de segurança (havia queixas de que sumiam peças de roupa, ou de falta de cuidado de colegas com as roupas alheias) – como local de fazer amizades:

*Aos poucos fui conhecendo as meninas, e na lavanderia, engraçado que na lavadeira é um local que a gente socializava muito, chegava alguém já puxava assunto, a mais isso e aquilo, não era de reclamação, era sempre assuntos positivos (Participante 1).*

Destacam-se, também, as vivências na sala de convivência, espaço usado para encontros, estudos em grupo, sessões de cinema entre moradores, e também, onde aconteceu evento que mobilizou moradores e foi lembrado em algumas entrevistas, o café literário. Neste evento, que contou com apresentações de poesia e música, o espaço foi decorado com fotos de poetas e artistas, havendo participação de muitos estudantes da moradia. Por último, chamou atenção nas entrevistas a escolha da foto do prédio que abriga os estudantes do PAEP. O espaço foi lembrado por aqueles cujo primeiro contato com a moradia foi pela experiência de ter morado nesse local. Ele fica ao lado do prédio principal, e nele ficam, de forma temporária, estudantes que aguardam os editais de auxílios, por não possuírem rede de apoio local. Esses estudantes, normalmente, estão ali após viver em condições precárias e de risco, como em situação de rua ou ocupando ilegalmente prédios da própria universidade ou de outros locais. Participantes trouxeram que o tempo de permanência no local era acompanhado das incertezas e angústias diante do processo de espera dos resultados dos editais, como também, de experiências de mobilização coletiva e reivindicações frente à reitoria, de fazer amizades e do sentimento de exclusão frente aos moradores que já tinham vagas garantidas e habitavam o prédio ao lado. Sobre essa experiência, destaca-se o seguinte trecho:

*Essa aqui, eu entrei realmente, porque eu consegui entrar no PAEP ilegal, senão eu acho que eu nem conseguiria entrar nem na moradia, então de certa forma foi o primeiro lugar que eu cheguei ali né, e agora eu torço que as pessoas que chegam ali tenham pelo menos a chance de ter uma disputa justa pra entrar ali, acho que isso é um lugar que marcou bastante, e também a experiência de conviver, porque lá a sua casa é maior aí é outro contexto (Participante 3).*

Foi realizada entrevista com moradora que estava no PAEP, que, no seu discurso, mostrava a apreensão de não saber se continuaria na moradia, pois no momento da entrevista aguardava a saída do resultado de edital das vagas e tinha vivenciado antes de entrar no PAEP a experiência de dormir em abrigo da prefeitura e em casa de conhecidos, e contava com ajuda

financeira da igreja que estava situada próximo à universidade. A participante reconhecia a importância de estar na moradia e da rede de apoio que encontrava no espaço e na universidade.

Por meio das narrativas dos moradores, foi possível compreender as experiências dos moradores com o espaço que passam a habitar a partir do acesso à moradia, suas afeições e identificações pelo lugar construídas ao longo do tempo, como também os desafios para despertar a coletividade entre colegas. O espaço é produto e produtor das relações sociais, o que leva à discussão – abordada a seguir – quanto ao processo de construção de vínculos e aos desafios relacionados à convivência e às sociabilidades possíveis, fundamentais para compreender como se dá a integração entre as pessoas, como também das pessoas na dinâmica com o seu espaço e nele.

*Desafios de ser morador: do estudante solitário ao estudante solidário?*

“Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios” (Freire, 1994, p. 48). É possível responder de diferentes maneiras diante de novas experiências de vida, novas relações e novos espaços que passamos a habitar, pois a pluralidade se dá diante da própria singularidade de cada sujeito e nas suas ações no mundo. Para universitários que residem em moradia estudantil, estar longe da família e de amigos da cidade de origem, enfrentar dificuldades financeiras e acadêmicas estão entre as situações comuns vivenciadas por eles, e que demandam dos sujeitos novos modos de organizar sua rotina e novas experiências de vida. Em relação às experiências e aproximações entre as histórias de vida dos moradores, destaca-se o seguinte trecho:

*São pessoas de vários lugares, pessoas de fora de Florianópolis, são pessoas que estão longe da família, né, aí cada uma com o seu problema financeiro diferente, porque se você entra aqui é porque sua condição socioeconômica não é boa, não é a das melhores. Aí, por exemplo, você acaba tendo conflitos pessoais, culturais, bem forte porque algumas pessoas, por exemplo, a questão da limpeza é uma questão muito subjetiva aqui, você não pode dizer que não está limpo uma coisa que a pessoa limpou (Participante 1).*

Conviver com a diversidade é condição intrínseca à moradia, pois a instituição recebe estudantes de várias regiões do país e intercambistas de outros países, que, em geral, permanecem menor período, mas passam a residir na moradia. Na visão de residentes, “sofrimento, exclusão, humilhação, e a diversidade, é muitas vezes, enfrentar um outro tão diferente que assusta” (Sousa & Sousa, 2009, p. 12). Evidencia-se a dificuldade de compreender a riqueza da diversidade e a discriminação como limitadora de tal perspectiva, o que traz à tona desigualdades sociais (Parker, 2013). Essa condição aparece ao longo da pesquisa por meio de



relatos de episódios de discriminação, por exemplo, pela condição de ser nordestino ou nortista, ou por pertencer a uma religião de matriz africana. Segundo moradores, essas manifestações vinham por meio de piadas, críticas e comentários direcionados a sotaque, hábitos e costumes. Atitudes consideradas racistas também apareceram como marca da trajetória de alguns moradores, evidenciando a presença de assimetrias estruturais, conflitos sociais e tensões culturais que não podem ser desprezadas nos estudos sobre a sociabilidade (Maia, 2001). Para Vencato (2014), é importante retomar a diferença pela ideia de riqueza, para que sejam produzidos contextos com relações mais democráticas e baseadas na valorização da diversidade, tendo em vista que hierarquias e opressões promovem a manutenção da desigualdade.

Ao ampliar o olhar para o entorno da moradia, destaca-se que o próprio espaço universitário ainda vem sendo lugar de experimentação de racismo e outras formas de discriminação, em especial para alunos que acessaram a universidade pelas políticas de ações afirmativas (Sayão, 2016), público que compõe grande parte das moradias estudantis. Em levantamento recente do Fonaprace (2019), cerca de 5% dos estudantes responderam que, dentre os motivos que os levaram a pensar em abandonar a universidade, estão dificuldades decorrentes de assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito. Em levantamento anterior, estudantes responderam que, em algum momento, enfrentavam dificuldades decorrentes de conflitos de valores ou religiosos, discriminações e preconceitos, e entre 7% e 11% deles citaram passar por discriminações e preconceitos nos locais onde estudam (Fonaprace, 2016). Acende-se o alerta para que o espaço universitário encontre caminhos para desconstruir concepções preconceituosas e amplie espaços de diálogo com a diversidade étnica, racial, cultural, espacial e social que passa a integrar o espaço (Scherer-Warren & Delespote, 2016).

Seguindo na apresentação dos desafios em torno da experiência de ser morador, as narrativas abordaram como grande desafio vivenciado, quase que de forma unânime, as questões que envolvem a convivência com colegas de quarto com que compartilham o dormitório, cozinha e banheiro, as negociações cotidianas para organização de rotinas, privacidade e ocupação do espaço físico. São com essas pessoas que os conflitos costumam ser mais comuns, pois, mesmo vivendo condições similares de vida, nem sempre estão garantidas proximidades e afinidades na convivência ao longo do tempo de permanência. Os resultados encontrados no presente estudo corroboram com pesquisas anteriores em moradias brasileiras. Negociar privacidade, aspectos de limpeza/organização e hábitos pessoais, além de compartilhar espaços de comer, dormir, estudar, namorar e descansar são apontados como

desafios cotidianos de quem habita a moradia, sendo ainda apontadas como dificultadoras as mediações ocorrerem com colegas desconhecidos, ou seja, pessoas com as quais passam a conviver a partir daquele momento, sem que haja qualquer laço social (Gemelgo & Barros, 2015). Sobre os impactos da experiência de residir em moradia, destaca-se a pesquisa de Garrido (2015), cujos resultados apontam que as mudanças negativas nos domínios pessoal e social são atribuídas, predominantemente, ao barulho, à ausência de privacidade, à concentração de um número elevado de pessoas por quarto ou por moradia, ao estigma de ser morador e à distância da família.

Para alguns moradores é, inclusive, a primeira experiência que têm de sair de casa, ficar distante do convívio familiar, sair de cidades pequenas e passar a viver no espaço urbano de uma cidade maior, enfrentando desafios nos processos de adaptação e da convivência coletiva. Por outro lado, uma parte dos moradores relatam já terem vivido experiências anteriores de morar em espaços coletivos, passaram por situações de maior vulnerabilidade e enfatizam a importância de ocupar esse espaço e, ao mesmo tempo, as dificuldades de seguir regras e aceitar algumas negociações postas para melhor conviver. Diante disso, moradores ressaltam como vulnerabilidades vivenciadas e experiências anteriores interferem nas possibilidades de negociações entre moradores:

*Como as pessoas são mais velhas, não são mais adolescentes, com quatorze anos, e está começando a se formar, a se entender como gente, que está apto a fazer isso. Não, são pessoas já são mais velhas, que já têm vícios, alguns já trabalharam, outros já moram fora, eles trouxeram suas armaduras consigo e eles não querem mudar, porque ali eles acham que é o ambiente de casa deles, meio que tem essa dificuldade muito cultural das pessoas não quererem mudar, entende? (Participante 2).*

*Eu acho que... acho que a experiência de conviver com estranho, estranho, assim, no sentido que nós viemos de lugares diferentes, famílias diferentes, costumes diferentes, uns mais, é, com o espírito mais pacífico, outros mais revoltados com tudo e com todos, pra mim está sendo uma experiência, assim, ótima (Participante 4).*

Os desafios de negociar, ceder e ressignificar os modos de ser de cada sujeito que habita aquele espaço mostram limitações e possibilidades nas interações sociais e vínculos na moradia. Em estudo sobre sociabilidades em moradia estudantil, Berlatto e Sallas (2008) apresentaram que as negociações são postas a todo momento: quem vai ocupar qual espaço no quarto, modos de comunicar regras e limites, assim como conciliar interesses individuais e coletivos. Algumas saídas encontradas pelos residentes para partilhar a convivência são marcadas pela imposição de regras e hierarquias postas pela condição de ser morador mais antigo, de pertencer ao conselho gestor da moradia, de estar matriculado em curso com mais status social ou pela ausência de reconhecimento da condição de coletividade. Esses dilemas cotidianos ficam

evidentes em situação relatada por moradora, que afirmou ter colocado cartazes sobre regras de funcionamento de quarto, banheiro e cozinha, horário de silêncio e regras de visita, antes da chegada dos colegas de quarto, sem qualquer diálogo ou conhecimento acerca dos modos de organização do outro. Alguns estudantes abordaram que, a depender de em qual curso de graduação o morador está matriculado, e o seu status social correspondente, havia maior dificuldade na convivência e no diálogo: *“porque existe muito ego, uns querendo se... é uma questão dos próprios cursos, uns achando que são mais que... em relação aos outros”* (Participante 4).

Tal situação retratada diz respeito ao prestígio social que ainda perpetua dentro e fora do cenário universitário no tocante à maior valorização de alguns cursos, em geral aqueles que historicamente tiveram quase que exclusivamente as vagas destinadas aos jovens da elite social e econômica, e que, portanto, remetem à ideia de poder e status, reveladora de desigualdades, ainda evidentes no meio acadêmico. Como saída, tida como a mais comum quando não há sucesso nas negociações ou ocorrem recorrentes conflitos, está a solicitação frente à administração para mudança de quarto. No caso dos entrevistados, a maioria já tinha trocado de quarto pelo menos uma vez. Os moradores vão em busca de dividir quarto com colegas com quem aparentemente tenham maior afinidade ou que tenham funcionamento mais parecido, sendo uma das soluções encontradas entre moradores e gestão para mediar conflitos.

Apesar de ter sido mencionado como lugar que proporciona relações de amizades e vínculos, ao serem perguntados sobre quem são as pessoas que recorrem diante de uma dificuldade ou problema mais sério, poucos relatos trouxeram que sua rede de apoio estava entre colegas da moradia. Ao contrário, a rede de apoio mencionada estava fora da moradia, em alguns casos, fora do próprio espaço universitário. Resultado semelhante foi encontrado por Berlatto e Sallas (2008), que constatou que moradoras de casa de estudante não construíam ligações fortes umas com as outras e, geralmente, retornavam para sua cidade após concluir o curso. Aquelas que moravam em cidades mais próximas, em geral, costumavam passar os fins de semana com a família, não havendo muito espaço para vínculos entre moradoras. *“A nossa história de vida é marcada pela composição de uma trama de relações em sua complexidade, cujas estruturas social e familiar, bem como as experiências culturais, se manifestam no dia a dia, concebe, pois, o sujeito como um todo que afeta e é afetado no mundo.”* (Alves & Francisco, 2009, p. 769). Nesse sentido, caminhos que promovam novos modos de produzir afetos e redes de apoio no espaço da moradia se mostram relevantes desafios para aqueles que buscam melhorias para as condições de vida nesse cenário, tendo em vista que a pobreza de

relações sociais constitui fator que pode contribuir para diversas formas de adoecimento (Andrade & Vaitsman, 2002).

Ainda no campo das sociabilidades, conflitos e situações de violência foram lembrados ao longo das entrevistas. Apesar de serem acontecimentos descritos como pontuais, costumam promover grandes repercussões na casa, pois em algumas situações as mediações acontecem pelos próprios moradores ou por funcionários da moradia. Foram relatadas agressões físicas entre colegas de quarto, entre casais e situações de ameaça. Em geral, agressões e conflitos mais graves acontecem quando extrapolam os limites da boa convivência, em que já houve algum tipo de mediação feita pelo conselho de moradores ou pela administração, e mesmo assim a situação persiste:

*A maior parte dos conflitos começa pequena, assim, sabe, o fulano que não quer limpar o quarto, o ciclano que traz visita que ficam fumando maconha dentro do quarto. Então, aí, como não se tem um... como não se tem uma... uma recepção de orientação, [...] (Participante 9).  
A coisa do dia a dia, exatamente, porque vai crescendo os problemas, né, vai crescendo e, quando chega até o conselho, já é uma coisa realmente grave, já agrediu, está pra agredir, já ameaçou etc. (Participante 4).*

Segundo moradores, os conflitos mais graves surgem das dificuldades vivenciadas no dia a dia da moradia, por ausência de mediações na fase inicial do conflito e condições de vida marcadas por histórias de violência e vulnerabilidade. Alguns apontaram a necessidade de profissionais do campo da atenção psicossocial que pudessem atuar na prevenção de tais situações e na mediação de conflitos, pois, quando o conflito se instaura e decorrem dele manifestações de sofrimento psíquico, os moradores buscam serviços de atenção psicossocial disponíveis na universidade. O impacto provocado pelos conflitos e pelas situações de violência leva moradores a manifestarem sofrimento psíquico, enfrentarem situações de constrangimento e queda no rendimento acadêmico, colocando em jogo a própria permanência na moradia. Sobre isso, estudante relata que, após agressão sofrida por colega da moradia e ao lidar com outras situações de conflitos, por integrar o conselho da moradia, começou a tomar medicamentos antidepressivos; com a situação, seu desempenho acadêmico ficou comprometido.

No campo das pesquisas sobre a saúde em moradias estudantis, é percebido que a experiência de viver em moradias universitárias pode provocar impacto sobre a saúde dos estudantes e condições que propiciem sofrimento psíquico (Osse & Costa, 2011; Shaikh & Deschamps, 2006). No contexto apresentado, amplia-se a necessidade de demandas por políticas de assistência estudantil, que incluam projetos e ações relacionados a dinâmicas relacionais, regras de convivência, gerenciamento dos espaços e condições psicossociais que emergem no cotidiano das moradias universitárias.

A condição de vulnerabilidade atua “como resultante de um conjunto de aspectos que ainda que se refiram imediatamente ao indivíduo, o recoloca na perspectiva da dupla-face, ou seja, o indivíduo e sua relação com o coletivo, há relação intrínseca entre eles” (Muñoz Sánchez & Bertolozzi, 2007). Vivenciar situações de violência e outras formas de vulnerabilidades pode expressar potenciais de adoecimento ou não adoecimento que estão relacionados a cada um dos indivíduos que se situa em um conjunto de condições (Ayres, França Júnior, Calazans & Saletti Filho, 2009). É nesse sentido que a discussão será finalizada com a reflexão de uma residente que questiona se a moradia poderia ser considerada um lugar saudável. Ela manifesta uma certa preocupação com os colegas que silenciam suas dores, que adoecem nesse lugar, e com aqueles que não suportam esse tipo de convivência e acabam desistindo de continuar morando lá. Mas, ao mesmo tempo, avalia que, diante das dificuldades de alguns, surgiram iniciativas para melhorar as condições de vida no local, tentativas de mobilização coletiva e de aproximações com a universidade. Integrar forças para ampliar as potencialidades locais, portanto, pode contribuir para que novos sentidos possam ser atribuídos ao lugar, fortalecendo laços sociais e novas formas de se apropriar do espaço.

### **Considerações finais**

Destacam-se duas definições, extraídas do dicionário Michaelis (2019), para a palavra desafio: “situação ou problema cujo enfrentamento demanda esforço e disposição firme; [...] ato de instigar alguém a realizar algo que supostamente está acima da sua capacidade”. Essas definições se aproximam daquilo que foi relatado sobre as experiências na moradia, diante das situações cotidianas que desafiam a maioria dos estudantes e seus modos de ser e de se relacionar, de criar laços com o lugar e com pessoas em seu entorno. Em meio às dinâmicas e às transitórias relações construídas pelos moradores, é possível se deparar com condições de vida similares e singulares, que ora se aproximam, ora estão distantes entre si, ora partilham bons momentos e ações em prol do coletivo, ora atuam na lógica “cada um por si”. Alguns conseguem permanecer pelo tempo que precisam, alguns nesse processo adoecem, outros não conseguem permanecer e buscam outras saídas para continuar na universidade.

Em meio aos desafios, moradores conseguiram, ainda, olhar para o espaço que habitam e revisitar potencialidades desse lugar, considerar a moradia como seu lar, criando esforços para superar estigmas e vulnerabilidades vivenciados no local e na sua trajetória de vida. No entanto, são elencadas como dificuldades o pouco envolvimento coletivo, a falta de cuidado com os

espaços e algumas situações desconfortáveis na convivência coletiva, como ausência de privacidade, diferenças culturais e conflitos.

Ao mesmo tempo, a moradia foi lembrada como local de garantia de direitos frente às lutas sociais e a um processo de inclusão educacional, em que são possíveis respiros de liberdade frente a regras institucionais, laços sociais frente a disputas por vagas, diante da grande demanda de estudantes que requisitam um lugar nessa instituição. O lugar é múltiplo, as relações são ambíguas, seja com o lugar, seja com o colega que divide, além do quarto, confissões, atritos, gostos e costumes de sua cidade de origem ou família. No imaginário social, costumam ser atribuídas características a esse lugar – o qual cumpre o propósito das políticas de assistência estudantil – que se restringem a “problema”, “drogas”, “pobreza” e “violência”, sendo estas marcas de exclusão que revestem o processo de inclusão. Tal situação atravessa a vida dos moradores e os desafia a trilhar novos sentidos na sua trajetória como integrantes desse espaço, com disponibilidade para investimento afetivo ao lugar, apropriação do espaço e cultivo de laços sociais.

Abre-se o debate sobre uma dimensão silenciada da vida universitária, que a inclusão na universidade não pode se dar apenas pela garantia do acesso, deve acontecer de forma ampliada, dando condições aos universitários residentes de permanecer, em espaços mais saudáveis e estimulando a participação/gestão coletiva. Os desafios de ser morador são muitos, diários, históricos, afetivos e políticos. Precisam ocupar espaço nos debates universitários para que se encontrem saídas, ainda que temporárias e contextuais, para promoção de cuidado.

## Referências

- Alves, E. S., & Francisco, A. L. (2009). Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 768-779.
- Andrade, G. R. R. N., & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: conectando solidariedade. *Cien. Saúde Coletiva*, 7(4), 925-934.
- Assis, A. D., & Oliveira, A. G. P. (2010). Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 2(4-5), 159-177.
- Ayres, J. R. C. M., França Júnior, I., Calazans, G. J. & Saletti Filho, H. C. (2009). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde pública: perspectivas e desafios. In D. Czeresnia & C. M. Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (2a ed., pp. 117-139). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Berlato, F., & Sallas, A. L. F. (2008, diciembre). Um lar em terra estranha: espaço e sociabilidade em uma casa de estudantes feminina. *Revista Chilena de Antropologia*

- Visual, Santiago*, (12), 48-69. Recuperado em 29 de abril de 2015, de [http://www.rchav.cl/imagenes12/imprimir/berlatto\\_&\\_fayet.pdf](http://www.rchav.cl/imagenes12/imprimir/berlatto_&_fayet.pdf).
- Buss, P. M. (2009). Uma introdução ao conceito de promoção de saúde. In D. Czeresnia & C. M. Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (2a ed., pp. 19-42). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Chassot, C. S. & Silva, R. A. N. (2018). A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. *Psicol. Soc.*, 30, 1-12.
- Costa, G. C. O., & Oliveira, P. (2012). Moradias estudantis: uma política pública na consolidação do direito à cidade. In *Resumos, 12 Seminário Urbanismo na Bahia (urbBA)*, Salvador.
- Cunha, M. I. (2008). Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. *Educação Unisinos*, 12(3), 182-186.
- Fantinel, L. (2016, maio-agosto). As sociabilidades nas organizações: da sociologia formal às interações cotidianas. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 5(2).
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2016). *IV Pesquisa Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras – ano 2014*. Brasília.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2019). *V Pesquisa Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras – ano 2014*. Brasília.
- Franco, R. F., & Stralen, C. J. (2012). O espaço de habitação e sua importância para a produção de subjetividade. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, 18(3), 402-419.
- Freire, P. (1994). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Garrido, E. N. (2015). A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus moradores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 726-739. Recuperado em 29 de abril de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Gemelgo, F. A. K., & Barros, D. D. (2015). Sentimento de desterritorialização e o desafio da autoestima na experiência da moradia estudantil. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, 23(4), 803-814.
- Gonçalves, T. M. (2002). *O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar (uma abordagem psico-socioambiental do bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma – SC)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Jerônimo, R. N. T., & Gonçalves, T. M. (2013). Identidade e personificação do lugar na apropriação do espaço pelos nativos de Ibiraguera, SC. *Revista de Ciências Humanas*, 47(1), 117-132.

- Kuhnen, A. (2009). Interações humano-ambientais e comportamentos socioespaciais. In A. Kuhnen, R. M. Cruz & E. Takase, *Interações pessoa-ambiente e saúde*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lacerda, I. P., & Valentini, F. (2018). Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(2), 413-423.
- Maia, R. (2001). Sociabilidade: apenas um conceito? *Geraes Revista de Comunicação Social*, 53.
- Maranhão, F. C. A. (2016). *Política pública de assistência estudantil: um estudo da satisfação dos universitários residentes na moradia estudantil da UFRPE*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Desafio (2019). In *Michaelis: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Melhoramentos. Recuperado em 9 de maio de 2019, de <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desafio/>.
- Muñoz Sánchez, A. I., & Bertolozzi, M. R. (2007). Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 319-324.
- Osse, C. M. C., & Costa, I. I. (2011). Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia*, 28(1), 115-122. Recuperado em 30 de abril de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a12v28n1.pdf>.
- Paiva, D., & Mendes, G. (2001) “*Onde se pode ficar nu*”: territorialidade e privacidade na casa do estudante universitário da UNB. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. (Série: Textos de Alunos de Psicologia Ambiental, 7).
- Parker, R. (2013). Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na Saúde Pública Mundial. In S. Monteiro & W. Villela, *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Pinheiro, R. L., & Silva, A. P. S. (2018). Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 259-273.
- Ponte, A. Q., Bomfim, Z. Á. C., & Pascual, J. G. (2009). Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. *Revista Psicologia Argumento*, 27(59), 345-354. Recuperado em 30 de março de 2017, de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=3375&dd99=view&dd98=pb>.
- Sawaia, B. B. (1995). O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*, 9(2), 20-24.
- Sayão, M. L. M. R. (2016). Reflexões sobre acionamentos identitários entre estudantes cotistas negros da UFSC. In I. Scherer-Warren & J. C. Passos, *Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Scherer-Warren, I., & Delesposte, A. G. (2016). Ativismo étnico-racial face às ações afirmativas na UFSC: redefinindo espacialidades? In I. Scherer-Warren & J. C. Passos, *Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos*. Florianópolis: Ed. UFSC.



- Shaikh, B. T., & Deschamps, J. (2006). Life in a University Residence: Issues, Concerns and Responses. *Education for Health, 19*(1), 43-51.
- Sobrinho, S. M (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educ. Soc., 31*(113),1223-1245.
- Sousa, L. M., & Sousa, S. M. G. (2009). Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. *Psicologia Ciência e Profissão, 29*(1), 4-17. Recuperado em 2 de maio de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100002).
- Vencato, A. P. (2014) A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, 4*(1), 211-229.



## ARTIGO 3

**A universidade como caminho possível: percursos para acesso e permanência de estudantes em moradia universitária**

**Resumo:** A trajetória de universitários residentes em moradias estudantis é marcada pela condição de vulnerabilidade social, sendo necessários recursos sociais e institucionais para viabilizar a continuidade dos estudos. Este artigo objetivou compreender como se constitui a relação dos residentes com a universidade, caminhos para acesso e desafios para permanência nesta. Partindo de uma abordagem qualitativa, trata-se de pesquisa com intervenção participativa, na qual foram utilizados instrumentos como observação participante e entrevistas. Os resultados elucidaram a importância das redes de apoio social e o enfrentamento de vulnerabilidades sociais antes da entrada na universidade. Quanto à universidade, moradores relataram o percurso para acesso às políticas assistenciais, situações de preconceito vivenciadas pela condição de morador e frisaram a procura por recursos universitários (pedagógicos, psicossociais, culturais) diante de dificuldades vivenciadas na universidade e na moradia. São necessárias ações que promovam aproximações entre universidade e moradia, assim como estratégias que favoreçam a superação das desigualdades.

**Palavras-chave:** Universidade. Moradia estudantil. Vulnerabilidade. Apoio social.

**The University as a possible path: routes for access and permanence of students in university dwelling**

**Abstract:** The trajectory of university students residing in student housing is marked by the condition of social vulnerability, and social and institutional resources are necessary to enable the continuity of the studies. The article aims to understand how the relationship between residents and the university is constituted, pathways to access and permanence challenges. Based on qualitative approach, it is a participatory intervention research, in which instruments like participant observation and interviews were used. Results elucidated the importance of social support networks and the coping of social vulnerabilities before entering the university. Concerning the relationship with the university, residents reported how to access social care policies, experienced prejudice due to the condition of dwellers, stressing the demand for university resources (pedagogical, psychosocial, cultural) related to difficulties experienced in the university and in the dwelling. Actions are necessary to promote approximations between university and housing, as well as strategies that help overcome inequalities.

**Keywords:** University. Student housing. Vulnerability. Social support.

### **Introdução**

Estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica enfrentam diversas formas de exclusão educacional, expressas por escassas oportunidades de estudo no seu local de origem, carências culturais, preconceitos e precárias condições de escolarização (Sobrinho, 2010). Para superação dessas barreiras e consolidação de um projeto de sociedade que priorize justiça e equidade social, torna-se necessário a ampliação do acesso ao Ensino Superior desses

estudantes, que, historicamente, até poucos anos atrás tinham representação pouco significativa nas universidades públicas brasileiras.

Para jovens advindos de famílias com baixa escolaridade, concluir o Ensino Superior proporciona o sentimento de superação do histórico pessoal e familiar, a realização de um sonho, a oportunidade de ter melhores condições de trabalho e financeiras, como também obter o status e o respeito social propiciados pelo diploma universitário (Lemos, 2017). A fim de que a entrada na universidade possa se tornar uma possibilidade real, é necessário que se amplie o horizonte de políticas públicas educacionais, ao mesmo tempo em que se fortaleçam redes de apoio social que tornem viável essa mudança de vida. Estratégias para que jovens e adultos concluam o Ensino Médio, fortalecimento de recursos comunitários como cursinhos pré-vestibulares gratuitos voltados ao público trabalhador e aos jovens de escolas públicas, assim como a consolidação das políticas de ações afirmativas e o fortalecimento das estratégias de assistência estudantil, criam condições fundamentais para o acesso e a permanência desses jovens no espaço universitário (Leite, 2012; Vasconcelos, 2010; Dias, 2017).

A presença desses jovens ingressantes pelas ações afirmativas causa incômodos, por colocar em discussão a desconstrução do mito da democracia racial brasileira e a explicitação da desigualdade no contexto universitário (Mayorga & Souza, 2012). O debate se estende de forma polarizada, com atitudes favoráveis ou contrárias às ações afirmativas, configurando redes complexas de percepção e representação das relações sobre raça e classe social, apontando as condições de desigualdade no Brasil, bem como da ideia de justiça que permeia as relações estabelecidas na sociedade e na universidade. A presença de alunos de condições sociais, culturais e étnicas distintas conduz a um novo panorama universitário, que precisa atentar para produzir debates sobre a diversidade, assim como para construir projetos que atuem na prevenção de atitudes de preconceito e exclusão.

Ao passo que a presença desses alunos foi ampliada, as universidades públicas conquistaram uma diversidade de público que até então não tinham presença significativa nesse ambiente, mudando as cores, as caras e os modos que até então constituíam a identidade e o perfil dessas instituições (Sayão, 2016, p. 80). Conviver com a diversidade está relacionado com aceitação e convívio de forma pacífica entre diferenças culturais, sociais e comportamentais (Guimarães, 2012). No contexto universitário, a diversidade pode ser entendida como processo que potencializa a produção de conhecimento, assim como promove repercussões na própria sociedade. Segundo Marrara e Gasiola (2011), é possível perceber efeitos individuais ou internos e os coletivos ou externos. Desse modo, por meio de ambientes acadêmicos mais plurais e diversificados, estudantes e pesquisadores têm a possibilidade de

compreender de forma mais profunda e crítica as questões sociais, o que influencia as reflexões científicas (interno) e na postura como profissional (externo), impactando o grupo e o ambiente de trabalho.

Assim, o cenário de uma universidade mais diversa e integrada aos processos de inclusão social exige que aconteçam transformações no próprio espaço universitário, seja no modo como as relações se estabelecem entre os diversos atores que compõem esse espaço (estudantes, técnicos, gestores e docentes), seja por meio da ampliação de recursos institucionais que supram as novas necessidades sociais, econômicas, culturais, educacionais e de saúde peculiares do perfil estudantil atual. Dessa maneira, para conduzir trajetórias bem-sucedidas na universidade, torna-se necessária uma série de estratégias individuais e coletivas de superação de desigualdades, entre elas a constituição de redes de apoio, em que as experiências e estratégias de superação de barreiras sejam compartilhadas e coletivizadas (Moura & Tamboril, 2018). Na mesma direção, Sobrinho (2010) afirma que a ampliação das matrículas e a inclusão social devem assegurar meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos.

Dentre os benefícios dos programas de assistência estudantil que potencializam a possibilidade de permanência sustentável e a estabilidade para desempenho acadêmico, estão os auxílios-moradia. Algumas universidades disponibilizam vagas em moradias estudantis como recurso de auxílio-moradia, sendo espaço que potencializa relações universitárias pelo seu caráter político, como espaço da coletividade e de mobilização da juventude (Wiese et al., 2017). Os estudantes que habitam esses espaços compartilham a convivência diária com colegas universitários de diferentes realidades sociais, advindos de outras cidades ou países e em condições de vulnerabilidade social, cujo fortalecimento das redes de apoio social se torna fundamental para a permanência e o desenvolvimento de condições de vida mais saudáveis.

O apoio social corresponde a qualquer informação ou auxílio material oferecidos por grupos ou pessoas, com as quais contatos sistemáticos e troca de experiências resultam em efeitos emocionais ou comportamentos positivos para o sujeito que o recebe, como também promove transformações para quem oferece o apoio (Pedro, Rocha & Nascimento, 2008). De acordo com o modelo dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), o apoio social se aproxima das dimensões intermediárias que correspondem às relações constituídas pelos sujeitos com suas redes sociais e comunitárias, e que influenciam nas condições de vida, de aprendizagem e de trabalho. Sendo assim, são fundamentais para a compreensão do processo de saúde e adoecimento de pessoas e comunidades (Carvalho & Buss, 2009).

Sobre a condição de ser morador, ao mesmo tempo em que a universidade e seus recursos institucionais podem atuar como rede de apoio social e contribuir com a estabilidade dos seus alunos para continuar os estudos, por outro lado, algumas situações vivenciadas nesses espaços têm servido como entraves a sua formação (Garrido, 2015). Em estudos realizados nas moradias estudantis, ao abordar aspectos da relação entre moradores e universidade, foram relatadas situações de preconceito vivenciadas no meio universitário em razão da condição de residentes. Estes, em algumas situações, teriam sido rotulados como bagunceiros, maconheiros e pobres (Laranjo & Soares, 2006; Sousa & Sousa, 2009), o que produziu repercussões na sua relação com a universidade e sofrimento psicossocial. Nessa direção, aproximações com o conceito de sofrimento ético-político, apresentado por Sawaia (2014), retratam a vivência cotidiana de dor e a manifestação de sofrimento relacionadas ao enfrentamento de situações nas quais a pessoa é tratada como inferior, ou seja, um sofrimento mediado pelas condições de desigualdade vividas.

Assim, ao mesmo tempo em que a universidade é lócus privilegiado de amplas discussões sobre preconceito e palco de ações inclusivas, como as ações afirmativas, tem sido também local em que diversas formas de discriminação são reproduzidas, em especial, dirigidas a estudantes advindos das políticas de ações afirmativas (Lemos, 2017; Scherer-Warren & Delesposte, 2016), perfil que abrange, também, estudantes de moradias universitárias. A reprodução de estigma é uma estratégia que produz e reforça desigualdades na vida social, pela qual alguns grupos são desvalorizados, sendo reforçadas formas de exclusão dentro de um contexto histórico (Parker, 2013). Parker afirma que o estigma envolve categorização, rotulagem, estereotipagem e rejeição social, e pode resultar em diversas formas de discriminação, além de produzir repercussões nas condições de saúde. É preciso reconhecer que a vivência no espaço universitário está amplamente sujeita à produção de significados e sentidos diversos e contraditórios, sendo necessária a produção de discussões e ações que estimulem a convivência com a diversidade, baseada no respeito às diferenças, e que auxiliem no enfrentamento de situações de vulnerabilidade vividas por seus estudantes.

No campo das políticas de assistência estudantil universitária, o critério da vulnerabilidade social tem sido ponto-chave para garantia do acesso aos benefícios previstos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovada em 2010. Prezando pela autonomia universitária, cada instituição estabelece seus critérios e indicadores para a concessão de benefícios aos estudantes, adaptados ao longo do tempo por conta do crescimento da demanda nas instituições. Ao adotar o critério da vulnerabilidade, toma-se por base informações sobre as condições de vida das famílias (moradia, profissão, renda, número de

dependentes etc.) que vão além das informações sobre renda familiar. A partir desses critérios, busca-se o conhecimento de suas realidades e das situações que levam à vulnerabilidade, seja econômica, seja financeira, seja relativa a problemas de saúde, seja pela condição social (Giúdice, Loreto & Azevedo, 2014).

Desse modo, a concepção de vulnerabilidade se dispõe como categoria dentro das políticas públicas que atuam no reconhecimento da concomitância de fatores éticos, políticos e técnicos sobre a incidência de riscos nos territórios e sobre a capacidade humana para o seu enfrentamento, no que se refere às condições de vida e aos suportes sociais (Guareschi, Reis, Hüning & Bertuzzi, 2007). Dentro de uma perspectiva ampliada, faz-se necessário olhar para a integralidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, a partir de demandas e necessidades de diversas ordens, entendendo que possuem capacidades e se encontram em um estado de suscetibilidade a um risco, devido à vivência em contextos de desigualdade e injustiça social (Carmo & Guizardi, 2018).

Partindo das experiências de estudantes residentes em moradia universitária, o objetivo desse artigo é compreender como se constrói a trajetória universitária desses jovens, diante das situações de vulnerabilidades vivenciadas, advindas das condições de vida e das relações estabelecidas no cenário universitário. Pretende-se ainda abordar as estratégias encontradas por esses estudantes para obter melhores condições de permanência universitária e estabilidade no desempenho acadêmico, a partir do contato com as políticas de assistência estudantil e os demais recursos disponíveis nesse espaço.

## **Método**

Os resultados do presente estudo foram obtidos a partir de uma pesquisa-intervenção participativa, com etapas planejadas a partir das problemáticas vivenciadas pelos participantes, com vistas a instigar processos de compreensão e mudança da realidade (Rocha, 2003). A pesquisa integrou um projeto de extensão denominado “Promoção da saúde em Moradia Estudantil da UFSC”, e a participação da pesquisadora nesse projeto se tornou uma porta de entrada para conhecer o contexto de pesquisa, estabelecer contato com os participantes, planejar e realizar atividades em conjunto com atores e produzir os dados.

O projeto de extensão teve início em 2015, envolveu professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento da Psicologia – de saúde, educacional, ambiental e institucional – e contou com a participação de moradores e equipe técnica responsável pela moradia estudantil. Teve como etapas realizadas: participação em assembleias e atividades desenvolvidas na

moradia; reuniões com a equipe técnica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), responsável pela gestão da moradia; diagnóstico situacional (mapeamento de problemas enfrentados na moradia estudantil); planejamento de ações e atividades na moradia, com vistas a melhorias nas condições de vida, a partir de demandas advindas dos moradores.

Quanto ao procedimento, trata-se de uma pesquisa de campo realizada na moradia estudantil de uma universidade pública do Sul do país. As técnicas utilizadas para construção dos dados foram a observação participante, com escrita de diários de campo (encontros, reuniões, eventos), e as entrevistas semiestruturadas, realizadas com moradores. Em relação à moradia, a instituição é formada por cerca de 157 residentes, todos estudantes de cursos de graduação, dos sexos masculino e feminino. Sua construção foi edificada nas proximidades do campus principal da universidade, e, em sua maioria, os estudantes residem em prédios que comportam quartos divididos entre duas pessoas, com áreas compartilhadas por até quatro pessoas, como banheiro e cozinha.

Para a etapa de análise dos dados, foi utilizado o modelo da teoria fundamentada, uma proposta de análise sistemática aplicada em estudos de abordagem qualitativa. Nesse modelo, a teoria está assentada na construção dos dados, no intuito de acrescentar novas perspectivas ao entendimento do fenômeno (Charmaz, 2009). O processo de codificação que definiu a estrutura analítica envolveu uma etapa de denominação de cada palavra, linha ou segmento de dado e, posteriormente, uma fase focalizada e seletiva, na qual se formaram os códigos mais significativos e as categorias analíticas.

A seguir, serão apresentadas as categorias que se referem à relação entre estudantes da moradia e universidade correspondentes aos objetivos do presente artigo. Inicialmente, serão apresentados os resultados relacionados ao percurso para acessar a universidade, descrevendo as barreiras e redes de apoio encontradas durante o processo de decisão de dar continuidade aos estudos e construção de uma trajetória de vida a partir da entrada na universidade. Em seguida, será apresentada análise sobre como se dá o acesso às políticas de assistência estudantil, a reflexão acerca da importância desses benefícios para os residentes e a identificação das demandas que surgem para a equipe técnica, relacionadas ao processo de acolhida no momento da chegada à moradia.

Por último, será apresentada a categoria que analisa questões relacionadas à permanência universitária, investigando os recursos institucionais buscados pelos estudantes e as adversidades enfrentadas no meio acadêmico, a exemplo de situações de preconceitos vivenciadas pela condição de ser morador. Os resultados apresentam também as estratégias encontradas pelos participantes para mudar essa perspectiva no cenário universitário.



## Resultados e discussão

### *Universidade como caminho possível: vulnerabilidades, barreiras e apoio social no percurso para acesso à universidade pública*

Entrar na universidade para muitos jovens implica mudar de vida e construir um caminho que se distingue da trajetória de seus familiares, marcados por vulnerabilidade econômica, baixa escolaridade e inserção precoce no mercado de trabalho para auxiliar no sustento familiar. Entre a decisão de prestar o vestibular e o momento da inscrição, há um longo caminho a ser percorrido para estudantes de classes populares, sendo comuns relatos dos participantes sobre uma certa dúvida se a universidade seria mesmo um caminho possível, ou mesmo descrédito quanto às chances de entrar em uma universidade pública: *“aí já tinha dado o dia (da inscrição), mas eu estava não me iludindo, assim né, a universidade federal né, nada a ver né, sei lá, não é pra mim.”* (Participante 5).

Quando a universidade se torna um caminho oportuno, e começam a ser buscados recursos para acesso, são identificadas inúmeras dificuldades, seja pelas condições de vida (dificuldades financeiras, geográficas, sociais e/ou educacionais), seja pela pouca familiaridade sobre como funciona a universidade e as formas de acesso, seja pelo histórico familiar de exclusão dos processos educacionais de maior complexidade. Alguns universitários entrevistados relataram que eram os primeiros integrantes da família a buscar a continuidade dos estudos e tentar entrar na universidade, portanto, o acesso à instituição não aparece como um “caminho natural e esperado” após o término do Ensino Médio, como poderia ser para jovens de classe média e alta brasileira. Em algumas situações, participantes se depararam com limitadas oportunidades (de trabalho, de estudo) em sua cidade de origem, migraram para outras cidades/estados e se inseriram no mercado de trabalho pela necessidade de se manter financeiramente. Em outras pesquisas que corroboram com esses achados, jovens universitários de classes populares relataram que era comum escutar de outras pessoas que seu destino “natural” era seguir para o mundo do trabalho, não tendo espaço para outras possibilidades (Piotto, 2010).

Nessa mesma direção, antes mesmo de ter o acesso à universidade como possibilidade, a maioria dos participantes já tinha experiências no mercado de trabalho, formal ou informal, principalmente para se sustentar ou ajudar nas despesas familiares. O processo de prolongar os estudos e almejar a vivência acadêmica surge do desejo de mudar de vida e ampliar a chance de melhoria da condição econômica e ascensão social. Dessa forma, experiências de trabalho

são marcas presentes nas suas trajetórias, como caminho mais provável; no entanto, o desejo de mudança se faz presente, como se nota neste relato:

*Só que eu queria sair por uma porta, assim, não para trabalhar, porque meu pai adotivo saiu pra trabalhar de casa, então eu falei: “não é essa minha proposta, a minha ideia é sair de casa para estudar, buscar outros objetivos, não como todo mundo, tentar a vida trabalhando, porque eu não via benefício nisso” (Participante 2).*

Para alcançar mudanças significativas em suas perspectivas de vida, e não seguir como todos ao seu redor, direto para o mercado de trabalho, as narrativas mostram que a viabilidade do acesso à universidade se dá por diversas redes de apoio que surgem ao longo do caminho desses jovens e que vão gerando oportunidades, motivações e incentivos fundamentais para a realização do vestibular. Como pode ser visto a seguir, são cursos de pré-vestibular gratuitos, apoio financeiro de instituições religiosas e incentivos vindos de uma rede social mais próxima (familiares, namorado(a) e amigos(as)), que se tornam marcas incentivadoras em busca da uma trajetória acadêmica:

*Antes de entrar no ônibus a gente estava se reunindo na igreja, não lembro bem o nome da igreja, aí a gente começou a conversar de universidade tudo, aí as irmãs estavam comentando sobre o projeto chamado educa afro (Participante 5).*

*Se não fosse esse cursinho [comunitário e gratuito] abrir um pouco a minha mente eu não teria visto outras oportunidades (Participante 2).*

*Cursinho pré-vestibular gratuito que eu consegui entrar, que ele ainda existe e ainda faz seleção, né, para estudantes trabalhadores e carentes, que é o público dele (Participante 6).*

Estudos sobre trajetórias escolares de universitários corroboram com o presente estudo, ao apresentar como resultado a importância dos cursinhos pré-vestibulares gratuitos para que estudantes de famílias com baixa renda alcancem o acesso à universidade. Esses espaços contribuem para superação de inúmeras lacunas existentes em suas formações escolares e são responsáveis por fornecer informações valiosas sobre o funcionamento das políticas de cotas, a serem utilizadas em benefício desse público (Dias, 2017). Assim, os cursinhos comunitários e outras redes de apoio social que se constroem na trajetória desses estudantes contribuem de forma marcante para que a entrada na universidade possa ser assumida como possibilidade de vida. Esses recursos favorecem o desenvolvimento social, a proteção pessoal e a inserção no mundo como cidadão (Costa et al., 2015), ou seja, atuam como suporte para enfrentar as situações de vulnerabilidade recorrentes das condições de vida.

Uma outra dimensão presente nos relatos de pesquisa está relacionada aos critérios para escolha do curso no momento da inscrição. Em geral, os participantes optaram por cursos de menor concorrência, pois o objetivo principal era entrar na universidade, ou seja, eram escolhidas as opções que abririam maior possibilidade de aprovação, embora sem muita

garantia de identificação com o curso escolhido. Outro fator descrito como determinante para escolha por aqueles cursos menos concorridos dizia respeito à idade dos alunos no momento da inscrição do vestibular, visto que a maioria dos estudantes estava na fase adulta, acima dos 20 anos, e já estava inserida no mercado de trabalho. A fala a seguir, exemplifica tais critérios:

*E quando eu fui fazer a inscrição do vestibular eu pensei: “tá, que curso que eu vou escolher?”. Eu queria odonto, mas odonto era concorrido, odonto era não sei o que, aí eu fiquei com um pouco de medo, e o meu objetivo era entrar, entrar logo e... Até mesmo porque eu já não era tão nova né, já tinha vinte e quatro anos, eu acho, então precisava entrar, era o momento assim que eu precisava entrar (Participante 6).*

Em outra pesquisa sobre percursos de estudantes universitários de camadas populares, foi identificado que, num primeiro momento, não existe verdadeiramente uma escolha de curso, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão (Zago, 2006). Sendo assim, como o objetivo seria entrar na universidade, nem sempre se criam condições de dar continuidade ao curso, sendo comum relatos de trocas de curso por meio de novo vestibular ou por transferência interna, a partir dos editais institucionais.

Entre as barreiras que inviabilizam a continuidade na primeira opção escolhida, foram identificadas: dificuldades no desempenho acadêmico, dificuldade de adaptação/ambientação em sala de aula, alta competitividade entre colegas e futuros desafios na inserção no mercado de trabalho. A seguir, um participante sinaliza as barreiras relacionais enfrentadas que contribuíram para mudar de curso: *“depois de alguns meses eu encontrei bastante dificuldade pra me ambientar, digamos assim, é... Era o segundo curso mais concorrido da UFSC, na época foi. E segundo ano, terceiro, de cotas, é... então houve uma barreira bastante complicada de relacionamento”* (Participante 9).

Os relatos, de igual modo, indicam que, antes mesmo da inserção na universidade, os estudantes já enfrentavam dificuldades no que diz respeito à instabilidade em relação a ter um lugar para morar. Dos entrevistados, a maioria já morava longe das suas famílias antes mesmo da inscrição para o vestibular, seus locais de residência variavam frequentemente, ou seja, vivenciavam situações provisórias de moradia, como: morar em quartos alugados, casas de parentes, conhecidos ou amigos, locais de trabalho (pousadas, casa de idosos em que trabalhavam) e instituições públicas (albergues). A seguir, alguns trechos evidenciam situações de vulnerabilidades vivenciadas na busca por local para morar e seguir na universidade:

*Dificuldades, assim, de onde pousar, uns quatro dias eu ainda fui numas igrejas, fui na câmara municipal, fui em um monte de lugar assim [...]. Eu já tinha ficado nos albergues aqui, mas é*

*bem perigoso assim o ambiente né, e tem assistência social ali na passarela do samba também, mas são ambientes bem pesados, eu estava fugindo aí desses ambientes (Participante 5).*

As políticas de auxílio-moradia se tornam imprescindíveis para permanência e estabilidade desses estudantes, repercutindo no bem-estar e na trajetória acadêmica. Ao longo dos encontros do nosso projeto, era recorrente relatos estudantis de que não conseguiriam concluir a graduação sem o auxílio-moradia e a valorização do espaço da moradia para se manter na universidade. Será apresentado a seguir como se dá o processo de obtenção desse e de outros auxílios, a partir do acesso aos recursos disponíveis pelas políticas de assistência estudantil.

*O acesso aos benefícios da assistência estudantil: permanência estudantil e desempenho acadêmico em questão*

Sobre a relação entre moradores e a instituição universitária, todos os alunos que residem na moradia universitária têm em comum a realização do cadastro socioeconômico e da entrevista com a equipe técnica da PRAE, responsável pelo programa de assistência estudantil. Após a análise socioeconômica do estudante e da sua família, e posterior finalização do cadastro, o estudante pode se inscrever nos editais para concorrer aos auxílios da assistência estudantil, instrumentos fundamentais para a permanência e melhoria do desempenho acadêmico de estudantes. Esses primeiros contatos com a PRAE foram descritos como períodos de tensão, por conta da dificuldade em conseguir completar a documentação necessária (documentos pessoais e de familiares que estão situados em outras cidades ou outros estados, despesas financeiras envolvidas no processo) e incertezas de permanecer na universidade. O trecho a seguir aborda as dificuldades enfrentadas para ter acesso aos benefícios:

*A corrida pelo cadastro eu acho que é o mais difícil, porque a gente ficava aqui na frente da PRAE esperando cinco horas, seis horas pra ser atendida, era mais punk, e aí eu fiz o cadastro. O primeiro impacto com as assistentes sociais foi que estava faltando documento, aí a gente chora, fala que não tem como conseguir, tem que dar um jeito de conseguir, e aí eu consegui, eu consegui tudo (Participante 6).*

Ao longo da pesquisa, houve uma mudança significativa sobre o tempo de validade do cadastro, com ampliação do seu prazo, sendo reconhecido como grande avanço pelos estudantes. Apesar das melhorias identificadas, a relação com a PRAE era lembrada, por estudantes, pelo seu caráter burocrático:

*[...] então a minha relação com eles quando eu vou fazer alguma coisa pra PRAE, eu pego o documento e não tenho muita conversa, tem que ser bem burocrático que nem eles são [...].*

*Mas é isso a minha relação com a PRAE, não tem nada de flores, assim, é papel, caneta e lei (Participante 3).*

Além dos auxílios considerados básicos para se manter na universidade (moradia, alimentação e transporte), é possível perceber que havia, por parte dos moradores, uma expectativa de que o órgão responsável pela gestão da moradia realizasse ações relacionadas à convivência de moradores: acolhimento no momento da chegada na moradia, mediação de conflitos relacionais, apoio psicossocial diante de situações de sofrimento e apresentação das regras institucionais. Essas são algumas das demandas que surgem direcionadas à equipe de assistentes sociais e psicólogos da PRAE e estão relacionadas às condições psicossociais vivenciadas pelos residentes. Nessa direção, um participante acredita que mudanças na forma de receber novos moradores, por exemplo, poderiam contribuir em melhorias na convivência: “[...] não se tem aqui, quando o aluno entra, um cuidado de explicar pra ele regras mínimas de convivência, né, regras mínimas para se evitar os conflitos [...], uma recepção de orientação” (Participante 9).

O tema do acolhimento no momento da chegada à moradia foi recorrente nos encontros do nosso projeto e apareceu também nas entrevistas. Os relatos indicavam que, ao chegar na moradia, era difícil entender o funcionamento do espaço e quais recursos estavam disponíveis no local. Sentiam falta, ainda, de ações que proporcionassem maior integração entre os membros da moradia e valorização da coletividade, pois problemas como segurança envolviam o não conhecimento de quem fazia parte da moradia.

Conceito recorrente no campo da saúde, o acolhimento passou a ser tema de discussão e intervenção nas políticas públicas. Acolhimento passou a ser entendido como uma postura ética, como direciono o meu olhar ao outro, ao seu contexto e às suas necessidades. Acolher implica compartilhamento de saberes, angústias e invenções, tomando para si a responsabilidade de “abrigar e agasalhar” outrem em suas demandas específicas, com responsabilidade e resolutividade, sinalizadas pela singularidade em questão (Ministério da Saúde, 2010).

O frequente relato de dificuldades na chegada ao espaço desencadeou o planejamento de ações de acolhimento aos novos estudantes, em conjunto com os moradores mais antigos. Em parceria com moradores e com apoio da PRAE, o projeto promoveu encontros de integração entre antigos e novos moradores, divulgação de material informativo sobre rede de apoio psicossocial, serviços de saúde e outros recursos disponíveis na própria universidade, assim como divulgação de atividades realizadas na própria moradia (grupo de oração, aula de dança e ioga, horta comunitária e bazar), que possibilitariam melhorias das condições de vida e

aproximações para construção de redes de apoio. Algumas outras ações foram pensadas, mas não chegaram a ser executadas, como a proposta de gravar um vídeo apresentando o espaço físico da moradia, descrevendo o funcionamento do local e deixando uma mensagem de boas-vindas aos novos integrantes, bem como o apadrinhamento de novos moradores pelos moradores antigos, na tentativa de realizar mudanças no processo de chegada e ampliar os laços sociais entre moradores.

Em encontros com equipe técnica da PRAE, foi possível realizar a escuta da equipe, bem como apresentar demandas dos moradores que apareceram nos encontros realizados. A equipe expunha que, apesar de conhecer parte das demandas, algumas barreiras – como déficit na disponibilidade de benefícios da assistência estudantil, recorrente aumento de solicitações de cadastramento e equipe técnica reduzida para atuar em toda comunidade acadêmica – dificultavam estreitamento das relações entre PRAE e moradores. Apesar das dificuldades vivenciadas, a equipe da PRAE também era reconhecida como rede de apoio e espaço de escuta frente às dificuldades vividas pelos moradores, como pode ser visto a seguir: *“com as meninas da PRAE, inclusive com a [suprimido], tenho um acertamento bem, bem... aqui há uns meses assim, muito mais próximas, me senti bastante bem, ela me acolheu bastante bem, uma pessoa legal”* (Participante 8). As demandas psicossociais advindas da convivência universitária integram o trabalho da assistência estudantil universitária e apontam para a necessidade de serviços e equipes que possam atuar na melhoria das condições de vida desses alunos.

Esse percurso para acesso a uma vaga na moradia estudantil costuma ser acompanhado de tensões e incertezas diante da permanência na universidade, ao passo que a vaga conquistada influenciava diretamente na melhoria do desempenho acadêmico e na estabilidade para continuar o percurso universitário. Como afirma um participante: *“acabou que na segunda chamada saiu o meu nome, já foi um processo pesado, porque tipo, assim, quebrou com a minha faculdade, assim, no começo, sabe”* (Participante 3). O acesso a moradia se torna um marco, por proporcionar melhorias nas condições de vida, principalmente para aqueles que precisavam conciliar trabalho e estudo, a fim de obter recursos financeiros para pagamento de local para morar:

*Dois anos depois eu consegui a moradia, aí a moradia foi quando eu consegui me estabilizar, porque aí eu não corria mais atrás de dinheiro, não pagava aluguel, nem pra comer, aí começou tudo a melhorar, morava perto da universidade, porque antes eu tinha que pagar o aluguel, morava longe, porque o dinheiro não dava pra morar perto (Participante 1).*

É possível compreender, nesses trechos apresentados, o reconhecimento do auxílio da moradia estudantil como condição necessária para sucesso acadêmico dos graduandos em

situação de vulnerabilidade social. Frente ao desafio de inclusão social, além dos instrumentos da assistência estudantil, outros espaços universitários atuam como rede de apoio na permanência desses alunos e garantem melhores condições de permanência ao longo do percurso universitário.

*Sobre o cotidiano universitário: caminhos para fortalecimento de redes de apoio e superação de preconceito*

A experiência universitária viabiliza aos estudantes uma variedade de recursos que ultrapassam o aprendizado acadêmico, ampliando perspectivas de vida pelo acesso a bens simbólicos e materiais necessários a uma trajetória social de sucesso (Lemos, 2017). A vivência universitária que ultrapassa a sala de aula possibilita um sentimento de pertencimento, de identidade, tanto com a instituição quanto com seus diferentes agentes e, sob essa ótica, favorece a permanência na instituição (Figueiredo, 2018).

Com a proximidade física entre moradia estudantil e campus universitário, e diante da disponibilidade de diversos recursos institucionais (atividades culturais, cursos de extensão, atividades desportivas, eventos acadêmicos), os participantes comumente descreviam que essas experiências universitárias propiciavam contribuições enriquecedoras para sua formação. Em estudo com alunos cotistas, Lemos (2017) revela que, para esses jovens, o acesso ao ambiente acadêmico proporciona uma ampliação das suas perspectivas de vida não só profissionais, mas também culturais e de desenvolvimento pessoal.

O presente estudo pôde identificar envolvimento e motivação dos residentes em grupos de pesquisas, projetos de extensão, atividades culturais, de lazer e esportivas ofertadas na universidade, ou seja, usufruindo dos recursos disponíveis na instituição. Um dos relatos inclusive menciona como tais espaços possibilitam a ampliação da sua rede de apoio social: *“se eu chegar nas pessoas ali eu tenho certeza, principalmente o professor que trabalha comigo, é um cara que me ajuda muito e ele, com certeza, se eu precisar de alguma coisa, ele me ajuda sim”* (Participante 3). São relações sociais que ultrapassam o espaço acadêmico e contribuem para a permanência dos alunos na universidade, por possibilitar condições para que o estudante construa sua identidade pessoal/profissional, atendendo suas necessidades básicas e ações congruentes com sua realidade, com vistas a auxiliar diante de situações de vulnerabilidade e garantir a continuidade e, posteriormente, a conclusão do curso (Andrade & Teixeira, 2017).

Recursos institucionais relacionados à melhoria do desempenho acadêmico foram buscados por alguns moradores ao longo da trajetória universitária e apontados como serviços que contribuiriam para dar continuidade à graduação e superar barreiras enfrentadas no curso.

Os serviços de apoio pedagógico são de fundamental importância para superação das dificuldades encontradas nos processos de aprendizagem, sendo relevante que a instituição leve em consideração as múltiplas dimensões que envolvem as ações de ensino-aprendizagem em cada sujeito. Em relação às condições psicossociais e situações de sofrimento psíquico, os espaços de atenção psicológica da universidade foram recursos buscados diante das tensões e dificuldades cotidianas. A seguir, o relato demonstra aproximação de morador com esses espaços:

*Então, quando eu tive o problema na moradia, né, com a minha colega de quarto, eu tive apoio do conselho da moradia (formado por moradores e técnicos da PRAE) e apoio da psicologia do SAPSI (Serviço de Atenção Psicológica) (Participante 6).*

Em estudos com propósito de investigar as condições psicossociais e situações de vulnerabilidade enfrentadas por estudantes universitários, destacam-se temas como o uso abusivo de álcool, tabaco e outras drogas (Pereira, Cardoso, Costa, Sampaio & Oliveira, 2013; Nóbrega, Simich, Strike, Brands, Giesbrecht & Khenti, 2012), vivência de situações de vulnerabilidade e estresse em universitários trabalhadores (Friedrich, Macedo & Reis, 2015) e sentimentos de estigma associados à baixa autoestima, a redes sociais menores e à exclusão social por fatores como desemprego, problemas na moradia e desigualdade social (Thornicroft, 2008). Tais estudos se aproximam de queixas e dificuldades enfrentadas pelos estudantes da moradia, apontando para a necessidade de projetos que atuem na melhoria das condições psicossociais dos universitários e espaços para acolhimento e apoio psicológico.

Assim, a oportunidade de frequentar a universidade pública sendo residente de moradia estudantil representa também o enfrentamento de riscos e dificuldades, pois são diversos desafios no processo de entrada na universidade, que envolve assimilação de suas regras e exigências, como também na vida coletiva na moradia. Em relação aos serviços de Psicologia, torna-se relevante uma proposta de atuação menos vinculada ao aspecto individualista de atenção ao estudante e mais atrelada a uma compreensão sistêmica do processo de ensino e às vivências acadêmicas do Ensino Superior (Bisinoto & Marinho-Araújo, 2011), bem como das vivências e adversidades oriundas da trajetória de vida e da convivência na moradia.

Em relação às vivências universitárias e à condição de ser morador, destacam-se as situações de preconceito relatadas desde o início do projeto, no primeiro encontro com moradores, e que persistiram ao longo do projeto como situações recorrentes. Os preconceitos partem dos seus colegas de sala de aula, de técnicos e de professores, e estão associados à sua própria condição de morador, conforme trechos apresentados a seguir:



*Assim, quando eu falei: “putz, vou morar na moradia”, primeiro eu pensei que era um cortiço daqueles que você pega sua toalha de banho, o seu papel higiênico e vai pra fila do banheiro. Eu tinha a pior a imagem possível, porque os meus colegas não tinham uma visão boa da moradia. “Ah, você vai mudar para a moradia, mas a moradia é isso, a moradia é aquilo”, sem nunca ter ido lá (Participante 6).*

*Então, as pessoas não sabem disso, acham que são tudo vagabundo, eles não querem estudar, até funcionários da UFSC que vêm aqui consertar alguma coisa e eu já peguei funcionário falando assim: “esses vagabundos, ficam quebrando banco e a gente tem que arrumar” (Participante 9).*

O estigma costuma imprimir uma espécie de marca, de valor negativo, em pessoas ou grupos, e desempenha um papel fundamental na produção e reprodução de desigualdades na vida social (Parker, 2013). Situações tidas pelos moradores como pontuais, a exemplo de discussões, situações de violência, questões envolvendo uso abusivo de álcool e outras drogas e outros tipos conflitos, são associadas de forma generalizada a todos moradores: *“até porque a fama da moradia é bem essa mesmo, as pessoas generalizam tudo. Se tem um caso de uma pessoa que fuma maconha, já diz que todo mundo é maconheiro, ‘ah, tem uma menina que tentou agredir outra menina, lá é todo mundo doido’” (Participante 1).*

As situações de preconceitos vivenciadas também colocam em questão os direitos da assistência estudantil, encarados por colegas como privilégio. A moradia como direito, dentro da recente política de assistência estudantil, surge em contrapartida a um projeto de universidade que não costumava abrir espaço para o acesso dos jovens de classes populares e que, por isso, parece não compreender a relevância da moradia estudantil para esses jovens, tendo em vista que é condição fundamental para permanecer nesse espaço. A superação da desigualdade social no espaço universitário e o entendimento sobre as políticas de assistência como direitos sociais ainda são desafios enfrentados no meio universitário. O trecho a seguir descreve um pouco esses dilemas presentes: *“Começa por aí, alguns se surpreendem que moradia existe, outros me glorificam, outros me criticam, não paga aluguel, não paga a água, alguns professores meio que levam positivo, meio que está tentando, está ali dentro da moradia, está em vulnerabilidade, coitadinho... vamos olhar esse coitadinho de forma diferente” (Participante 2).*

Em estudo com alunos universitários que recebiam o auxílio de bolsistas permanência, Machado e Pan (2016) propõem a discussão sobre diferenças e contradições existentes entre os termos “benefício” e “direito”, e como discursos produzidos na universidade criam sentidos que aproximam as políticas de assistência estudantil de uma perspectiva assistencialista, tornando-se necessária a desconstrução do sentido de que o beneficiado da política estaria numa condição boa ou confortável frente aos demais. É preciso lembrar que a assistência estudantil compõe um conjunto de políticas públicas que busca a garantia do direito à educação

e a permanência estudantil com qualidade, dentro de uma proposta de equidade, na qual se amplia a igualdade de oportunidades frente às condições de desigualdade social.

Entre os caminhos encontrados para enfrentamento das adversidades descritas anteriormente, moradores utilizam espaços em sala de aula e eventos universitários para expor como é viver na moradia e apresentar aos colegas potencialidades adquiridas dessa vivência. Em tentativas de diminuir o estigma associado ao aluno morador, colegas de curso são convidados a visitar a moradia ou estudar nela, são organizadas visitas no espaço com os novos alunos, no intuito de apresentar a moradia e as políticas de assistência estudantil. Foram realizadas falas em eventos científicos sobre as condições da moradia, assim como participação em manifestações que reivindicavam a ampliação das políticas de permanência e das vagas na moradia estudantil. Sobre as experiências de mostrar a moradia para a universidade, destacam-se alguns relatos:

*Sim, em sala de aula mesmo, já surgiu uma oportunidade em que eu fiz uma fala e que eu falei da minha experiência (Participante 5).*

*Acho que as pessoas não falam muito assim [que são moradores], mas eu falo até para instigar as pessoas a terem curiosidade sobre o que é isso, falo das políticas de permanência (Participante 3).*

Outro movimento que promove integração entre moradia e universidade diz respeito aos projetos desenvolvidos na moradia que estão relacionados ao conhecimento produzido na universidade. Ou seja, alunos aplicam seus conhecimentos adquiridos na vivência universitária em prol de melhorias do ambiente e da convivência na moradia. Foi relatado Trabalho de Conclusão de Curso que promoveu melhoria na área física destinada ao descarte de resíduos da moradia, oficinas de culinária por aluna da Nutrição, atividades na horta comunitária da moradia por alunos das áreas afins. Tais exemplos mostram o potencial que a moradia tem como espaço de formação e construção coletiva, como mesmo afirma morador:

*Eu sei o potencial que ali dentro tem, e eu estou tentando quebrar isso. É por isso que foi essa quebra, trazer, ter visibilidade pra moradia, começar mostrar ela pra fora, começar levar pessoas daqui lá pra dentro, pra que a gente comece a ter essa integração entre UFSC e moradia de verdade (Participante 2).*

Propostas que favorecem aproximações entre moradia e universidade possibilitam a produção de novos sentidos sobre ser universitário e tornam possível a compreensão da moradia estudantil como espaço de formação. Apesar da proximidade geográfica, é notória a necessidade de mais ações que promovam a inclusão da moradia aos projetos universitários, tendo em vista que o conhecimento que se produz na universidade possibilita a melhoria nas condições de vida dos seus moradores.

## Considerações finais

*A diversidade, portanto, deve induzir uma mudança das regras do viver e não somente procurar uma mudança em si mesma. A inclusão, contraposta à exclusão, não é aprendizagem por parte dos pobres das regras dos ricos, mas, sim, é a mudança das regras do jogo. (Saraceno, 2011).*

A diversidade que compõe a sociedade brasileira, ao ser incorporada ao espaço universitário, coloca em debate a necessidade de transformações no cenário acadêmico para que este seja capaz de garantir as melhores condições de permanência para seus alunos e convivência colaborativa entre os seus atores, baseado no respeito à diferença. A universidade ganha com a diversidade, o conhecimento que se produz passa a ter maior potencial de transformação social, diante da própria transformação vivida por esses jovens pela experiência universitária. Compreender quem são esses alunos, quais os sentidos de ser universitário e de ser aluno beneficiário das políticas de assistência estudantil pode auxiliar nesse movimento de inclusão social, sem que sejam promovidas novas formas de exclusão.

Os resultados apontam que, para estudantes da moradia obterem melhores condições de permanência e sucesso no desempenho acadêmico, os recursos institucionais disponibilizados na universidade assumem papel fundamental, sejam esses os espaços de formação (grupos de pesquisa, projetos de extensão, grupos de estudo), sejam os recursos institucionais de abrangência diversificada (serviços de atenção psicossocial, apoio pedagógico, serviços de saúde, atividades culturais e desportivas). Esses espaços atuam também como rede de apoio social e contribuem para a superação das desigualdades e situações de conflito advindas da convivência universitária e na moradia.

Assim, as demandas da assistência estudantil ultrapassam a questão financeira e de renda e direcionam para a necessidade de projetos e ações relacionados ao desempenho acadêmico, às condições psicossociais, aos conflitos relacionais e às situações de preconceitos presentes nesse contexto universitário.

Segundo o estudo, apesar das redes de apoio social encontradas ao longo do seu percurso universitário, são recorrentes relatos de preconceito no meio acadêmico e estigma associado ao espaço da moradia e seus habitantes. Dessa maneira, a universidade tem como desafio atual criar estratégias que contribuam para atender demandas sociais que estão dentro e fora do seu espaço, tornando possível o fortalecimento de redes de apoio para estudantes em situação de vulnerabilidade social, bem como a troca de saberes e experiências de vida em um cenário de diversidade cultural e social como a universidade pública.

## Referências

- Andrade, A. M. J., & Teixeira, M. A. P. (2017, julho). Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. *Avaliação, Campinas, SP*, 22(2), 512-528.
- Bisinoto, C., & Marinho-Araújo, C. (2011, janeiro/março). Psicologia escolar na educação superior: atuação no Distrito Federal. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 16(1), p. 111-122.
- Carmo, M. E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cad. Saúde Pública*, 34(3).
- Carvalho, A. I., & Buss, P. M. (2009). Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção. In L. Giovanella et al. (Orgs.), *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil* (pp. 141-166). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Dias, R. L. C. (2017, janeiro/abril). Trajetória escolar de estudantes das classes populares e acesso ao ensino superior. *Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília*, 98(248), 212-229.
- Figueiredo, A. C. (2018). Limites para afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária. *Educ. Pesqui., São Paulo*, 44, e173462.
- Friedrich, A. C. D., Macedo, F., & Reis, A. H. (2015). Vulnerabilidade ao stress em adultos jovens. *Rev. Psicol., Organ.*, 15(1), 59-70.
- Garrido, E. N. (2015). A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus moradores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 726-739. Recuperado em 29 de abril de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Giúdice, J. Z, Loreto, M. D. S., & Azevedo, D. S. (2014). Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica. *Serv. Soc. Rev.*, 17(1), 27-45.
- Guareschi, N. M. F., Reis, C. D., Hüning, S. M., & Bertuzzi, L. D. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 17-27.
- Guimarães, A. S. A. (2012). Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação. In A. Botelho & L. M. Schwarcz, *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Egnima.
- Laranjo, T. H. M., & Soares, C.B. (2006). Socialização e drogas em moradias universitárias. *Rev Saúde Pública*, 40(6), 1027-34. Recuperado em 29 de abril de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n6/10.pdf>.

- Leite, J. L. (2012). Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? *Ser Social*, 14(31), 453-472. Recuperado em 20 de junho de 2015 [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/4052/6485](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/4052/6485).
- Lemos, I. B. (2017). Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. *Rev. Bras. Educ.*, 22(71), 1-25.
- Machado, J. P., & Pan, M. A. G. S. (2016, outubro/dezembro). Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. *Estudos de Psicologia*, 21(4), 477-488.
- Marrara, T., & Gasiola, G. G. (2011, julho/dezembro). Ações afirmativas e diversidade na pós-graduação. *Inc. Soc., Brasília, DF*, 5(1), 20-31.
- Mayorga, C., & Souza, L. M. (2012). Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Psicologia Política*, 12(24), 263-281.
- Ministério da Saúde (2010). Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Acolhimento nas práticas de produção de saúde* (2a ed., 5a reimp.). Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- Moura, M. R. S., & Tamboril, M. I. B. (2018). “Não é assim de graça!”: Lei de Cotas e o desafio da diferença. *Psicol. Esc. Educ.*, 22(3), 593-601.
- Nóbrega, M. P. S. S., Simich, L., Strike, C., Brands, B., Giesbrecht, N., & Khenti, A. (2012). Policonsumo simultâneo de drogas entre estudantes de graduação da área de ciências da saúde de uma universidade: implicações de gênero, sociais e legais, Santo André – Brasil. *Texto Contexto Enferm.*, 21(n.spe), 25-33.
- Parker, R. (2013). Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na Saúde Pública Mundial. In S. Monteiro & W. Villela, *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Pedro, I. C., Rocha, S. M.; Nascimento, L. (2008, abril). Apoio e rede social em enfermagem familiar: revendo conceitos. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(2).
- Pereira, M. O., Cardoso, L. C. S., Costa, L. M. G., Sampaio, V. M., & Oliveira, M. A. F. (2013). O consumo de álcool e outras drogas entre estudantes universitários: interferências na vida acadêmica. *Rev. Eletr. Saúde Mental Álcool Drog.*, 9(3), 105-10.
- Piotto, D. C. (2010, julho/dezembro). Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: aspectos subjetivos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 229-242.
- Rocha, M. L. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. Recuperado em 17 de maio de 2016, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci_abstract).
- Sawaia, B. B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.

- Sayão, M. L. M. R. (2016). Reflexões sobre acionamentos identitários entre estudantes cotistas negros da UFSC. In I. Scherer-Warren & J. C. Passos, *Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Saraceno, B. (2011, maio/agosto). A cidadania como forma de tolerância. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 22(2), 93-101.
- Sobrinho, J. D. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educ. Soc.*, 31(113), 1223-1245.
- Sousa, L. M., & Sousa, S. M. G. (2009). Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(1), 4-17. Recuperado em 2 de maio de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100002).
- Thornicroft, G. (2008). Stigma and discrimination limit access to mental health care. *Epidemiol. Psychiatr. Soc.*, 17, 14-19.
- Vasconcelos, N. B. (2010). Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino Em-Revista*, 17(2), 599-616.
- Zago, N. (2006, maio/agosto) Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, 11(32).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a compreender as condições psicossociais que acompanham a experiência de ser residente em moradia estudantil por meio de uma pesquisa-intervenção participativa. Seguindo pressupostos da promoção da saúde e da perspectiva psicossocial, o estudo levou em consideração toda complexidade envolvida nas tramas relacionais e contextuais que compõem as trajetórias dos moradores no seu percurso universitário e no cotidiano construído na moradia. Para muitos dos universitários que se juntaram a nós durante os encontros da pesquisa no hall de entrada da moradia, ou para aqueles que aceitaram participar das entrevistas, foi marcante perceber que entrar na universidade fazia parte da realização de um sonho que parecia improvável diante de suas trajetórias de vida, marcadas pela condição de vulnerabilidade social e econômica, reconhecendo a inclusão educacional como grande oportunidade para mudar suas condições de vida. O caminho mais esperado para esses jovens seria continuar inserido no mercado de trabalho em situação precária ou pouco valorizada; no entanto, esses jovens romperam barreiras, fortaleceram suas redes de apoio social e encararam novos desafios para chegar à universidade, incluindo aproximações com projetos comunitários e com as políticas sociais inclusivas, fundamentais para terem garantido o acesso e a continuidade no Ensino Superior.

O enfrentamento de situações de vulnerabilidade acompanha a trajetória desses universitários também no processo de permanência na universidade. Seja durante as etapas que integram o acesso aos benefícios da assistência estudantil, seja nas relações são estabelecidas no convívio universitário. Em diversos momentos da pesquisa, os moradores se referem ao contexto universitário pela ótica das experiências vividas de exclusão e preconceito, estabelecendo-se como espaço de tensionamentos, disputas e reivindicações. Demonstra com isso que, por mais que em determinado momento, as políticas públicas fossem inclusivas, estas não bastaram para mudar racionalidades dos diversos atores envolvidos no processo educacional, sendo que muitos professores, técnicos administrativos e colegas estudantes reproduziram preconceitos de classe e raciais, que, paradoxalmente, confirmavam as inseguranças iniciais desses jovens de que a universidade não era o “seu lugar”, pois esta pertence à elite brasileira. Desvelam-se, assim, forças conservadoras que entram em contradição com as mudanças produzidas no perfil dos universitários em instituições públicas e ameaçam as conquistas realizadas nos últimos anos pelos estudantes em situação de vulnerabilidade social, por meio de todo ataque à universidade pública que vem sendo realizado pelo atual governo.

Apesar dessas forças contrárias, moradores demonstraram estratégias para promover rupturas diante de hierarquias e desigualdades sociais, marcas da nossa sociedade e da própria universidade, por meio da procura por recursos sociais e institucionais que sustentassem a sua permanência na universidade e na moradia. Nesse movimento, aconteceram trocas de cursos, reivindicação de direitos aos benefícios de assistência estudantil, ocupação de vagas em grupos de pesquisa, em curso de línguas estrangeira ofertados pela universidade, participação no conselho da moradia, entre outras estratégias, usufruindo, assim, dos diversos recursos acadêmicos e espaços políticos. Tal panorama apresentado abriu caminho para ampliar a formação dos moradores e, além disso, criou redes de apoio que os auxiliam nas dificuldades psicossociais enfrentadas cotidianamente. Dentro dessa perspectiva, a universidade cumpre papel estratégico de apoio social diante dos desafios advindos da rotina universitária e de convivência na moradia, tendo em vista que moradores buscam constantemente atendimento psicossocial, auxílio pedagógico, atividades de lazer, culturais e desportivas no intuito de melhorar as condições de vida.

Em relação aos principais desafios que marcam a experiência na moradia, destacaram-se o processo de chegada e os dilemas relacionados à convivência interna, como a conciliação de regras e rotinas entre colegas de quarto, o envolvimento dos moradores para ações coletivas e cuidado com espaço e as dificuldades em lidar com as diferenças culturais presentes. Tais questões se tornaram foco de intervenções realizadas em conjunto com moradores pelo projeto e, portanto, sem propostas prontas, nossos encontros e atividades realizadas foram guiados pelos moradores, planejados em conjunto. Em muitos momentos, nosso papel era o de mediar e incentivar intervenções, como nos encontros para acolhimento de novos moradores ou em reuniões sobre o projeto da horta comunitária e descarte dos resíduos, visando à melhoria da qualidade de vida dos moradores, dentro das possibilidades e limitações provenientes da estrutura institucional e relacional disponível no momento.

Dentro da proposta sustentada pelo estudo, destaca-se ainda o caminho escolhido pelos moradores para superar estigmas associados ao lugar, a partir de ações cujo objetivo era dar visibilidade às potencialidades da moradia e das pessoas envolvidas, valorizando conhecimentos acadêmicos e outros advindos de experiências anteriores, promovendo aproximações com a universidade, por meio de debates em eventos e exposição em sala de aula sobre a condição de ser morador, convidando colegas de graduação a conhecer os espaços de estudo e usufruir deles para desmitificar visões distorcidas sobre a moradia. Apesar dos problemas e das limitações presentes na moradia, apresentados no presente estudo e em outras pesquisas, moradores enxergavam aspectos positivos naquela experiência, naquele lugar,



fundamentais para se sentirem parte e se apropriarem dele, considerado por alguns moradores como seu lar, onde foi possível ter liberdade e estabilidade para continuar seus estudos e sonhos. Nesse sentido, é possível perceber que mesmo em contexto de vulnerabilidade a realidade se mostra dinâmica e multideterminada, assim como a capacidade humana para o seu enfrentamento. O olhar para as potencialidades do território, pessoas e comunidades também compõe o cenário das ações promotoras de saúde, regidas pelo protagonismo das pessoas envolvidas no intuito de transformar e melhorar as condições de vida e saúde.

Como pesquisadora e psicóloga, em alguns momentos da pesquisa, foi necessário realizar acolhimento diante de manifestações de sofrimento psíquico e realizar encaminhamentos para serviços de atenção psicológica quando identificada necessidade. Era evidente que havia uma expectativa diante do projeto de que nossas ações estariam focadas em atendimentos e estratégias comumente relacionadas aos profissionais da Psicologia, até mesmo porque os moradores se referiam a nós como “Projeto da Psicologia”. Um dos desafios do projeto foi pensar uma concepção ampliada de saúde junto com moradores, fazer entender que realizar ações relacionadas a preconceitos, riscos, vulnerabilidades, acolhimento, violência e sociabilidades, a partir do olhar dos próprios moradores que vivenciaram tais questões, era abrir possibilidades para reflexões e mudanças nas condições de saúde e psicossociais.

Coloca-se como reflexão, desencadeada pelos resultados da tese e pela inserção no campo de pesquisa, quais estratégias e ações do psicólogo educacional se tornam possíveis ou necessitam ser ampliadas quando o campo de atuação é o Ensino Superior e parte do seu público se encontra em situações de vulnerabilidade limitadoras da permanência universitária. Sinaliza-se a necessidade de propostas que possam ter alcance para avanços em aspectos coletivos, na adaptação desses novos alunos que passam a compor o cenário universitário, seja nas moradias estudantis, seja no próprio cenário universitário, com abordagens preventivas e de promoção da saúde. Ao mesmo tempo, se faz necessário estabelecer, com espaços e serviços na universidade ou com instituições e redes de atenção em saúde, parcerias que possibilitem intervenções e acompanhamentos psicossociais, tendo em vista que foram identificados diferentes níveis de sofrimento e vulnerabilidade, que, em alguns casos, requerem acompanhamento individual.

Sobre as escolhas metodológicas da pesquisa, o amplo tempo de inserção em campo e o papel fundamental dos participantes para elaboração de etapas e ações da pesquisa foi elo que a viabilizou, como também limitou a realização de algumas ações planejadas pela pesquisadora. Destaca-se que nem sempre houve adesão dos moradores para desenvolvimento de ações propostas pela comissão, como também em oficinas planejadas pela pesquisadora a partir de demandas advindas dos próprios moradores. Houve baixa adesão nas oficinas temáticas que

tinham como objetivo abordar questões relacionadas às condições psicossociais e às dificuldades que marcaram o cotidiano da moradia, mapeadas pela equipe da comissão, pelo diagnóstico situacional e pelas pautas discutidas nas assembleias. Entraves para ações coletivas faziam parte dos desafios enfrentados por moradores que manifestavam interesse em partilhar experiências e ações de melhorias do espaço, sendo comum moradores da instituição priorizarem interesses individuais. Relevante frisar que o funcionamento universitário afetava diretamente a participação nos encontros e eventos, como planejar algo no início ou final do semestre, no início do mês, quando recebiam o auxílio financeiro, sendo a nossa tarefa como investigadoras realizar adaptações e incorporar os sentidos e as intencionalidades como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais que atuam naquele momento.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar a discussão sobre fatores que podem contribuir para maior relação de pertencimento ao lugar, levando em consideração os entraves que surgem na trama entre o público e o privado e atravessam as relações na moradia. Tal questão se destaca por se entender que, ao ampliar o olhar para a relação entre ambiente e saúde, podem ser construídas estratégias que contribuam para minimizar as situações de vulnerabilidade, estreitar as relações e os laços sociais e viabilizar a constituição da identidade de lugar.

Outro tema que se revelou marcante no estudo em todo período de inserção em campo, e que merece ser tema de pesquisas e intervenções futuras, diz respeito ao impacto produzido nos moradores diante das situações de violência e dos conflitos que marcam o cotidiano da moradia. Apesar de apresentadas como situações pontuais pelos moradores, eram perceptíveis as repercussões que tais fatos provocavam na relação entre eles, na relação deles com administradores/PRAE e, fundamentalmente, acarretava manifestações de sofrimento psíquico, motivos para busca dos serviços psicológicos, além de colocar em risco o desempenho acadêmico e a permanência na universidade e na moradia.

Ao longo da estada em campo, era comum a presença de discursos reducionistas, que atribuíam culpa aos moradores envolvidos, considerados com “perfil” agressivo, morador “problema”, tornando necessária a ampliação do olhar de moradores e técnicos para tais situações, que chegavam, inclusive, a se tornarem casos de “polícia”. Dessa forma, seria necessário que moradores e técnicos desenvolvessem uma compreensão mais complexa diante da dinâmica que envolve os casos de violência. Assim, sugere-se que a universidade amplie o debate sobre o tema e possibilite pensar caminhos para prevenção e para novas formas de mediação, buscando medidas de comunicação não violenta.

Como desdobramentos sugeridos a partir dos resultados obtidos na presente pesquisa, com vistas a contribuir para o campo das políticas de assistência estudantil em universidades

públicas, levando em consideração as particularidades de cada instituição, propõe-se a discussão e planejamento de ações a respeito dos seguintes temas:

- Acolhimento: a falta de acolhimento era problema recorrente relatados por moradores, especialmente no processo de chegada na moradia. O projeto desenvolveu ações que buscaram integrar moradores antigos e novos, no intuito de promover redes de apoio, troca de experiência e informações sobre a moradia e a própria vivência universitária. A continuidade de ações e propostas nesse campo pode vir a contribuir para ampliar o pertencimento dos moradores ao local e integrar moradores para melhor convivência.
- Preconceito e estigma no cenário universitário: estudos anteriores em moradias estudantis, assim como o presente estudo mostraram a necessidade de criar espaços para a discussão desses temas, por meio de seminários, capacitações de docentes e técnicos administrativos, assim como locais que ofereçam acolhimento aos estudantes em situação de sofrimento psicossocial pela vivência de tais experiências, tendo em vista ser recorrente o enfrentamento dessas situações na universidade e na moradia estudantil.
- Situações de violência e formas de comunicação não-violenta: diante do impacto provocado nas ocorrências de violência e agressão, e toda complexidade que perpassa tais situações, sugere-se que sejam discutidas estratégias de mediação de conflitos, assim como ações voltadas à prevenção de violência, pelos gestores e técnicos da instituição, com a participação dos moradores.
- Fluxo para atendimento/acompanhamento de moradores em situação de sofrimento psíquico grave: pela condição de vulnerabilidade social e condições psicossociais identificadas pelo estudo, torna-se relevante o planejamento de fluxos de atendimento para estudantes da moradia que venham a manifestar sofrimento psíquico grave, e a divulgação aos moradores e funcionários que atuam diretamente no espaço, para prevenção do agravamento dos casos e melhoria das condições de vida do morador.
- Continuidade de ações promotoras de saúde em moradias estudantis: ações planejadas a partir do protagonismo dos moradores promoveram a ampliação dos laços sociais e a valorização das potencialidades do lugar e das pessoas envolvidas (moradores, funcionários, colegas de curso). Os resultados mostraram a importância do envolvimento coletivo para a realização de atividades culturais, de lazer, ações de acolhimento e melhorias do espaço (espaço dos resíduos, horta, sala de convivência).

Por fim, a compreensão das potencialidades, como também das limitações e situações de vulnerabilidade produzidas nas moradias estudantis e no próprio contexto universitário, vem na direção de alargar o conhecimento sobre o tema e contribuir para que projetos e ações no campo da atenção psicossocial possam ganhar destaque na universidade, asseguradas por demandas advindas dos próprios atores envolvidos. Acreditamos serem possíveis caminhos para a construção de uma moradia universitária como espaço mais saudável, que possa vir a se tornar um cenário mais diverso, inclusivo e integrado ao cenário universitário, a partir de parcerias entre os próprios moradores, entre moradores e a PRAE, como também por aproximações com projetos e conhecimentos que se produzem na própria universidade e possam contribuir para melhorias na moradia.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. D.; MURRAY, J. Estimating the Effects of Dormitory Living on Student Performance. *CAEPR Working Paper*, p. 1-13, 2010.
- AYRES, J. R. C. M. *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde pública: perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. p. 117-139.
- BERLATTO, F.; SALLAS, A. L. F. Um lar em terra estranha: espaço e sociabilidade em uma casa de estudantes feminina. *Revista Chilena de Antropologia Visual*, Santiago, n. 12, p. 48-69, dic. 2008. Disponível em: [http://www.rchav.cl/imagenes12/imprimir/berlatto\\_&\\_fayet.pdf](http://www.rchav.cl/imagenes12/imprimir/berlatto_&_fayet.pdf). Acesso em: 29 abr. 2015.
- BRASIL. *Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde *As Cartas da Promoção da Saúde (Projeto Promoção da Saúde)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. *Portaria n. 687, de 30 de março de 2006*. Aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. *Portaria n. 2.446, de 11 de novembro de 2014*. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção de saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. p. 19-42.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. P. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- CANESQUI, A. M.; BARSAGLINI, R. A. Apoio social e saúde: pontos de vista das ciências sociais e humanas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 5, p. 1103-1114, 2012.
- CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cad. Saúde Pública*, v. 34, n. 3, 2018.
- CARVALHO, A. I.; BUSS, P. M. Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. p. 141-166.
- CARVALHO, F. F. B.; COHEN, S. C.; AKERMAN, M. Refletindo sobre o instituído na Promoção da Saúde para problematizar “dogmas”. *Saúde debate*, v. 41, n. 3, p. 265-276, 2017.

- CASSIANI, S. B.; CALIRI, M.H.L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. *Rev. latino-am. enfermagem*, v. 4, n. 3, p. 75-88, 1996.
- CHARMAZ, K. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. (org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000. p. 141-168.
- DELABRIDA, Z. N. C. Variáveis individuais, sociais e do ambiente físico em residências universitárias. *Psico*, v. 45, n. 3, p. e10-e20, 2014.
- DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 127-153.
- FLEURY-TEIXEIRA, P. et al. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, sup. 2, p. 2115-2122, 2008.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). *V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.
- GAMA, C. A. P.; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A. N. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, v. 17, n. 1, p. 69-84, 2014.
- GARRIDO, E. N. A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus moradores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 3, p. 726-739, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 29 abr. 2015.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução P. A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 64-89.
- GEMELGO, F. A. K.; BARROS, D. D. Sentimento de desterritorialização e o desafio da autoestima na experiência da moradia estudantil. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, v. 23, n. 4, p. 803-814, 2015.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIÚDICE, J. Z.; LORETO, M. D. S.; AZEVEDO, D. S. Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica. *Serv. Soc. Rev.*, v. 17, n. 1, p. 27-45, 2014.
- GONÇALVES, T. R. et al. Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 3, p. 1755-1769, 2011.

GREACEN, T. *et al.* Developing European guidelines for training care professionals in mental health promotion. *BMC Public Health*, v. 27, n. 12, p. 1-10, 2012.

JACKSON, S. F. *et al.* Synergy for health equity: integrating health promotion and social determinants of health approaches in and beyond the Americas. *Rev. Panam. Salud Publica*, v. 34, n. 6, p. 473-480, 2013.

LACERDA, I. P.; VALENTINI, F. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 2, p. 413-423, 2018.

LARANJO, T. H. M.; SOARES, C. B. Socialização e drogas em moradias universitárias. *Rev Saúde Pública*, v. 40, n. 6, p. 1027-1034, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n6/10.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

LEMOS, I. B. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. *Rev. Bras. Educ.*, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017.

MALTA, D. C. *et al.* A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, 2006 a 2014. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 11, p. 4301-4311, 2014.

MARRARA, T.; GASIOLA, G. G. Ações afirmativas e diversidade na pós-graduação. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 20-31, jul./dez. 2011.

MAYORGA, C.; SOUZA, L. M. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Psicologia Política*, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MENDES, R.; PEZZATO, L. M.; SACARDO, D. P. Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 6, p. 1737-1745, 2016.

MOREIRA, G. O. *et al.* Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê? *Rev. Ens. Sup. Unicamp*, 2017.

NEVES, P. S. C.; LIMA, M. E. O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 17-38, 2007.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *R. Katál.*, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016.

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 115-122, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a12v28n1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

PAIVA, V. S. F. Psicologia na Saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à aids. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 531-49, 2013.

PASSOS, J. C. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, v. 31, n. 2, p. 155-182, abr./jun. 2015.

PINHEIRO R. L.; SILVA, A. P. S. Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. 3, p. 259-273, 2018.

PONTE, A. Q.; BOMFIM, Z. Á. C.; PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. *Revista Psicologia Argumento*, v. 27, n. 59, p. 345-354, 2009. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=3375&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 30 mar. 2017.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ROCHA, M. L. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci_abstract). Acesso em: 17 maio 2016.

ROSENTAL, C. R. B. *Como uma segunda casa: a sociabilidade e as redes de apoio aos estudantes residentes nas unidades de moradia estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 97-118.

SCHERER-WARREN, I.; DELESPOSTE, A. G. Ativismo étnico-racial face às ações afirmativas na UFSC: redefinindo espacialidades? In: SCHERER-WARREN, I.; PASSOS, J. C. *Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

SÍCOLI, J. L.; NASCIMENTO, P. R. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. *Interface – Comunic, Saúde, Educ.*, v. 7, n. 12, p. 91-112, 2003.

SOBRINHO, S. M. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educ. Soc.*, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

SOBRINHO, S. M. *Política de assistência estudantil: uma análise dos programas “moradia estudantil” e “auxílio moradia” da UFSC*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2014.

SOUSA, L. M.; SOUSA, S. M. G. Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 29, n. 1, p. 4-17, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100002). Acesso em: 2 maio 2015.

SPINK, M. J. P. *Psicologia Social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.



STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A. Dilemas na promoção da saúde no Brasil: reflexões em torno da política nacional. *Interface Comunic., Saúde, Educ.*, v. 11, n. 22, p. 223-238, 2007.

VASCONCELOS, K. E. L.; SCHMALLER, V. P. V. (Nova) promoção da saúde: configurações no debate do serviço social. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 129-146, 2014.

VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; ALMEIDA FILHO, N. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. *Cad. Saúde Pública*, v. 25, sup. 2, p. s217-s226, 2009.

WESTPHAL, M. F. Promoção de saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G. W. S. *et al.* (org.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 635-668.



**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DE RESIDENTES DA MORADIA UNIVERSITÁRIA**

1. Apresentar a proposta da entrevista, que faz parte do projeto de promoção de saúde, parceria Psicologia UFSC e moradia, e as entrevistas cumpre uma etapa de levantamento psicossocial, **SOBRE ASPECTOS DA SUA EXPERIÊNCIA COMO RESIDENTE DA MORADIA**. Faz parte de um projeto de Doutorado, aprovado pelo comitê de ética da UFSC.

2. Apresentar o TCLE, pedi que faça a leitura e pedi assinatura que autoriza a participação. Perguntar se permite gravar e frisar que será respeitado sigilo da entrevista em todas etapas (transcrição e análise).

\*Lembrar que uma cópia do TCLE fica com ele e uma cópia ASSINADA PELO PARTICIPANTE fica conosco.

3. Vou iniciar fazendo algumas perguntas sobre como você vivencia a experiência de ser estudante universitário e residente dessa moradia estudantil. Você pode falar à vontade sobre o tema proposto.

1) Inicialmente, gostaria de saber como foi o processo de seleção para universidade?

Cotas; cursinho pago ou não; experiências que lembra, quem incentivou...

2) Como foi a experiência de participar do processo de seleção para inclusão nas políticas de permanência da Universidade?

Descrição da situação e vivências subjetivas;

3) Como se deu a chegada na moradia estudantil?

Descrição da situação e vivências subjetivas: acolhida pela administração e colegas/colega de quarto/ regras da casa

4) Quais os principais desafios que você enfrenta como morador?

5) Como quem você conta quando enfrenta algum problema ou dificuldade relacionada a moradia?

Rede de apoio/investigar se pessoas da moradia fazem parte da rede?

6) Qual a percepção dos seus colegas e professores da Universidade quando você fala que é residente da moradia estudantil?

7) Etapa com uso de fotografias:

- Temos algumas fotos aqui, peço que dê uma olhada em todas por um tempo e pense na sua relação com a moradia. Em seguida, gostaria de pedir que escolhesse algumas das fotos (se perguntar quantas poderia sugerir três fotos) e comentasse sobre cada foto e respectivos espaços (critérios de escolha, sentimentos e experiências que surgem a partir das fotos).

8) Algo mais que gostaria de falar sobre a moradia?



## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO NAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante,

Eu, Luciana Oliveira de Jesus, psicóloga, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-o(a) a participar da minha pesquisa de doutorado, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Schneider, intitulada **“Experiências de viver em moradia universitária: condições psicossociais de residentes”**. Este estudo tem como objetivo compreender as vivências de ser residente em moradia estudantil e as condições psicossociais vivenciadas no cotidiano da instituição.

Será realizada uma entrevista narrativa que consiste em algumas perguntas a serem respondidas sobre o tema de pesquisa, sem a interrupção contínua do pesquisador. Poderão ser usados instrumentos como fotografias para auxiliar na narrativa, caso seja interesse do participante. A participação neste estudo é voluntária, e, se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Caso a sua participação venha a provocar mobilização emocional ou qualquer outro incômodo, o(a) participante será acolhido(a) no momento da entrevista pela pesquisadora e, caso necessário, posteriormente encaminhado(a) aos serviços de atenção psicológica disponíveis na instituição.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Caso aceite participar da pesquisa, peço sua autorização para que possa gravar a entrevista respondida por você, e apenas, nós, pesquisadoras, teremos acesso direto às informações que forem dadas. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados na instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da tese, em data a ser agendada.

A legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Caso você venha a ter alguma despesa advinda da sua participação,

poderá comunicar ao pesquisador e você será ressarcido nos termos da lei (Resolução CNS 466/12, de 12/06/2012). Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável, nele constam importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa e aos aspectos éticos, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina pelo telefone (48) 3721-9206 ou pelo e-mail cep.propesq@contato.ufsc.br. Poderá, também, entrar em contato com a pesquisadora principal, por meio do telefone (48) 8839-0880 ou do e-mail lucianaoj84@gmail.com.

---

Luciana Oliveira de Jesus

Pesquisadora principal

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Schneider  
Pesquisadora responsável e orientadora

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, li este documento (ou tive este documento lido por uma pessoa de confiança) e obtive todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido(a) e optar participar da pesquisa.

(  ) autorizo gravação                      (  ) não autorizo gravação

---

Assinatura do(a) participante

---

Data

**APÊNDICE C – FOTOGRAFIAS DE ESPAÇOS DA MORADIA ESTUDANTIL  
UTILIZADAS NA ETAPA DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Figura 3: Área de convivência externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 4: Sala de convivência



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 5: Hall de entrada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 6: Área do descarte de material reciclável



Fonte: Acervo da autora (2019)



Figura 7: Sala de estudos



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 8: Lavanderia do térreo



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 9: Espaço destinado aos estudantes do PAEP



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 10: Área externa e entrada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 11: Espaço destinado ao descarte de resíduos



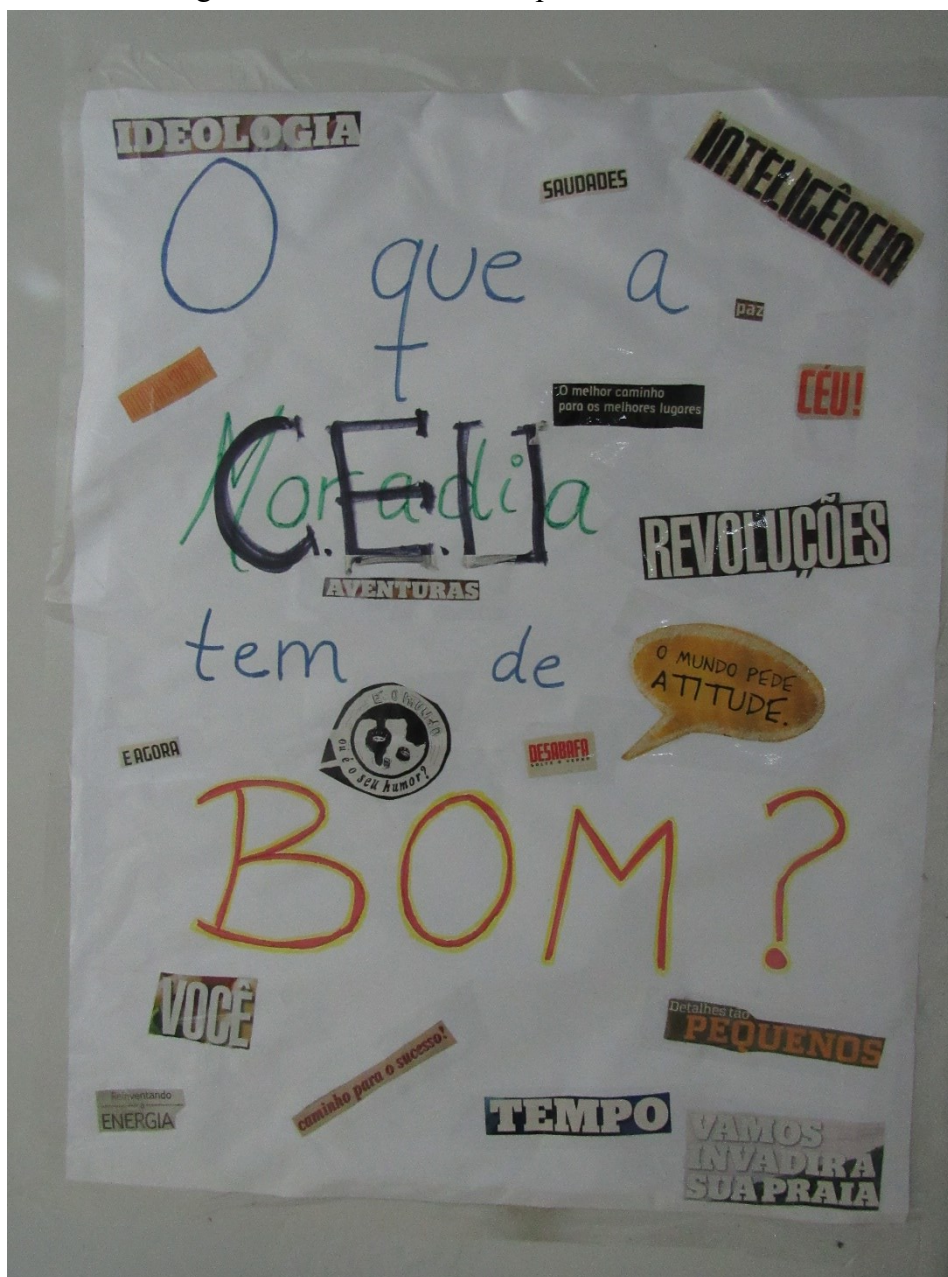
Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 12: Horta comunitária



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 13: Cartaz elaborado pelos moradores em 2016



Fonte: Acervo da autora (2019)